

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

ANA LUIZA GOMES ARAÚJO

**ESTRUTURA DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E DESIGUALDADE FUNDIÁRIA
NO ESTADO DE MINAS GERAIS EM 1920**

MONOGRAFIA DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Mariana/MG

2022

ANA LUIZA GOMES ARAÚJO

ESTRUTURA DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E DESIGUALDADE FUNDIÁRIA NO
ESTADO DE MINAS GERAIS EM 1920

Monografia apresentada ao Curso de Ciências
Econômicas do Instituto de Ciências Sociais
Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal de
Ouro Preto (UFOP) como requisito à obtenção
do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Dr. Luiz Mateus da Silva Ferreira

Mariana/MG

2022

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

A663e Araújo, Ana Luiza Gomes.

Estrutura da produção agropecuária e desigualdade fundiária no estado de Minas Gerais em 1920. [manuscrito] / Ana Luiza Gomes Araújo. - 2022.

87 f.: il.: color., tab..

Orientador: Prof. Dr. Luiz Mateus da Silva Ferreira.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Ciências Econômicas .

1. Produtividade agrícola. 2. Agropecuária. 3. Minas Gerais. I. Ferreira, Luiz Mateus da Silva. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 636

Bibliotecário(a) Responsável: Edna da Silva Angelo - CRB6 2560



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS



FOLHA DE APROVAÇÃO

Ana Luiza Gomes Araújo

Estrutura da produção agropecuária e desigualdade fundiária no estado de Minas Gerais em 1920

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas

Aprovada em 07 de janeiro de 2022

Membros da banca

Dr. Luiz Mateus da Silva Ferreira - Orientador (Universidade Federal de Ouro Preto)
Dr. Daniel do Val Cosentino - (Universidade Federal de Ouro Preto)
Dr. Paulo Roberto de Oliveira - (Universidade Federal de Ouro Preto)

Luiz Mateus da Silva Ferreira, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 07/01/2022



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Mateus da Silva Ferreira, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 07/01/2022, às 13:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0265680** e o código CRC **06480BA1**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.000263/2022-20

SEI nº 0265680

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35400-000
Telefone: - www.ufop.br

ANA LUIZA GOMES ARAÚJO

ESTRUTURA DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E DESIGUALDADE FUNDIÁRIA NO
ESTADO DE MINAS GERAIS EM 1920

Monografia apresentada ao Curso de Ciências
Econômicas do Instituto de Ciências Sociais
Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal de
Ouro Preto (UFOP) como requisito à obtenção
do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Mateus da Silva Ferreira

Prof. Dr. Daniel do Val Cosentino

Prof. Dr. Paulo Roberto de Oliveira

Mariana/MG

2022

RESUMO

Este trabalho examina a produção agropecuária e a concentração da propriedade da terra no estado de Minas Gerais em 1920. A principal fonte utilizada foi o censo agrícola do Brasil daquele ano. Com base nos dados censitários foram calculados indicadores e estatísticas que permitem avaliar a diversificação da produção agrícola e a concentração fundiária nas regiões de Minas Gerais e no estado mineiro como um todo em 1920. Os resultados encontrados revelam que, nessa época, apesar da importância da atividade pecuária e da cultura do café, a produção agrícola regional de Minas Gerais era bastante diversificada e predominantemente destinada ao abastecimento do mercado interno. Os resultados ainda permitem constatar que, embora as pequenas e médias propriedades agrícolas representassem a maior parte dos imóveis rurais recenseados no estado mineiro em 1920, a concentração fundiária em Minas Gerais era relativamente forte na época. Além disso, verificou-se que o maior ou menor grau de diversificação na agricultura nas regiões mineiras não parece estar associado a maior ou menor concentração fundiária. Esta, porém, parece ser mais forte nas regiões onde a atividade pecuária era mais relevante em 1920.

Palavras-chave: Desigualdade fundiária. Produção agrícola. Pecuária. Minas Gerais.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1 – Estimativa da produção de ouro no Brasil e Minas Gerais no século XVIII	17
Figura 1.2 – Primeiras vilas da capitania de Minas Gerais, século XVIII	18
Figura 2.1 – Mesorregiões geográfica de Minas Gerais segundo o IBGE	34
Figura 2.2 – Regiões de planejamento do Estado de Minas Gerais segundo a SEPLAN/MG.	35
Figura 2.3 – Minas Gerais: população residente total, 1920-2020.....	36
Figura 2.4 – Número de municípios recenseados em Minas Gerais, 1920-2020	36
Figura 2.5 – Regiões de planejamento do Estado de Minas Gerais em 1973.....	37
Figura 2.6 – Divisão regional de Minas Gerais no início do século XX	38
Figura 2.7 – Regiões do Estado de Minas Gerais em 1920.....	39
Figura 3.1 – Minas Gerais: área cultivada com café e diversificação agrícola regional em 1920	74

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.1 – Produção de ouro nas principais regiões auríferas do Brasil no século XVIII....	16
Tabela 1.2 – Participação do valor da comercialização dos principais produtos mineiros vendidos para fora da capitania de Minas Gerais no período 1818-1819	25
Tabela 1.3 – Exportações de alguns dos principais produtos de Minas Gerais, 1818-1851	25
Tabela 1.4 – Participação regional nas exportações de café de Minas Gerais, 1842-1888.....	29
Tabela 1.5 – Minas Gerais: estimativas das exportações médias anuais de café na segunda metade do século XIX	30
Tabela 2.1 – Minas Gerais: regiões, número de municípios, área e população em 1920.....	40
Tabela 2.2 – Gado existente nos estabelecimentos rurais recenseados em 1920 no Brasil e Minas Gerais segundo as espécies.....	42
Tabela 2.3 – Proporção do número de animais existentes e valor dos rebanhos nos imóveis rurais arrolados no Brasil em 1920 (em %).....	43
Tabela 2.4 – Número de cabeças e participação das regiões mineiras na criação do gado existente nos imóveis rurais recenseados em 1920 no estado de Minas Gerais segundo as espécies	45
Tabela 2.5 – Minas Gerais: proporção da composição do rebanho de gado existente nas regiões mineiras em 1920 segundo as espécies	45
Tabela 2.6 – Minas Gerais: participação regional na produção de laticínios em 1920 (em %)	46
Tabela 2.7 – Superfície territorial das unidades da federação brasileira, número e área dos imóveis rurais recenseados no Brasil em 1920.....	47
Tabela 2.8 – Minas Gerais: área produtiva dos imóveis rurais recenseados em 1920	48
Tabela 2.9 – Participação das regiões e do estado mineiro como um todo na área dos imóveis rurais recenseados em Minas Gerais em 1920.....	48
Tabela 2.10 – Minas Gerais: área cultivada e proporção da extensão das terras plantadas com diferentes gêneros agrícolas em relação a área total cultivada	49
Tabela 2.11 – Participação na área plantada de diferentes produtos em relação a área total cultivada das regiões de Minas Gerais em 1920 (em %).....	50
Tabela 2.12 – Minas Gerais: participação regional na área plantada com produtos em relação a área total cultivada no estado em 1920 (em %).....	50
Tabela 2.13 – Minas Gerais: especialização agrícola por região segundo a área cultivada, 1920	53
Tabela 2.14 – Minas Gerais: diversificação da produção agrícola regional em 1920.....	55
Tabela 3.1 – Distribuição das propriedades rurais do estado de Minas Gerais em 1920	58
Tabela 3.2 – Classificação das propriedades rurais do estado de Minas Gerais em 1920.....	59

Tabela 3.3 – Minas Gerais: distribuição regional do número de propriedades rurais em 1920 segundo extensão territorial.....	61
Tabela 3.4 – Minas Gerais: distribuição percentual das propriedades rurais das regiões mineira em 1920 segundo extensão territorial.....	61
Tabela 3.5 – Participação relativa das regiões mineiras no número de propriedades agrícolas recenseadas no estado de Minas Gerais em 1920 segundo extensão territorial	62
Tabela 3.6 – Número e participação relativa das propriedades rurais na estrutura fundiária regional de Minas Gerais em 1920	63
Tabela 3.7 – Área total e participação relativa da área das propriedades rurais na estrutura fundiária regional de Minas Gerais em 1920.....	63
Tabela 3.8 – Classificação do Gini.....	67
Tabela 3.9 – Concentração da área apropriada por proprietários de terra nas macrorregiões e estado de Minas Gerais em 1920.....	67
Tabela 3.10 – Ranking dos municípios de Minas Gerais conforme índice de Gini de concentração fundiária em 1920.....	69
Tabela 3.11 – Número de municípios por região de Minas Gerais conforme as faixas do Gini de concentração da propriedade da terra em 1920	70

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 – ASPECTOS GERAIS DA FORMAÇÃO ECONÔMICA DE MINAS GERAIS: SÉCULOS XVIII e XIX	12
1.1 Breves considerações a respeito da economia colonial brasileira no século XVII ...	12
1.2 Ocupação territorial e dinâmica econômica nas Minas Gerais setecentista.....	15
1.3 Características gerais da economia de Minas Gerais no século XIX.....	24
1.4 Considerações finais do capítulo.....	32
CAPÍTULO 2 – ESTRUTURA DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA E PECUÁRIA REGIONAL DE MINAS GERAIS EM 1920.....	34
2.1 Regiões e regionalização de Minas Gerais no início do século XX	34
2.2 Produção agropecuária de Minas Gerais em 1920.....	41
2.2.1 Pecuária.....	41
2.2.2 Agricultura	46
2.3 Especialização regional da produção agrícola em Minas Gerais	52
2.4 Considerações finais do capítulo	55
CAPÍTULO 3 – ESTRUTURA FUNDIÁRIA E CONCENTRAÇÃO DA PROPRIEDADE DA TERRA NO ESTADO DE MINAS GERAIS EM 1920	58
3.1 Distribuição da propriedade fundiária no estado de Minas Gerais em 1920	58
3.2 Concentração da propriedade fundiária no estado de Minas Gerais em 1920	66
3.3 Gini de concentração fundiária e estrutura produtiva agrícola de Minas Gerais	71
3.4 Considerações finais do capítulo	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS	80
APÊNDICE	84
Tabela A1 – Minas Gerais: evolução das exportações de café, 1850-1900.....	84
Tabela A2 – Regiões e municípios de Minas Gerais em 1920	85
Tabela A3 – Gini de concentração fundiária entre proprietários de terras nos municípios de Minas Gerais, 1920.....	86

INTRODUÇÃO

Este estudo examina a produção agropecuária e a concentração fundiária regional e estadual de Minas Gerais em 1920. Nessa época, o café, principal produto de exportação do Brasil e motor da economia brasileira, ocupava lugar de destaque na estrutura produtiva de Minas Gerais, que era o segundo maior estado produtor de café do país. A atividade pecuária, principalmente a criação de gado bovino e a produção de laticínios, era o segundo setor mais importante da economia mineira, atrás da agricultura. Ambas as atividades, cafeicultura e pecuária, encontram na posse e uso extensivo da terra sua base organizacional. Assim sendo, é de supor que, no início do século XX, a propriedade fundiária no estado de Minas Gerais era fortemente concentrada. Ao mesmo tempo, devido à importância das atividades cafeeira e pecuária na economia brasileira e mineira da época, supõem-se, à primeira vista, que, em 1920, a estrutura produtiva agrícola de Minas Gerais era fortemente concentra nas atividades cafeeira e pecuária.

A história econômica do Brasil colonial é exemplo clássico e remete a essa relação entre concentração fundiária e estrutura produtiva pouco diversificada. Assim sendo, inicialmente, este estudo procurou compreender as características gerais da formação econômica de Minas Gerais. A análise da literatura revelou uma importante controvérsia entre as conclusões de estudos recentes e as interpretações clássicas da história econômica mineira. Para os clássicos, ao longo do século XVIII, isto é, durante o período inicial de formação da socioeconomia de Minas Gerais, a mineração do ouro e diamante restringiu o desenvolvimento de atividades consideradas secundárias, isto é, que se destinavam a fornecer os meios de subsistência à população empregada na atividade nuclear, a mineração. Assim, segundo a interpretação clássica, as atividades agrícolas, pecuárias, comerciais e de produção de pequenas manufaturas só ganharam importância na economia mineira com a decadência da mineração, no final do século XVIII (PRADO JR., 2006; FURTADO, 2005; ZEMELLA, 1990).

Porém, estudos recentes têm apresentado evidências que demonstram a diversidade e o dinamismo da economia regional de Minas Gerais nas atividades agropecuárias e comerciais ligadas ao abastecimento interno da capitania mineira ao longo do século XVIII.¹ Segundo esses estudos, nessa época, embora a mineração de ouro e diamantes fosse a atividade nuclear, a

¹ Nesse sentido ver Lenharo (1979), Guimarães e Reis (1988), Libby (1988), Ferreira Furtado (1999), Paiva (1996), Almeida (1994), Chaves (1999; 2001), Paiva e Godoy (2002), Rodarte, Paula e Simões (2004), Carrara (2007) e Corrêa do Lago (2014).

estrutura produtiva nas Minas Gerais era relativamente diversificada, complexa e dinâmica. Os gêneros agrícolas e pecuários, simples ou transformados, constituíam os principais produtos comercializados pela capitania, depois província, de Minas Gerais. Na primeira metade do século XIX, os principais produtos agrícolas da economia mineira eram o algodão, o fumo e, sobretudo, o café; na atividade pecuária destaca-se a criação de bovinos e suínos; na produção de manufaturados rurais sobressaíam-se o queijo e o toucinho. Além disso, os tecidos simples de algodão, produzidos nas áreas urbana e rural, também constituíam importantes produtos da economia mineira na primeira metade do século XIX. Assim, de acordo com estudos recentes, entre as principais características da economia das Minas Gerais oitocentista estão a semi-especialização regional da atividade produtiva e a produção diversificada, a qual era destinada ao abastecimento interno e externo a Minas Gerais.

À vista disso, este estudo apresenta dados, estatísticas e indicadores que permitem avaliar a relação entre estrutura da produção agropecuária e concentração fundiária regional em Minas Gerais no início do século XX, mais especificamente em 1920. A principal fonte utilizada neste estudo é o recenseamento agrícola do Brasil de 1920. A partir das informações extraídas dessa fonte primária foram calculados indicadores e estatísticas que permitem avaliar a estrutura produtiva agropecuária mineira e a desigualdade na distribuição da propriedade da terra nos municípios, regiões e estado de Minas Gerais em 1920. Os dados quantitativos e resultados apresentados neste estudo complementam a história econômica de Minas Gerais, uma vez que faltam informações e estatísticas sintetizadas a respeito da concentração fundiária no estado mineiro no início do século XX.

O trabalho está dividido em três capítulos, além das considerações finais. No primeiro capítulo apresentam-se as características gerais da economia de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. O segundo capítulo propõe uma divisão do território mineiro em oito grandes regiões econômicas para, em seguida, examinar a estrutura da produção agropecuária regional do estado de Minas Gerais em 1920, destacando os níveis de especialização e diversificação agrícola nas regiões mineiras naquele ano. No terceiro capítulo são analisadas a estrutura fundiária e a desigualdade entre proprietários de terra no estado de Minas Gerais em 1920. Além disso, discute-se a relação entre concentração fundiária, medida pelo coeficiente de Gini, e estrutura produtiva agrícola regional do estado mineiro naquele ano. Por fim, são apresentadas as considerações finais deste estudo.

CAPÍTULO 1

ASPECTOS GERAIS DA FORMAÇÃO ECONÔMICA DE MINAS GERAIS: SÉCULOS XVIII e XIX

Este capítulo tem o objetivo de apresentar as principais características da economia de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. Com esse propósito, o capítulo foi organizado em quatro seções. Na primeira seção faz-se uma síntese da economia colonial brasileira na época que precede o descobrimento do ouro na região central de Minas Gerais. Essa síntese preliminar visa contextualizar a situação economicamente crítica pela qual passavam Portugal e Brasil no momento da descoberta das primeiras grandes jazidas de ouro na colônia portuguesa na América, o Brasil – na época principal e mais importante possessão ultramarina de Portugal. Em seguida, a segunda seção destaca a importância da exploração aurífera das Minas Gerais no conjunto da mineração brasileira no século XVIII, bem como apresenta as principais características e os efeitos da exploração de ouro e diamantes para a ocupação do território da região das Minas. Nesse contexto, discute-se algumas das principais interpretações a respeito da dinâmica econômica das Minas Gerais setecentistas. A terceira seção analisa a distribuição da produção e as características da economia mineira no século XIX. Por fim, a quarta seção, apresenta as considerações finais deste capítulo.

1.1 Breves considerações a respeito da economia colonial brasileira no século XVII

Durante os séculos XVI e XVII, a organização econômica e social do Brasil foi orientada pela produção e exportação de alguns poucos gêneros agrícolas, principalmente o açúcar, cuja produção se desenvolveu rapidamente a partir da segunda metade do século XVI (SCHWARTZ, 1988; FERLINI, 2003; PRADO JR, 2006; CORRÊA DO LAGO, 2014; FURTADO, 2005). Em pouco tempo, o Brasil se transformou no maior produtor mundial de açúcar, “situação que não se modificou até a segunda metade do século XVII, quando a competição do açúcar produzido no Caribe [...] diminuiu significativamente a participação brasileira no mercado internacional do produto”, afirma Corrêa do Lago (2014, p. 28). Vale notar, entre 1650 e 1710, a comercialização do açúcar brasileiro no mercado europeu declinou aproximadamente 40%. No mercado inglês, “na década de 1630, aproximadamente 80% do açúcar vendido em Londres provinha do Brasil [...], em 1670 essa proporção caiu para 40% e, em 1690, para apenas 10%” (SCHWARTZ, 1988, p.162).

Convém observar, o declínio da participação do Brasil no mercado mundial de açúcar na segunda metade do século XVII foi, em parte, consequência indireta da Guerra dos Oitenta

Anos (1568-1648), travada, na Europa, entre Espanha e Holanda, que, em 1581, declarou-se formalmente independentes do Império Espanhol. Nessa época, Portugal estava vinculado à Espanha devido à crise de sucessão da Coroa portuguesa, cujo resultado foi a unificação dinástica dos dois reinos ibéricos, conhecida como União Ibérica (1580-1640)². Nesse período, as possessões coloniais portuguesas, inclusive o Brasil, ficaram sob o controle da monarquia espanhola (VIANNA, 1966; BOXER, 1969; FAUSTO, 1995; FRAGOSO; GOUVÊA, 2017). Assim, Portugal foi envolvido nos conflitos entre Espanha e Holanda, sua principal parceira comercial na compra, transporte, refino e distribuição de açúcar na Europa.³ A importância dos holandeses no mercado do açúcar luso-brasileiro é resumida por Ruy Gama, que afirma: “Desde o século XVI, [...] as refinarias holandesas trabalhavam com produto [açúcar] brasileiro, que tramitava por Portugal rumo à Antuérpia e posteriormente Amsterdã. [...] a Holanda era a metrópole indireta da economia açucareira brasileira” (GAMA, 1983, p. 23). Celso Furtado também destaca o importante papel dos holandeses na produção e comércio do açúcar brasileiro. Escreveu ele:

A partir da metade do século XVII a produção portuguesa de açúcar passa a ser mais e mais uma empresa em comum com os flamengos, inicialmente representados pelos interesses de Antuérpia e em seguida pelos de Amsterdã. Os flamengos recolhiam o produto em Lisboa, refinavam-no e faziam a distribuição por toda a Europa [...].

A contribuição dos flamengos - particularmente dos holandeses - para a grande expansão do mercado do açúcar, na segunda metade do século XVII, constitui um fator fundamental do êxito da colonização do Brasil. Especializados no comércio intra-europeu, grande parte do qual financiavam, os holandeses eram nessa época o único povo que dispunha de suficiente organização comercial para criar um mercado de grandes dimensões para um produto praticamente novo, como era o açúcar.

E não somente com sua experiência comercial contribuíram os holandeses. Parte substancial dos capitais requeridos pela empresa açucareira viera dos Países Baixos. Existem indícios abundantes de que os capitalistas holandeses não se limitaram a financiar a refinação e comercialização do produto. Tudo indica que capitais flamengos participaram no financiamento das instalações produtivas no Brasil bem como no da importação da mão-de-obra escrava (FURTADO, 2005, p. 16-17).

Em decorrência do conflito ibero-holandês, em 1630, os holandeses invadiram a região do litoral brasileiro entre Recife/PE até São Luís/MA, onde permaneceram por vinte e quatro

² Depois da morte de Dom Sebastião I, rei de Portugal, em 1578, quem assumiu o trono português foi o seu tio-avô, o cardeal Dom Henrique, uma vez que Dom Sebastião não tinha herdeiros diretos. Dois anos depois, em 1580, Dom Henrique veio a falecer e com sua morte extinguiu-se a dinastia de Avis em Portugal. O trono português ficou vago e foi disputado por diferentes pretendentes, que reivindicavam a Coroa portuguesa devido aos vínculos parentescos com os falecidos Dom Sebastião e Dom Henrique. Felipe II, rei da Espanha e bisneto de Dom Manuel, tio de Dom Sebastião I, julgou ter direito ao trono português. Com o apoio da nobreza e da burguesia portuguesa, Felipe II tornou-se rei de Portugal e Espanha, reunindo esses dois reinos ibéricos, ou seja, a União Ibérica, que se estendeu de 1580 a 1640 (VIANNA, 1966; BOXER, 1969; FAUSTO, 1995; FRAGOSO; GOUVÊA, 2017).

³ Em resposta à Revolução Holandesa, a Espanha fechou os portos ibéricos aos navios holandeses, inclusive nas colônias e possessões ibéricas, criando, desta forma, embaraços ao comércio do açúcar do Brasil. A represália espanhola à Holanda, resultou nas invasões holandesas no nordeste do Brasil (BOXER, 1969; FAUSTO, 1995).

anos. Assim, além de recuperar o controle de grande parte do comércio do açúcar produzido no Brasil, os holandeses se envolvem diretamente com a produção e também com o tráfico de escravos africanos. Por essa época, os holandeses também ocuparam algumas das possessões espanholas no Caribe, onde estabeleceram a produção de açúcar baseada no trabalho escravo. Mais tarde, ingleses e franceses seguiram o mesmo caminho e passaram a produzir açúcar nas ilhas caribenhas que haviam tomado dos espanhóis. Por um lado, a concorrência do Caribe provocou uma queda significativa no preço do açúcar no mercado internacional; por outro, aumentou o custo de produção desse produto, uma vez que a maior demanda pela mão de obra africana elevou o preço dos escravos. Assim, a partir de meados do século XVII, o Brasil não só perdeu a sua condição de quase monopólio no mercado mundial de açúcar, como os produtores e comerciantes luso-brasileiros viram-se ameaçados em função do expressivo declínio da lucratividade da produção açucareira no Brasil (GODINHO, 1953; FERLINI, 2003; CANABRAVA, 1981; SCHWARTZ, 1988; PRADO JR., 2006; FURTADO, 2005).

Em 1640, restaurada sua independência, Portugal encontrava-se em posição econômica extremamente débil, pois havia perdido boa parte de suas possessões durante a época que esteve vinculado à Espanha. “Efetivamente só lhe sobriariam do antigo império ultramarino o Brasil e algumas posses na África. Estas aliás só valerão como fornecedores de escravos para o Brasil”. Na própria colônia americana a soberania portuguesa correrá grande risco”, pois “além de incursões esporádicas de ingleses e holandeses”, estes permaneceram ocupando e controlando, parte importante da região açucareira do nordeste brasileiro (PRADO JR., 2006, p. 49). Mesmo depois da expulsão dos holandeses do Brasil, em 1654, e da adoção, a partir de 1675, de medidas de estímulo à indústria portuguesa, Portugal continuou acumulando déficits no seu balanço de pagamentos, observam Schwartz (1988), Azevedo (1988) e Boxer (1969).

Esses autores ainda salientam que, nas últimas décadas do século XVII, a economia portuguesa dependia basicamente da reexportação do açúcar e do fumo produzidos na Bahia e Pernambuco. Porém, devido à queda dos preços desses gêneros no mercado internacional, o dinheiro que escova do Brasil para Portugal não era suficiente para compensar os déficits no balanço de pagamentos português. Entre 1686 e 1691, Bahia e Pernambuco foram assolados pela febre-amarela, fato que, segundo Boxer (1969, p. 156-157), agravou “a situação econômica depauperante do império atlântico português”, que na época já se encontrava em severa depressão (SCHWARTZ, 1988; AZEVEDO, 1988; BOXER, 1969).

Nesse contexto economicamente crítico, a procura por metais e pedras preciosas no Brasil, que acontecia intermitentemente desde meados do século XVI, foi estimulada mais

ativamente pela Coroa portuguesa. Entre 1693 e 1695, bandeirantes paulistas descobriram os primeiros grandes depósitos aluviais de ouro na remota região das Minas Gerais. A descoberta aumentou a procura e rapidamente essa região foi desvendada (CORRÊA DO LAGO, 2014; NOYA PINTO, 1979; SCHWARTZ, 1988; BOXER, 1969). No final da década de 1720, foram descobertas as primeiras jazidas de diamantes nas Minas Gerais. Vale notar, segundo Caio Prado Jr., “o Brasil foi o primeiro grande produtor moderno desta pedra” e, no século XVIII, teve o monopólio da sua produção (PRADO JR., 2006, p. 62).

A exploração de ouro e diamantes no Brasil gerou consideráveis consequências sociais, econômicas, demográficas e político-administrativas na colônia, especialmente nas Minas Gerais – principal região mineradora do Brasil setecentista. A próxima seção apresenta alguns dos principais efeitos da mineração e a dinâmica econômica nas Minas Gerais no século XVIII.

1.2 Ocupação territorial e dinâmica econômica nas Minas Gerais setecentista

A exploração do ouro no Brasil colonial foi relativamente curta e extremamente intensa. A descoberta das primeiras grandes jazidas aluviais de ouro ocorreu no final do século XVII. Nas décadas seguintes, a mineração aurífera na colônia cresceu rapidamente, alcançando seu auge entre 1735 e 1754. A partir daí, a produção de ouro no Brasil declinou progressivamente até o final do século XVIII, quando praticamente termina a “Era do ouro no Brasil” (NOYA PINTO, 1979; BOXER, 1969; CORRÊA DO LAGO, 2014). Portanto, no intervalo de pouco mais de um século, assistiu-se o descobrimento, auge e declínio da grande exploração aurífera na colônia portuguesa na América. Apesar de efêmera, conforme Roberto Simonsen, a produção de ouro no Brasil, “traduzia, naquele tempo, a maior massa aurífera explorada e produzida após a queda de Roma” (SIMONSEN, 2005, p. 314). Ainda conforme esse autor, “entre 1700 e 1770, a produção do Brasil foi praticamente igual a toda a produção do ouro do resto da América, verificada entre 1493 a 1850; alcançou cerca de 50% do que o resto do mundo produziu nos séculos XVI, XVII e XVIII” (SIMONSEN, 2005, p. 326).

As notícias das descobertas de ouro no Brasil e o fascínio com a possibilidade de rápido enriquecimento atraiu grande número de portugueses para a colônia, bem como elevou o fluxo de escravos africanos no Brasil. As estatísticas são incertas, mas estima-se que a população da colônia subiu de aproximadamente 300 mil habitantes no início do século XVIII para cerca de 3 milhões de pessoas em 1798. Nessa época, a região centro-sul do Brasil, antes praticamente inabitada, concentrava cerca de 50% da população da colônia (SIMONSEN, 2005). Vale notar, “houve ainda uma migração interna considerável da população livre das cidades do Nordeste e

de seus arredores, drenando ‘agricultores e técnicos de todos os tipos’ para as minas” da região centro-sul do Brasil (CORRÊA DO LAGO, 2014, p. 39).

As estimativas, embora imprecisas, indicam que o auge da exploração aurífera no Brasil colonial aconteceu entre 1735-1754. Para esse período, estima-se que anualmente foram extraídos da colônia uma média de aproximadamente 14.700 quilogramas de ouro, sendo que o ápice da exploração aurífera ocorreu no quinquênio 1750-1754 (NOYA PINTO, 1979).⁴ A Tabela 1.1 mostra a produção média anual de ouro nas principais regiões auríferas do Brasil no século XVIII.

Tabela 1.1 – Produção de ouro nas principais regiões auríferas do Brasil no século XVIII (médias anuais em quilogramas)

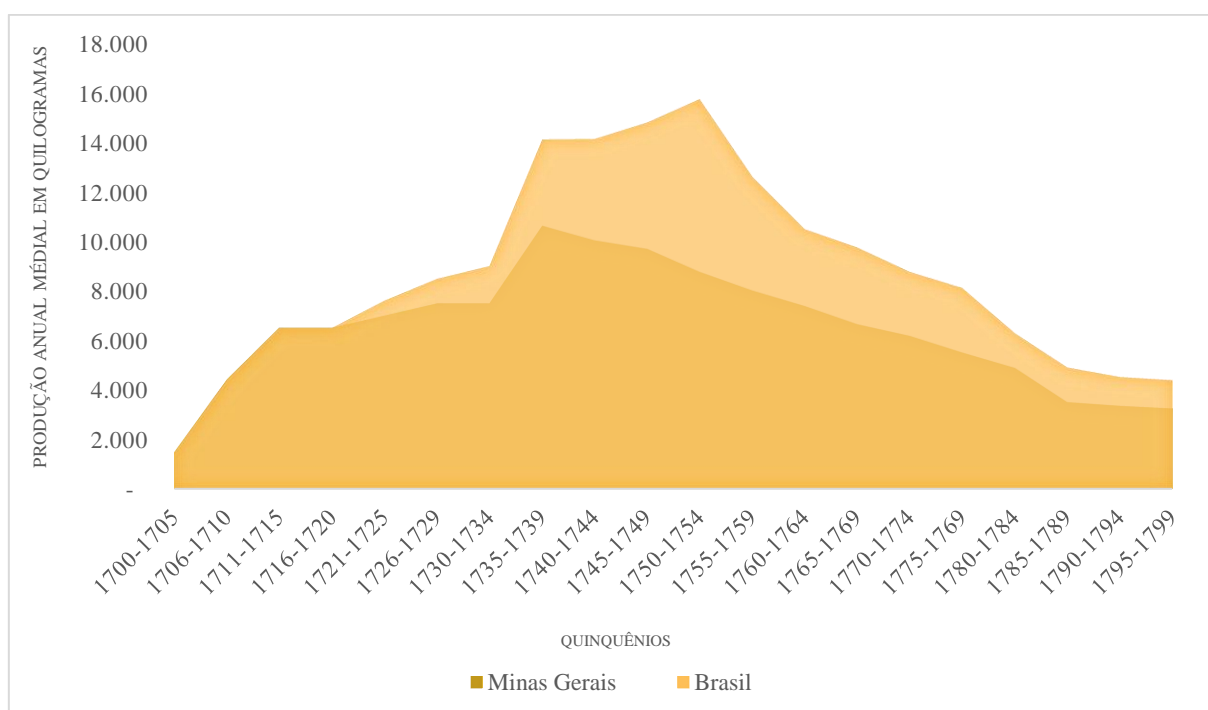
Quinquênios	Minas Gerais	Goiás	Mato Grosso	Total Médio
1700-1705	1.470	-	-	1.470
1706-1710	4.410	-	-	4.410
1711-1715	6.500	-	-	6.500
1716-1720	6.500	-	-	6.500
1721-1725	7.000	-	600	7.600
1726-1729	7.500	-	1.000	8.500
1730-1734	7.500	1.000	500	9.000
1735-1739	10.637	2.000	1.500	14.137
1740-1744	10.047	3.000	1.100	14.147
1745-1749	9.712	4.000	1.100	14.812
1750-1754	8.780	5.880	1.100	15.760
1755-1759	8.016	3.500	1.100	12.616
1760-1764	7.399	2.500	600	10.499
1765-1769	6.659	2.500	600	9.759
1770-1774	6.179	2.000	600	8.779
1775-1769	5.518	2.000	600	8.118
1780-1784	4.884	1.000	400	6.284
1785-1789	3.511	1.000	400	4.911
1790-1794	3.360	750	400	4.510
1795-1799	3.249	750	400	4.399

Fonte: Noya Pinto (1979, p. 114).

⁴ Segundo Noya Pinto (1979) as regiões auríferas de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso formam as principais áreas mineradoras de ouro do Brasil no século XVIII. Não obstante, o autor salienta que a exploração aurífera na Bahia parece ter sido importante, porém a produção das minas baiana não foi incluída em suas estimativas devido à insuficiência de dados quantitativos. Ainda assim, conforme Noya Pinto (1979, p. 113-116), seus resultados se aproximam dos números de Soetbeer (1879), Calógeras (1938) e Eschwege (1944).

A partir da Tabela 1.1 calcula-se que, entre 1700 e 1799, Minas Gerais produziu cerca de 645 mil quilogramas de ouro, valor equivalente a mais de 70% do total da produção aurífera do Brasil no século XVIII. Nota-se que o auge da mineração de ouro nas Minas Gerais ocorreu entre 1735 e 1744. Nesse período, a produção média anual na região foi de quase 10.350 quilogramas de ouro. A Figura 1.1 abaixo ilustra a participação de Minas Gerais na extração aurífera brasileira no século XVIII.⁵ A ilustração permite observar claramente a importância de Minas Gerais na produção de ouro no Brasil naquela época.

Figura 1.1 – Estimativa da produção de ouro no Brasil e Minas Gerais no século XVIII (médias anuais em quilogramas)

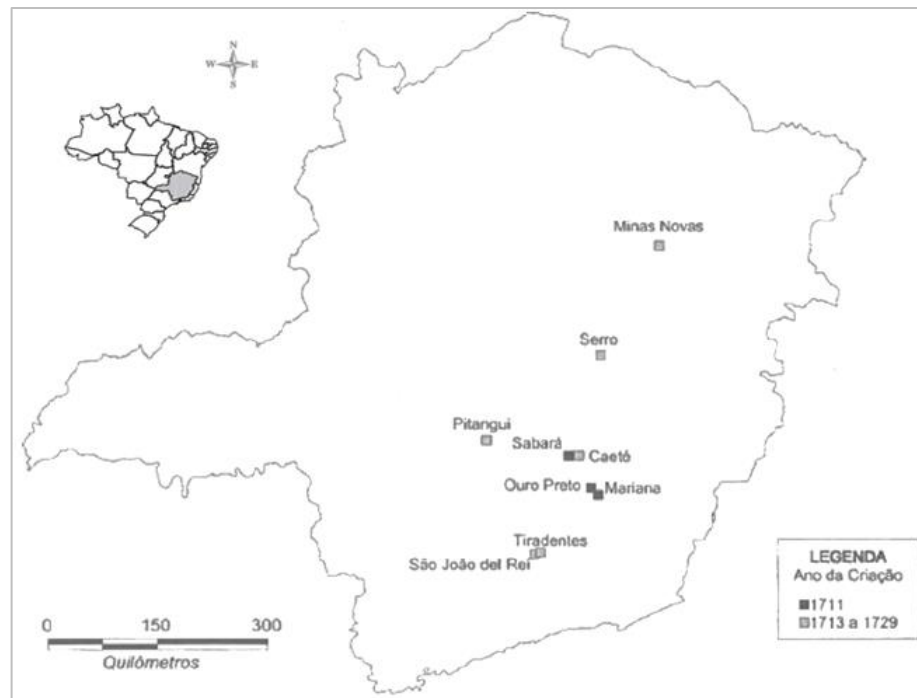


Fonte: elaborado pela autora com base nos dados da Tabela 1.1.

Por ser a principal produtora de ouro da colônia, a região das Minas Gerais recebeu intenso fluxo populacional ao longo do século XVIII. O aumento demográfico intensificou a urbanização e o crescimento dos primeiros núcleos populacionais da região. Em 1711, foram criadas: Vila de Nossa Senhora do Carmo (posteriormente denominada Mariana), Vila Rica de Ouro Preto e Vila Real de Nossa Senhora da Conceição de Sabará. Em seguida, surgiram outros núcleos, dentre eles as vilas de São João d'El Rei e de Tiradentes, Vila do Príncipe (atual Serro), Vila Nova da Rainha (hoje Caeté) e Vila de Nossa Sra. da Piedade do Pitangui. A Figura 1.2 a seguir mostra a localização geográfica dessas primeiras vilas de Minas Gerais.

⁵ Conforme Noya Pinto (1979, p. 113-116), as regiões auríferas de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás foram as principais áreas mineradoras de ouro do Brasil no século XVIII.

Figura 1.2 – Primeiras vilas da capitania de Minas Gerais, século XVIII



Fonte: Editado com base em Rodarte, Paula e Simões (2004).

Conforme Corrêa do Lago (2014, p. 38), “à medida que as cidades cresciam [...], via-se o surgimento de um embrião de classe média urbana que incluía comerciantes, militares e classes profissionais, bem como diversos tipos de funcionários públicos”. Não obstante, no século XVIII e depois, ainda predominava nas sociedades portuguesa e brasileira o pensamento de que o trabalho manual não era dignificante, de modo que, no Brasil, “todos, menos os brancos muitíssimo pobres, dependiam do trabalho escravo” (BOXER, 1969, p. 24). Assim, apesar da intensa urbanização e do aumento do número de trabalhadores livres no Brasil durante o século XVIII, “mesmo nas cidades, a tendência era que o trabalho livre fosse substituído pelo trabalho escravo”, assinalou Corrêa do Lago (2014, p. 53). Ainda conforme esse autor, “na segunda metade do século XVIII, todas as fontes da época parecem concordar que, em muitas regiões, em maior ou menor grau, todos os tipos de trabalhos manuais eram realizados por escravos, treinados nos diversos ofícios” (CORRÊA DO LAGO, 2014, p. 53). Em Vila Rica de Ouro Preto, escreveu um observador de época,

poucos dos habitantes [livres tinham] qualquer emprego, com exceção dos lojistas. [...] perpetuamente se entregando a perspectivas visionárias de riqueza repentina [muito trabalhadores livres] se imaginam isentos daquela lei universal da natureza que ordena que o homem deve viver do suor de sua testa. Todos os ofícios [eram] exercidos quer por mulatos, quer por negros [cativos]. [...] [Existiam] muitos alfaiates, sapateiros, funileiros e alguns ferreiros, e um número não desprezível de seleiros. [...] Os negros [constituíam] o principal bem [dos habitantes] [...] [embora] os lucros obtidos com seu trabalho quase não chegavam a compensar os gastos com sua manutenção (MAWE, 1812, p. 176).

A mesma realidade foi observada em outras cidades, vilas e arraiais de Minas Gerais, que, segundo Corrêa do Lago (2014), parece ter sido uma sociedade essencialmente urbana no século XVIII. Não obstante, na época, foi a mineração de ouro e diamantes que empregou grande parte do número de escravos nas Minas Gerais. Porém, o tamanho dos plantéis variava conforme as datas de mineração, obtidas legalmente em concessão. “A distribuição de datas, proporcional ao número de escravos de cada proprietário, induzia o mineiro a concentrar seus recursos em mais braços”, observou Luna (1980, p. 94). Ainda conforme esse autor, “ao achar-se condicionada a concessão de uma segunda data mineral à exploração da primeira, os mineradores viam-se estimulados a realizar um rápido serviço extrativo nas áreas recebidas”. Além disso, “a forma de ocorrência do metal – ouro de aluvião – privilegiava métodos extrativos intensivos em mão-de-obra” (LUNA, 1980, p. 94).

Não obstante, Luna (1980) adverte que, no século XVIII, a estrutura da posse de escravos em Minas Gerais indica uma “sociedade na qual predominavam, incontestavelmente, os pequenos proprietários; indivíduos possuidores de escravaria de um, dois ou, no máximo, cinco escravos. Raros os proprietários de grande escravaria”. Assim sendo, em Minas Gerais, “as grandes lavras devem ter constituído a exceção e não a regra quanto à organização da estrutura produtiva” (LUNA, 1980, p. 78). Em complemento a sua análise, o autor destaca que nas Minas Gerais setecentistas a distribuição da posse de escravos, medida pelo índice de Gini, variou entre 0,40 e 0,54.⁶ Considerando esses resultados como indicadores de posse de riqueza e comparando-os com os índices calculados por Canabrava (1972) para diferentes localidades da capitania de São Paulo no século XVIII, Luna (1980, p. 79) observa que “os números obtidos para São Paulo são relativamente altos quando confrontados aos de Minas Gerais”.⁷ Além disso, Furtado (2005) destaca que a renda da economia mineira era relativamente muito menos concentrada.

Outra característica da economia mineira do século XVIII que merece ser destacada diz respeito a possibilidade de escravos obterem sua liberdade via manumissão, uma vez que a alguns cativos se permitia conservar uma parte da sua produção mineradora, com a qual ele podia pagar a própria alforria. Para Corrêa do Lago (2014, p. 51), “o fato de, em 1786, os negros livres representarem mais de 20% do total de negros da capitania [de Minas Gerais] parece

⁶ O índice de Gini varia entre 0 (perfeita igualdade) e 1 (perfeita desigualdade), de modo que, quanto mais próximo estiver de 1, maior a desigualdade.

⁷ Segundo Luna (1980), dentre oito índices calculados por Canabrava (1972), três situaram-se entre 0,60 e 0,70 (mínimo de 0,61) e cinco alcançaram valores acima de 0,70 (máximo de 0,78).

indicar que havia, efetivamente, alguma possibilidade de ascensão social para os escravos negros”. Corroborar à essa conclusão o estudo de Francisco Vidal Luna, que afirma: “a significativa participação dos forros, particularmente em 1738 e 1771 refletiria [...] uma efetiva mobilidade social, no sentido vertical, por parte dos escravos. Mobilidade esta gerada, em essência, pela própria organização da atividade extrativa (LUNA, 1982, p. 44).

Além de escravos, no século XVIII, a exploração de ouro e diamantes no Brasil também empregou faiscadores livres, que trabalhavam individualmente ou em pequenos grupos. “Assim, a mão de obra na mineração consistia em escravos e em garimpeiros autônomos”, observou Corrêa do Lago (2014, p. 52). A respeito Celso Furtado destaca as possibilidades que a economia mineira oferecia aos mineradores livres. Segundo Furtado (2005, p. 80-81),

Na economia mineira, as possibilidades que tinha um homem livre com iniciativa eram muito maiores. Se dispunha de recursos, podia organizar uma *lavra* em escala grande, com cem ou mais escravos. [...] Se eram reduzidos os seus recursos iniciais, podia limitar sua empresa às mínimas proporções permitidas pela divisibilidade da mão-de-obra, isto é, a um escravo. Por último, se seus recursos não lhe permitiam mais que financiar o próprio sustento durante um período limitado de tempo, podia trabalhar ele mesmo como *faiscador*. Se lhe favorecia a sorte, em pouco tempo ascenderia à posição de empresário.

Havia, ainda, mineradores livres que não possuíam escravos, mas alugavam cativos para empregá-los na mineração. Por exemplo, durante o século XVIII e depois, era comum o aluguel de escravos para trabalhar nas jazidas de diamante na região de Diamantina, onde, conforme Mawe (1812), várias pessoas consideravam o trabalho manual desprezível e, por isso, viviam ociosamente dos rendimentos de aluguel de seus escravos, bem como das eventuais remunerações obtidas pelos cativos. Simonsen (2005) e Corrêa do Lago (2014) advertem que o mau hábito dos habitantes do Brasil – colônia e império – de menosprezar o trabalho manual não era uma característica exclusiva das regiões mineradoras, sendo observado em muitas partes do território brasileiro.

Vale notar, apesar de toda riqueza e da possibilidade de rápida ascensão social nas regiões mineradoras, a exploração econômica nas Minas Gerais foi inicialmente marcada pela fome. Segundo Zemella (1990), Furtado (2005) e Prado Jr. (2006), a combinação de alguns fatores, como rápido aumento demográfico, maior circulação monetária, grande distância entre a região das Minas e o litoral, dificuldade de acesso às áreas mineradoras e concentração de esforços na atividade extrativa do ouro, gerou falta de alimentos, animais de transporte e ferramentas na capitania de Minas Gerais. Segundo os autores, esse conjunto de fatores, associado ao rápido crescimento da atividade mineradora, estimulou a produção e o comércio de diferentes regiões brasileiras, principalmente nas capitanias de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Assim sendo, a mineração provocou a expansão e integração da economia da colonial brasileira, bem como deslocou seu eixo dinâmico da região nordeste para o centro-sul. Nas palavras de Caio Prado Jr.: “as transformações provocadas pela mineração deram como resultado final o deslocamento do eixo econômico da colônia, antes localizado nos grandes centros açucareiros do Nordeste (Pernambuco e Bahia). A própria capital da colônia [...] transfere-se em 1763 da Bahia para o Rio de Janeiro”. Em complemento, prossegue o autor: “a necessidade de abastecer a população, concentrada nas minas e na nova capital, estimulará as atividades econômicas num largo raio geográfico que atingirá não somente as capitânicas de Minas Gerais e Rio de Janeiro propriamente, mas também São Paulo” (PRADO Jr., 2006, p. 64).

A articulação da produção pecuária do Rio Grande do Sul à economia mineradora no século XVIII é salientada por Celso Furtado, que escreveu: “a pecuária, que encontrara no sul um hábitat excepcionalmente favorável para desenvolver-se [...], passará por uma verdadeira revolução com o advento da economia mineira” (FURTADO, 2005, p.82). Ainda segundo esse autor:

Se se considera em conjunto a procura de gado para corte e de muas para transporte, a economia mineira constituiu, no século XVIII, um mercado de proporções superiores ao que havia propiciado a economia açucareira em sua etapa de máxima prosperidade. Destarte, os benefícios que dela se irradiam para toda a região criatória do sul são substancialmente maiores do que os que recebeu o sertão nordestino. A região rio-grandense, onde a criação de mulas se desenvolveu em grande escala, foi, dessa forma, integrada no conjunto da economia brasileira (FURTADO, 2005, p. 83).

Especificamente a respeito da economia da região das Minas Gerais, Caio Prado Jr. destaca: “o território das minas propriamente (sobretudo das mais importantes localizadas no centro de Minas Gerais) é impróprio para as atividades rurais. O solo é pobre e o relevo excessivamente acidentado. Nestas condições, os mineradores terão de se abastecer de gêneros de consumo vindos de fora” (PRADO JR., 2006, p. 65). O trabalho clássico de Mafalda Zemella, que analisa o abastecimento da capitania de Minas Gerais no século XVIII, corrobora à essa hipótese de Caio Prado Jr. Segundo Zemella (1990), no auge da mineração aurífera, o abastecimento da região das Minas Gerais dependia basicamente dos mercados de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, bem como de importações vindas da Europa.

Para Zemella (1990, p. 211), “enquanto a produção do ouro foi abundante, não houve margem para o aparecimento de uma agricultura ponderável ou de uma pecuária intensiva. A agricultura no apogeu do ouro não poderia desenvolver-se, porque não podia disputar com as minas na compra de escravos”. Ainda segundo a autora, as atividades agrícolas e pecuárias só ganharam importância na economia de Minas Gerais com a decadência da mineração, no final do século XVIII. Assim, Zemella (1990) reforça a interpretação clássica da historiografia

brasileira de que a mineração do ouro e diamantes não provocou estímulos suficientes para dinamizar e desenvolver o mercado interno de Minas Gerais no século XVIII.⁸ A esse respeito, escreveu Furtado (2005, p. 85):

[...] o desenvolvimento endógeno – isto é, com base no seu próprio mercado – da região mineira foi praticamente nulo. É fácil compreender que a atividade mineratória haja absorvido todos os recursos disponíveis na etapa inicial. E menos fácil explicar, entretanto, que uma vez estabelecidos os centros urbanos, não se hajam desenvolvido suficientemente atividades manufatureiras de grau inferior, as quais poderiam expandir-se na etapa subsequente de dificuldades de importação.

Para Prado Jr. (2006), o ouro e os diamantes das Minas Gerais constituem parte do conjunto de produtos colônias com alto valor comercial, cuja produção visava, sobretudo, atender os interesses comerciais portugueses. Assim, a exploração das Minas Gerais insere-se no “sentido da colonização”, sendo o ouro brasileiro uma importante fonte de riqueza para a economia europeia no século XVIII (PRADO JR, 2006). Aprofundando a noção de “sentido da colonização”, Fernando Novais insere a exploração de pedras e metais preciosos no Brasil no modelo do “antigo sistema colonial”, cuja dinâmica é definida pelo mecanismo de relações comerciais chamado “exclusivo metropolitano” (NOVAIS, 1995). Assim, segundo Caio Prado Jr. e Fernando Novais, a produção agrícola e pecuária nas regiões mineradoras, bem como o comércio e a pequena fabricação de manufaturas artesanais, são atividades secundárias e acessórias que, basicamente, se destinam a fornecer os meios de subsistência à população empregada na atividade nuclear, no caso a mineração (PRADO JR, 2006; NOVAIS, 1995).

Em linha com essas interpretações clássicas, Celso Furtado destaca que “não se havendo criado nas regiões mineiras formas permanentes de atividades econômicas – à exceção de alguma agricultura de subsistência –, era natural que, com o declínio da produção de ouro, viesse uma rápida e geral decadência”, que resultou na desarticulação e atrofiamiento da economia mineira (FURTADO, 2005, p. 90). Em conclusão, o autor afirma: “poucos decênios foram o suficiente para que se desarticulasse toda a economia da mineração, decaindo os núcleos urbanos e dispersando-se grande parte de seus elementos”. Assim, a região da Minas Gerais, “cujo povoamento se fizera em um sistema de alta produtividade, e em que a mão-de-obra fora um fator extremamente escasso, envolveu numa massa de população totalmente desarticulada, trabalhando com baixíssima produtividade numa agricultura de subsistência” (FURTADO, 2005, p. 91).

Contrariando o pensamento de que o declínio da mineração provocou desarticulação e decadência econômica das Minas Gerais, estudos recentes têm produzido evidências que

⁸ Ne sentido ver Cano (1977), Furtado (2005), Prado Jr. (2006), Novais (1995).

demonstram a diversidade e o dinamismo das atividades agropecuária e comercial internas à capitania mineira, bem como a importância dessas atividades para o abastecimento de diferentes mercados regionais, internos e externos à economia de Minas Gerais (LENHARO, 1979; GUIMARÃES; REIS, 1988; LIBBY, 1988; ALMEIDA, 2001; PAIVA, 1996; FERREIRA FURTADO, 1999; CHAVES, 1999; 2001; PAIVA; GODOY, 2002; RODARTE; PAULA; SIMÕES, 2004; CARRARA, 2007). Em síntese, segundo esses estudos, o declínio da mineração de ouro e diamantes nas Minas Gerais não acarretou a desarticulação e decadência da economia mineira, como afirmam Furtado (2005) e Prado Jr. (2006). De acordo com aqueles estudos, o que aconteceu nas Minas Gerais nas últimas décadas do século XVIII foi uma transição da atividade econômica nuclear, que passou da mineração para um diversificado arranjo de atividades vinculadas à agricultura, pecuária, comércio, transformação artesanal de produtos agropecuários e, ainda, a mineração.

Cabe destacar, a atividade econômica de Minas Gerais no século XVIII não se resumia apenas a atividade mineradora. Segundo Rodarte, Paula e Simões (2004), mesmo no auge da extração aurífera a estrutura produtiva da capitania mineira era relativamente diversificada, complexa e dinâmica. Interpretação semelhante é a de Corrêa do Lago (2014, p. 41), que diz: “durante a fase de prosperidade da mineração [...], não existia em Minas Gerais, de forma alguma, uma especialização exclusiva na atividade mineradora”. Ainda conforme esse autor, o crescimento dos núcleos urbanos estabelecidos em Minas Gerais foi geralmente acompanhado pela “diversificação das atividades econômicas, com o predomínio do comércio e do artesanato, enquanto muitos grandes mineradores combinavam o empreendimento da mineração com agricultura, criação de gado e atividades comerciais” (CORRÊA DO LAGO, 2014, p. 41).

Em resumo, durante grande parte do século XVIII, a mineração de ouro e diamantes foi a atividade econômica predominante em Minas Gerais. Não obstante, o expressivo aumento da população na capitania mineira, consequência da corrida do ouro no Brasil, criou novos mercados para as atividades ligadas à pecuária e à produção de alimentos, bem como estimulou a urbanização e o desenvolvimento do comércio na região das Minas Gerais. Assim, boa parte da economia mineira setecentista foi constituída e desenvolvida com base na diversificação da atividade econômica. No final do século XVIII e nas primeiras décadas oitocentistas, quando a mineração aurífera na região das Minas Gerais havia declinado, foi a diversificação da estrutura produtiva da economia mineira que impediu o atrofamento e a crise geral dessa capitania de Minas Gerais.

Ainda cabe destacar, os efeitos da exploração aurífera no Brasil colonial foram sentidos em praticamente todo território da colônia. Além do aumento da população, a mineração criou ligações terrestres entre as regiões mineradoras e outras partes do Brasil antes isoladas. Assim, no século XVIII, a mineração também contribuiu para expansão territorial da colônia em direção ao oeste, bem como para a integração econômica de diferentes regiões brasileiras, notadamente a região centro-sul. A mineração ainda alterou substancialmente as relações entre Portugal e Brasil, que, logo após a descoberta das primeiras grandes jazidas de ouro nas Minas Gerais, sentiu o peso da nova estrutura administrativa e tributária, mais impositiva e onerosa, estabelecida pela metrópole (BOXER, 1969; FAUSTO, 1995; CORRÊA DO LAGO, 2014; SIMONSEN, 2005; FURTADO, 2005; PRADO JR., 2006). Essas e outras transformações causadas pela mineração no Brasil colonial foram analisadas em inúmeros estudos, não cabendo aqui uma análise detalhada. Assim sendo, e tendo em vista os objetivos deste capítulo, a próxima seção apresenta as características gerais da economia mineira oitocentista.

1.3 Características gerais da economia de Minas Gerais no século XIX

No início do século XIX, a mineração de ouro e diamantes na região das Minas Gerais havia declinado significativamente. Segundo Corrêa do Lago (2014, p. 205), “a acentuada decadência da mineração levou progressivamente a um êxodo da população de muitos centros urbanos”. Ainda conforme esse autor, muitos trabalhadores que deixaram os centros urbanos da mineração foram procurar emprego na agricultura ou na criação de gado, atividades que, por volta de 1820, empregavam grande parte da população da capitania de Minas Gerais. Vale notar, nessa época, conforme os dados da Tabela 1.2 a seguir, a criação de gado e a produção de derivados da pecuária representavam 53% do valor total das vendas externas da economia mineira – excluindo a mineração de ouro e diamantes. A Tabela 1.2 apresenta a participação percentual do valor da comercialização dos principais produtos produzido em Minas Gerias e vendidos para fora da capitania mineira no início do século XIX.

Tabela 1.2 – Participação do valor da comercialização dos principais produtos mineiros vendidos para fora da capitania de Minas Gerais no período 1818-1819 (excluindo a mineração)

Produtos	Participação Percentual
Algodão em rama	22,0 %
Toucinho e carne salgada	17,4 %
Gado em pé	14,8 %
Panos de algodão	11,1 %
Porcos	7,2 %
Queijos	6,3%
Mulas	5,4 %
Fumo	4,2 %
Açúcar	2,7 %
Cavalos	1,8 %
Café	1,7 %
Total	94,6 %

Fonte: Corrêa do Lago (2014, pp. 205-206; 517)

A Tabela 1.3 abaixo mostra que na primeira metade do século XIX os gêneros agrícolas e pecuários, simples ou transformados, constituíram os principais produtos comercializados pela capitania, depois província, de Minas Gerais. Na época, grande parte da produção agropecuária mineira tinha como destino as províncias da Bahia e Rio de Janeiro, e especialmente a capital fluminense (PAIVA; GODOY, 2002; CORRÊA DO LAGO, 2014). Entre os gêneros agrícolas destacavam-se o algodão, o fumo e, sobretudo, o café; pecuários sobressaíam-se os bovinos e suínos; manufaturados rurais eram queijo e toucinho. Ademais, os panos de algodão, produzidos nas áreas urbanas e rurais mineiras, também constituíam importante artigos vendidos para fora de Minas Gerais na primeira metade do século XIX.

Tabela 1.3 – Exportações de alguns dos principais produtos de Minas Gerais, 1818-1851

Produtos	Unidade	1818-19	1839-40	1842-43	1844-45	1850-51
Café	Arrobas*	9.707	243.473	263.980	374.392	900.264
Fumo	Idem	46.256	163.271	154.179	-	221.931
Algodão em rama	Idem	81.660	1.575	233	1.273	336
Açúcar	Idem	13.692	5.604	2.007	7.085	7.220
Toucinho	Idem	141.076	181.116	220.301	220.419	230.943
Gado	Cabeça	47.461	50.370	-	53.475	55.488
Porcos	Idem	35.583	21.747	44.819	46.958	39.805
Queijo	Número	600.857	599.006	377.239	395.202	439.297
Panos de algodão	Varas**	1.088,952	1.023,338	1.245,229	-	1.875,418

Nota: * uma arroba = 14,689 quilos. ** uma vara = aproximadamente 1,10 metro.

Fonte: Corrêa do Lago (2014, p. 207)

A partir dos dados da Tabela 1.3 calcula-se que no final da década de 1830 as exportações de café de Minas Gerais, medidas em arrobas, aumentaram mais de 2.400% em relação ao ano de 1818. Conforme Corrêa do Lago (2014), o rápido crescimento na produção cafeeira na província mineira, notadamente a partir da década de 1820, pode ser atribuído a três fatores principais: grande disponibilidade de terras, relativa abundância de mão de obra escrava e os altos preços do café no mercado internacional. “Em tais circunstâncias, no segundo quarto do século XIX, várias grandes fazendas de café empregando trabalho escravo se desenvolveram nos municípios da Zona da Mata, vizinha aos municípios da província do Rio de Janeiro localizados ao longo do Vale do Paraíba”, na época, a principal região cafeeira do Brasil (CORRÊA DO LAGO, 2014, p. 206). Após 1835, as fazendas mineiras de café se espalharam gradualmente para a região sul de Minas Gerais, onde já havia uma importante produção de gêneros alimentícios destinada ao abastecimento interno e externo à província mineira (PAIVA; GODOY, 2002; CORRÊA DO LAGO, 2014). Logo, “de um cultivo realizado principalmente em pequena escala, em roças, o café viu sua importância aumentar de forma notável para se tornar, em algumas décadas, o principal produto de exportação da província” de Minas Gerais. Em consequência, houve “uma crescente movimentação interna de escravos em direção às recém-abertas áreas cafeeiras” (CORRÊA DO LAGO, 2014, p. 206).

Particularmente no que diz respeito a abundância de mão de obra escrava na economia mineira durante a primeira metade do século XIX, convém observar que, embora o número de trabalhadores cativos tenha diminuído consideravelmente em Minas Gerais desde o final do século XVIII, quando os escravos representavam cerca de 50% dos mais de 390 mil habitantes da capitania mineira, em 1821 o contingente de escravos ainda representava uma fração importante (35,4%) da população de Minas Gerais, que, naquele ano, somava 514.038 pessoas. Assim sendo, em 1821, o número de trabalhadores escravos na economia mineira ultrapassava 180 mil cativos. Esse número é superior ao total de escravos contabilizados na capitania mineira nos anos 1808 e 1818, quando, mesmo com o declínio da mineração aurífera, Minas Gerais possuía, em termos absolutos, o maior plantel de escravos africanos da América portuguesa (BOTELHO; PAIVA, 2008; CORRÊA DO LAGO, 2014; STUMPF, 2017).

Vale notar que, embora não fosse a realidade da totalidade das regiões mineiras, nos séculos XVIII e XIX, predominou no conjunto de proprietários de escravos em Minas Gerais a posse de pequenos (1 a 5) e médios (6 a 10) planteis de cativos (LUNA, 1981; LIBBY, 1988; PAIVA; GODOY, 2002). Essa realidade, bastante diferente da economia escravista do nordeste açucareiro, revela, segundo Martins (1980), certa peculiaridade da economia escravista mineira,

isto é, a escravidão em Minas Gerais não estava, necessariamente, vinculada à produção de gêneros destinados a abastecer o mercado europeu. Para Martins (1980), desde o início do século XVIII a escravidão, em Minas Gerais, esteve ligada ao setor de abastecimento interno à capitania mineira.

Crítico à interpretação de Martins (1980), Slenes (1988) lembra da importante interrelação entre os mercados externo e interno, destacando os efeitos das exportações das regiões de *plantations*, externas e internas à economia de Minas Gerais, sobre a produção e o comércio mineiro. Em outras palavras, Slenes (1988) ressalta a importância da venda de artigos produzidos em Minas Gerais para regiões de *plantations* estabelecidas dentro e fora do território mineiro, especialmente para o Rio de Janeiro. Para Slenes (1988), o abastecimento dessas regiões estimulava o emprego de trabalhadores escravos na produção e transporte de mercadoria. Assim, não apenas a dinâmica do mercado interno de Minas Gerais, mas também o setor exportador das regiões de *plantation* impulsionava a diversificada economia escravista mineira, cuja produção, nas primeiras décadas do século XIX, era destinada ao abastecimento interno e externo (SLENES, 1988).

Inspirada nas análises de Martins (1980) e Slenes (1988), Clotilde Paiva examinou a dinâmica econômica e demográfica de Minas Gerais na primeira metade do século XIX. A partir de um volumoso e importante conjunto de fontes primárias, Paiva (1996) conclui que, após as vicissitudes da decadência da mineração aurífera em Minas Gerais, emergiu uma “sociedade provincial heterogênea com base econômica diversificada e dinâmica [...], com fortes vínculos externos” (PAIVA, 1996, p. 159). Ainda segundo essa autora, “os setores mais dinâmicos da economia eram aqueles voltados para os mercados externos à Província. A influência destes setores se espalhava pelos demais segmentos da organização econômica, inclusive pelas áreas vizinhas” (PAIVA, 1996, p. 159). Por fim, diz ela: “a análise dos dados econômicos [...] mostrou uma província com fortes vinculações com o mercado externo, com pauta de exportações extremamente variada incluindo, sobretudo gêneros da agropecuária, simples ou transformados (PAIVA, 1996, p. 159).

Em estudo posterior, Paiva e Godoy (2002) sintetizam e, em parte, atualizam a pesquisa de Paiva (1996), ratificando a tese da diversificação e do dinamismo da economia mineira na primeira metade do século XIX. Nas palavras de Paiva e Godoy (2002, p. 54):

estreitas eram as relações entre o setor exportador e aqueles orientados para o mercado interno, a ponto de nem sempre serem discerníveis. Autoconsumo, fluxos locais ou para mercados vicinais, fluxos internos de longa distância (intra e interregionais) e fluxos externos (interprovinciais) não eram excludentes, ao contrário, conviviam em regime de complementaridade e interdependência na complexa estrutura econômica provincial.

A magnitude e complexidade da economia de Minas Gerais, ao permitir a convivência de sólidas conexões internas com ampla inserção em mercados externos, propulsionou o surgimento de organização econômica original.

Quanto à população escrava na província de Minas Gerais, Paiva e Godoy (2002) observam que, na primeira metade do século XIX, as proporções de escravos e os tamanhos médios dos planteis de cativos estavam estreitamente vinculados ao nível de desenvolvimento econômico e ao vigor das diferentes atividades produtivas que caracterizavam as distintas regiões de Minas Gerais. Assim, “íntima era a relação entre dinamismo econômico regional e o escravismo”, afirmam Paiva e Godoy (2002, p. 43).

Os dados e observações de Corrêa do Lago (2014) confirmam para a segunda metade do século XIX as principais conclusões do estudo de Paiva e Godoy (2002), que foca a primeira metade dos oitocentos. Segundo Corrêa do Lago (2014, p. 208), “no início da década de 1850, pouco depois da supressão definitiva do tráfico de escravos africanos, o café já representava mais da metade do valor oficial total das exportações de Minas Gerais (excluindo produtos da mineração)”. Assim, “um grande número de escravos já estava localizado nos municípios da Zona da Mata, onde a produção de café era predominante”. Não obstante, o autor adverte que “a Zona da Mata e o cultivo do café não concentravam, de forma alguma, a maioria dos escravos da província, que continuavam a ser empregados em uma série de outras ocupações que incluíam a criação de gado e a agricultura, bem como atividades urbanas” (CORRÊA DO LAGO, 2014, p. 208). Ainda segundo esse autor,

ao final da década de 1850, o cultivo do café havia alcançado a região do chamado Triângulo Mineiro [...]. No entanto, a expansão crescente do setor [...] não foi acompanhada por reclamações frequentes quanto à “falta de braços”, como ocorria no Rio de Janeiro e em São Paulo. Isso pode ser atribuído ao fato de que, nas áreas mais antigas, o trabalho livre assumia uma maior proporção das ocupações que, anteriormente, tanto escravos quanto homens livres costumavam exercer, permitindo a transferência de escravos para a cafeicultura (CORRÊA DO LAGO, 2014, p. 208).

Vale notar, ao longo da segunda metade do século XIX, à medida que algumas regiões de Minas Gerais sofriam com a queda da produtividade devido ao esgotamento do solo e o envelhecimento de seus pés de café, como as áreas cafeeiras mais antigas da Zona da Mata, novas regiões cafeeiras, especialmente o Sul de Minas, se tornaram cada vez mais importantes para a cafeicultura mineira. Não obstante, a expansão da fronteira cafeeira na Zona da Mata, isto é, a incorporação de novas áreas produtoras de café, fizeram dessa região a mais importante área cafeeira de Minas Gerais no século XIX (MINAS GERAIS, 1883; 1929; MARTINS, 1980; GIROLETTI, 1980; LIMA, 1977; CORRÊA DO LAGO, 2014). A Tabela 1.4 a seguir mostra que a Zona da Mata foi responsável pela maior parte do volume das exportações mineiras de café durante grande parte no século XIX.

Tabela 1.4 – Participação regional nas exportações de café de Minas Gerais, 1842-1888
(percentual do volume físico total exportado pela província mineira)

Anos	Participação percentual por região		
	Zona da Mata	Região Sul	Resto da Província
1842-43	99,9	0,1	0,3
1844-45	100,0	-	-
1847-48	99,8	0,2	-
1850-51	99,8	0,2	-
1867-68	99,7	0,2	-
1881-82	97,0	2,8	0,2
1882-83	97,0	2,8	0,2
1883-84	93,1	6,4	0,4
1886	74,7	-	-
1888	87,8	-	-

Fonte: Martins (1980, p. 17), Pires (2004, p. 8).

A Tabela 1.5 a seguir mostra a evolução do volume médio anual das exportações mineiras de café na segunda metade do século XIX. No quinquênio 1855-59, Minas Gerais exportou, em média, 12.070 toneladas de café anualmente, valor 17% maior que o observado do período 1850-54, quando a média anual das exportações mineiras de café foi de 10.320 toneladas. Nas décadas de 1860 e 1870, apesar das fortes flutuações anuais, as exportações mineiras de café apresentaram tendência crescente. Entre os quinquênios 1860-64 e 1870-74, a média anual das exportações cafeeiras de Minas Gerais quase dobrou, passando de 14.582 toneladas para 29.090 toneladas. No período 1875-79, o volume médio de café exportado anualmente pela província de Minas Gerais foi quase 50% maior que a média do quinquênio anterior, subindo de aproximadamente 29,1 mil toneladas na média do período 1870-74 para cerca de 43 mil toneladas de café na segunda metade da década de 1870. Nessa época, o café já correspondia a quase dois terços do valor total das exportações mineiras (MARTINS, 1980; MINAS GERAIS, 1929; CORRÊA DO LAGO, 2014). Nas décadas de 1880 e 1890, quando a média anual das exportações cafeeiras de Minas Gerais alcançam, respectivamente, 70.460 e 104.869 toneladas, o café representava entre 70% e 80% do valor total das exportações de Minas Gerais.

Tabela 1.5 – Minas Gerais: estimativas das exportações médias anuais de café na segunda metade do século XIX

Quinquênios	Médias anuais (em toneladas)
1850-54	10.320
1855-59	12.070
1860-64	14.582
1865-69	28.792
1870-74	29.090
1875-79	42.915
1880-84	62.746
1885-89	78.174
1890-94	83.748
1895-99	125.990

Fonte: Elaborado própria com base nos dados da Tabela A1 do Apêndice.

Quanto às vendas de outros produtos mineiros para fora da província de Minas Gerais, dados disponíveis indicam um aumento expressivo no comércio externo de fumo e algodão em rama na década de 1860. Entretanto, as vendas externas de algodão em rama declinaram abruptamente no início dos anos 1870, enquanto o fumo permaneceu com importante produto de exportação da província (MINAS GERAIS, 1929). Segundo Corrêa do Lago (2014, p. 214), “depois de alcançarem um máximo de cerca de 5.260 toneladas em 1872-3, as exportações de fumo flutuaram por volta de 80% desse total, ou menos, até o final do século”. As estatísticas disponíveis ainda indicam que houve um significativo acréscimo nas vendas do açúcar mineiro na década de 1860. Nessa época, também houve um expressivo aumento no comércio de gado vivo para fora da província mineiras, que continuou crescendo no início da década de 1870, quando também se registra um substancial incremento nas vendas externas de toucinho. O queijo é outro produto que apresentou progresso notável no balanço comercial de Minas Gerais na segunda metade do século XIX, beneficiando-se principalmente da expansão dos mercados internos à província mineira e da cidade do Rio de Janeiro. No final do século XIX, novos produtos, especialmente as manufaturas têxteis de algodão, o minério de ferro e o manganês, se tornaram cada vez mais importantes na economia de Minas Gerais (MINAS GERAIS, 1929; MARTINS, 1980; CORRÊA DO LAGO, 2014).

Cabe destacar que, na década de 1860, os diamantes ainda conservavam certa importância no valor total das exportações de Minas Gerais. Logo, porém, a exportação mineira de diamantes apresentou tendência decrescente. Segundo Corrêa do Lago (2014), esse declínio é parcialmente explicado pela competição resultante da exploração de diamantes na África do Sul. Ainda conforme o autor, a produção de ouro nas Minas Gerais oscilou bastante nas décadas

de 1860 e 1870, com notável acréscimo no início de cada uma dessas décadas, seguido de considerável declínio nos quadriênios 1863-66 e 1871-74. Mesmo assim, na década de 1870 “o ouro preservava mais importância que os diamantes” no valor total das exportações de Minas Gerais, afirma Corrêa do Logo (2014, p. 214).

Por fim, convém observar que, em 1883, o presidente da província de Minas Gerais, Antonio Gonçalves Chaves, separava o território mineiro em duas áreas economicamente distintas: a Zona da Mata, caracterizada, segundo ele, pela grande lavoura; e os campos, onde a população se dedicava “quase exclusivamente” à pecuária e à pequena lavoura, sendo essa última atividade “quase exclusivamente” destinada para o consumo local. Em seguida, o então presidente da província de Minas Gerais salientou: “nossa agricultara, com exceção feita da produção do café, não passou ainda, em geral, do período que se denomina – *doméstico*” (MINAS GERAIS, 1883, p 37-38, grifo no original). Em 1887, o cônsul Ricketts observou que “a maior parte da população [de Minas Gerais] dedicava-se à criação de gado, à agricultura e a roças de subsistência” (RICKETTS, 1887 *apud* MARTINS, 1980, p. 42).

Conforme Corrêa do Lago (2014, p. 216), “a área cultivada por pequenos proprietários e sitiantes era proporcionalmente grande em Minas Gerais”. Ainda assim, “ao final de 1886”, observou o autor, “poucas eram as fazendas de café mineiras que tinham recorrido ao trabalho livre” (CORRÊA DO LAGO, 2014, p. 216). Portanto, é possível que um dos efeitos imediatos da abolição da escravidão no Brasil, em 1888, tenha sido a queda temporária da produção cafeeira em Minas Gerais. Vale notar, entre 1888 e 1890, as exportações mineiras de café declinaram firmemente. Em 1888, a província de Minas exportou 75.716 toneladas de café; no ano seguinte esse número caiu para 69.446 toneladas e em 1890 baixou para 58.253 toneladas. Em a 1887 (ano anterior à Abolição), nota-se uma queda de quase 40% das exportações mineiras de café, que caíram de 96.849 toneladas em 1887 para pouco mais de 58,2 mil toneladas em 1890 (Tabela A1 do Apêndice). Convém observar que, no triênio o 1888-90, o preço de importação do café nos Estados Unidos, principal mercado consumidor do produto brasileiro, apresentava forte valorização (DELFIM NETTO, 1981).

Contudo, o setor cafeeiro de Minas Gerais logo se recuperou, e em 1891 as exportações mineiras de café alcançaram quase 95 mil toneladas, valor pouco menor que o máximo histórico anterior, alcançado em 1887. Em seguida, em 1892 e depois, na segunda metade dos anos 1890, aquele máximo, registrado antes da Abolição, foi amplamente superado.

Pelo exposto neste capítulo, depreende-se que entre as principais características da economia mineira oitocentista estão a semi-especialização regional da atividade produtiva e a

produção diversificada, a qual era destinada ao abastecimento interno e externo a Minas Gerais. Não obstante, segundo as estatísticas de exportação, no final do século XIX, o Estado mineiro dependia profundamente do café, cuja participação no valor total das exportações mineiras foi, em média, de 70% nos anos 1890, alcançando quase 80% em 1897. Por outro lado, diferentes estudos sustentam que uma parcela considerável dos produtos mineiros de exportação era consumida internamente.⁹ Esse fato pode ajudar a explicar a participação relativamente baixa dos produtos não cafeeiros nas vendas externas de Minas Gerais durante a segunda metade do século XIX. Vale notar, conforme o recenseamento do Brasil de 1872, Minas Gerais era a província com o maior número de habitantes do país, concentrando mais de um quinto do total da população brasileira. Em 1890, as estatísticas demográficas mostram Minas Gerais como sendo o Estado mais populoso do Brasil, com quase 3,2 milhões de habitantes, o equivalente a 22,2% da população brasileira da época (BRASIL, 1876; 1898). Nota-se, assim, que, no final do século XIX, Minas Gerais apresentava um amplo mercado consumidor para a sua diversificada produção de gêneros de exportação não café.

1.4 Considerações finais do capítulo

Este capítulo apresentou as principais características da economia de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. Como visto, a exploração aurífera no Brasil setecentista acarretou significativas transformações econômicas e demográficas na colônia, especialmente nas Minas Gerais, principal região mineradora do Brasil na época. O fato de a capitania mineira ser a principal produtora de ouro da colônia fez com que essa região recebesse um intenso fluxo populacional no decorrer do século XVIII, o que estimulou a formação dos primeiros núcleos urbanos de Minas Gerais, bem como orientou parte do desenvolvimento econômico da capitania mineira. Entretanto, segundo Zemella (1990), Furtado (2005) e Prado Jr. (2006), a exploração de ouro e diamantes nas Minas Gerais não foi capaz de alavancar e desenvolver o mercado interno da capitania mineira, uma vez que as atividades agrícolas e pecuárias, especialmente aquelas destinadas ao abastecimento doméstico, eram menos atrativas que mineração aurífera, na época a atividade econômica nuclear. Nessa perspectiva, Zemella (1990), Furtado (2005) e Prado Jr. (2006) defendem que, no final do século XVIII, a decadência da produção aurífera nas Minas Gerais provocou um rápido e geral declínio da economia mineira.

Porém, como destacado anteriormente, novas pesquisas têm demonstrado que, durante e depois do auge da exploração aurífera nas Minas Gerais, a atividade econômica dessa região

⁹ Nesse sentido ver Martins (1980); Paiva (1996); Pavia e Godoy (2002); Corrêa do Lago (2014).

era relativamente diversificada e regionalmente heterogênea do ponto de vista socioeconômico. Assim sendo, o que aconteceu nas Minas Gerais nas últimas décadas do século XVIII e início do século XIX foi uma transição da atividade econômica nuclear – a mineração – para as atividades relacionadas à agricultura, pecuária, comércio, transformação artesanal de produtos agropecuários e, ainda, mineração. Assim, no século XIX, entre as principais características da economia mineira estavam a semi-especialização regional da atividade produtiva e a produção regionalmente heterogênea, orientada ao abastecimento interno e externo a Minas Gerais.

CAPÍTULO 2

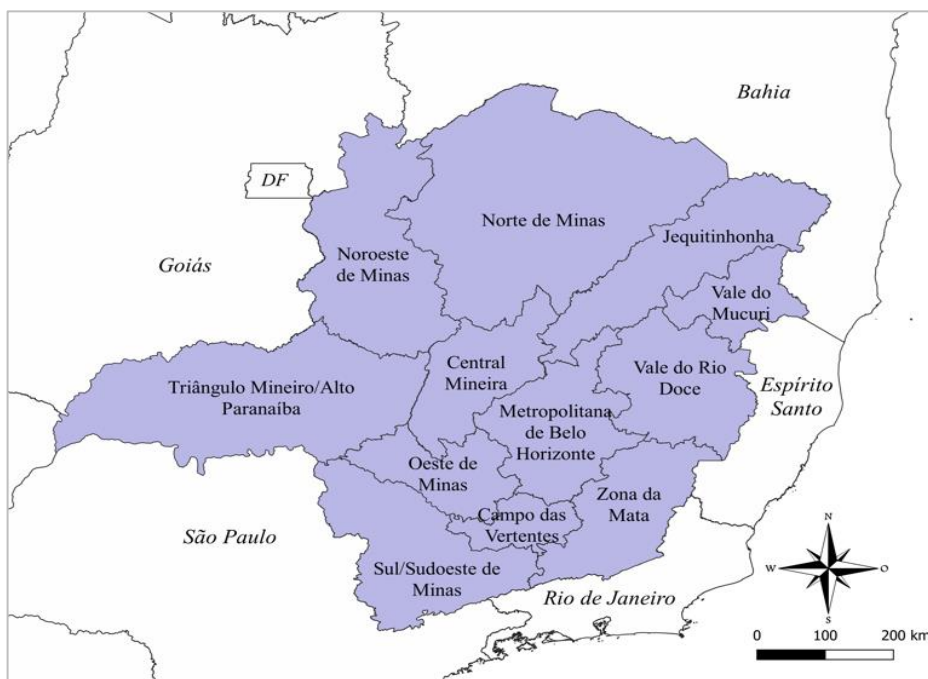
ESTRUTURA DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA E PECUÁRIA REGIONAL DE MINAS GERAIS EM 1920

Este capítulo analisa a estrutura regional das produções agrícola e pecuária de Minas Gerais em 1920. A análise utiliza o conjunto de informações censitárias dos 115.655 imóveis rurais inventariadas nos 178 municípios mineiros recenseados naquele ano. O capítulo foi organizado em quatro seções. A primeira seção propõe a divisão do estado de Minas Gerais em oito grandes regiões econômicas. Na segunda seção examina-se a produção agropecuária do estado mineiro em 1920. A terceira seção avalia os níveis de especialização e diversificação regional da agricultura de Minas Gerais naquele ano. Por fim, na quarta seção, apresenta-se as considerações finais deste capítulo.

2.1 Regiões e regionalização de Minas Gerais no início do século XX

Atualmente, o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) divide o território do estado de Minas Gerais em doze mesorregiões geográficas: Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Noroeste de Minas, Jequitinhonha, Vale do Rio Doce, Metropolitana de Belo Horizonte, Campo das Vertentes, Vale do Mucuri, Norte de Minas, Oeste de Minas, Zona da Mata, Central Mineira, Sul e Sudoeste de Minas (IBGE, 1991). A Figura 2.1 mostra essa divisão.

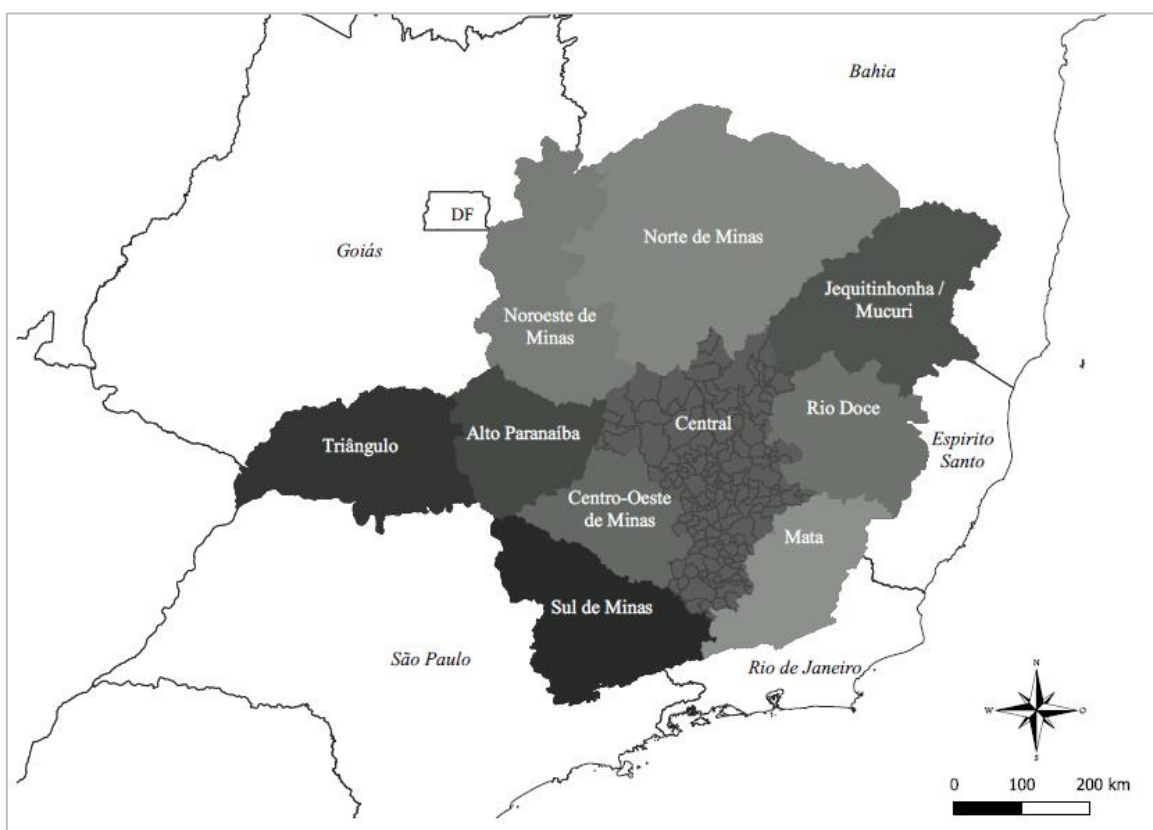
Figura 2.1 – Mesorregiões geográficas de Minas Gerais segundo o IBGE



Fonte: Elaboração da autora a partir das informações da base cartográfica do IBGE.

Conforme o IBGE, essa divisão regional do estado de Minas Gerais incorpora as mudanças socioespaciais ocorridas no território mineiro ao longo das últimas décadas e visa compatibilizar e ampliar a oferta de informações estatísticas para subsidiar o planejamento do desenvolvimento socioeconômico dos governos federal e estadual (IBGE, 1991). Não obstante, devido à fatores políticos-administrativos e socioeconômicos específicos do estado mineiro, a Secretaria de Planejamento de Minas Gerais (SEPLAN/MG) adota uma regionalização própria, dividindo o território estadual em dez regiões de planejamento: Centro-Oeste de Minas, Central, Rio Doce, Triângulo, Alto Paranaíba, Noroeste de Minas, Jequitinhonha/Mucuri, Norte de Minas, Mata e Sul de Minas. A Figura 2.2 apresenta essa regionalização.

Figura 2.2 – Regiões de planejamento do Estado de Minas Gerais segundo a SEPLAN/MG

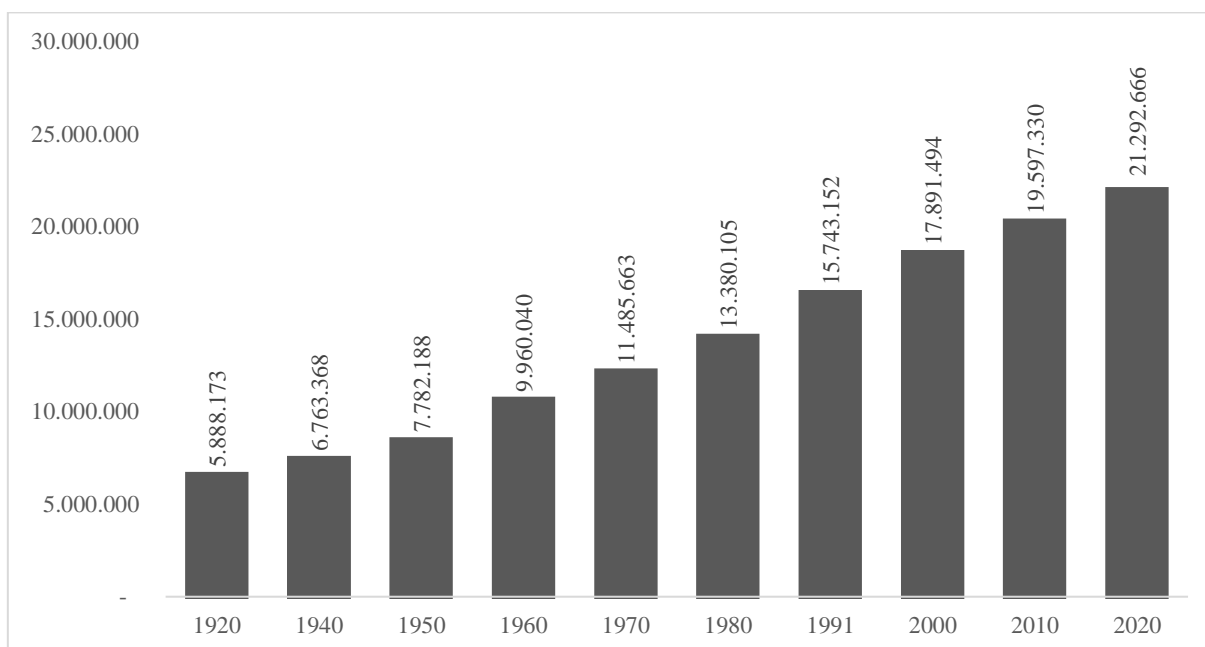


Fonte: Elaboração da autora a partir das informações da SEPLAN/MG.

Cabe destacar, tanto as mesorregiões geográficas do IBGE (Figura 2.1) quanto às regiões de planejamento da SEPLAN/MG (Figura 2.2) reúnem em cada região um conjunto de municípios com características socioeconômicas semelhantes. No entanto, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XXI, Minas Gerais vivenciou importantes transformações econômicas e demográficas, bem como sofreu significativas mudanças no número e nos limites geográficos dos seus municípios (IBGE, 1926; 2000; 2010; 2020). As

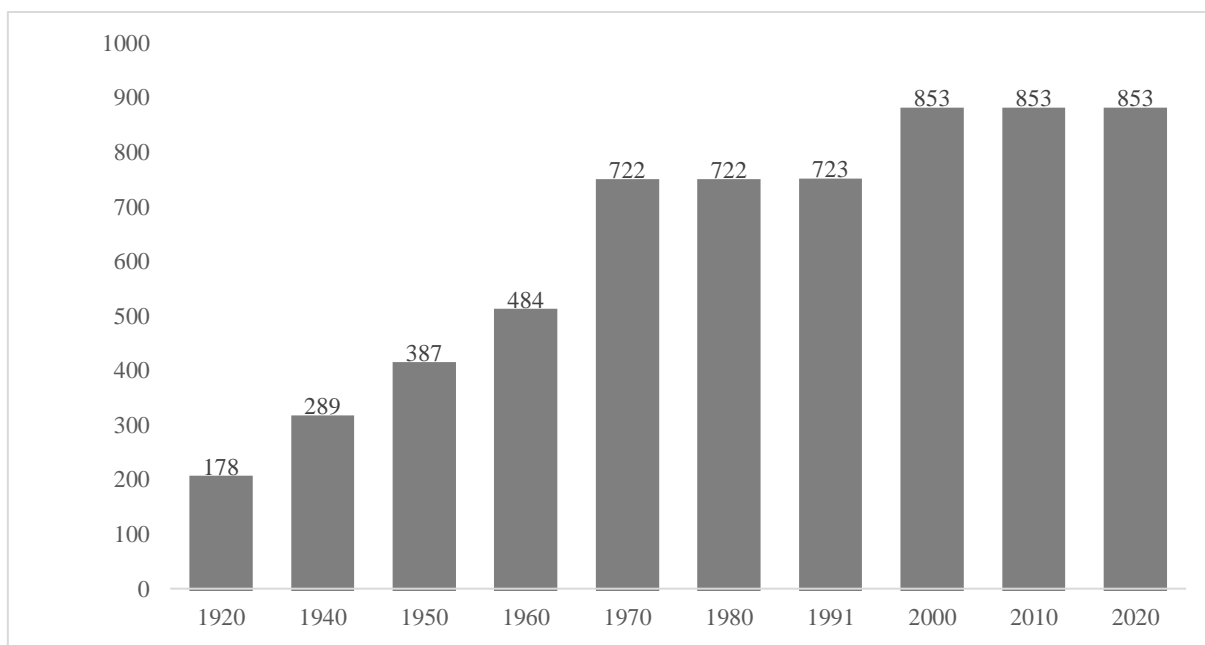
Figuras 2.3 e 2.4 mostram que, em 1920, Minas Gerais contava com 5.888.173 habitantes distribuídos em 178 municípios. Este número representa pouco mais de um quinto do total de 853 municipalidades que atualmente constituem o estado mineiro, cuja população, em 2020, foi estimada em quase 21,3 milhões de pessoas.

Figura 2.3 – Minas Gerais: população residente total, 1920-2020



Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do IBGE (1926; 2000; 2010; 2020)

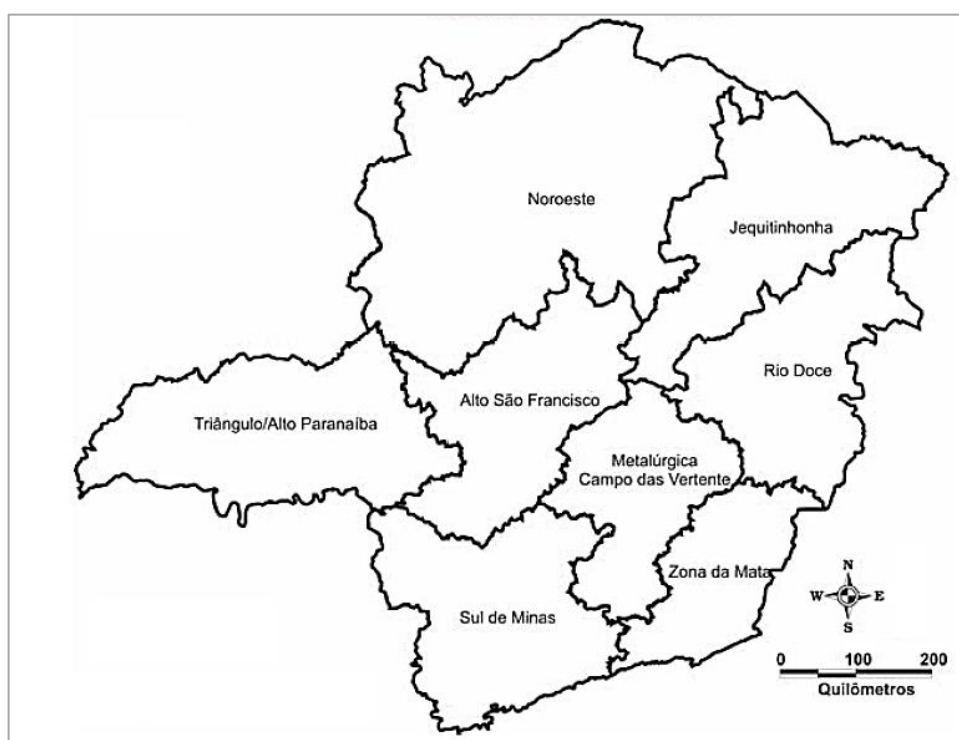
Figura 2.4 – Número de municípios recenseados em Minas Gerais, 1920-2020



Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do IBGE (1926; 2000; 2010; 2020)

Convém observar, ao longo do século XX, além do estímulo gerado pelo crescimento demográfico, o aumento no número de municípios no estado de Minas Gerais está relacionado a expansão da fronteira econômica. Neste ponto cabe destacar que o fator econômico foi um dos principais critérios na definição e redefinição dos recortes regionais estabelecidos ao longo do tempo pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento de Minas Gerais (CED/MG), Fundação João Pinheiro (FJP), SEPLAN/MG e IBGE. Por exemplo, em 1973, o CED/MG, baseado principalmente em critérios socioeconômicos, dividiu Minas Gerais em oito grandes regiões de planejamento: Triângulo/Alto Paranaíba, Metalúrgica/Campo das Vertentes, Rio Doce, Alto São Francisco, Noroeste, Jequitinhonha, Zona da Mata e Sul de Minas. Essa divisão regional é apresentada na Figura 2.5 abaixo.

Figura 2.5 – Regiões de planejamento do Estado de Minas Gerais em 1973



Fonte: FJP, 1991.

Porém, a análise da documentação oficial revela que essa regionalização do CED/MG contém certa arbitrariedade na delimitação das regiões devido a necessidade de compatibilizar as estatísticas disponíveis (MINAS GERAIS, 1973). Além disso, “as oito regiões propostas não foram construídas com base na realidade da época, mas sim em função de suas potencialidades econômicas futuras”, observam Diniz e Batella (2005, p. 69). Para contornar esse problema, Wirth (1982) propôs analisar a economia mineira entre 1889 e 1937 a partir de uma regionalização definida conforme a tradição da época, isto é, as delimitações do recorte

regional utilizado por Wirth (1982) eram, segundo esse autor, aproximações que por refletirem “padrões diferentes de colonização, assim como mudanças sociais, econômicas e políticas” permitiam dividir o estado de Minas Gerais nas primeiras décadas da República em sete grandes regiões econômicas: Triângulo, Oeste, Norte, Sul, Leste, Central e Mata (WIRTH, 1982, p. 41). Essa regionalização é apresentada na Figura 2.6.

Figura 2.6 – Divisão regional de Minas Gerais no início do século XX



Fonte: Wirth (1982, p. 42).

Devido ao período (1889-1937) analisado por Wirth (1982), o recorte regional apresentado na Figura 2.6 pareceu ser o mais adequado para alcançar o objetivo deste trabalho, isto é, analisar a produção agropecuária e a concentração da propriedade da terra nas regiões de Minas Gerais em 1920. Entretanto, Wirth (1982) adverte que “o mapa [Figura 2.6] mostra as fronteiras zonais aproximadas, que foram sancionadas pelo costume”. Além disso, segundo esse autor, “essas sete zonas em que se costumam dividir o estado apresentam histórias particulares e problemas especiais que desafiam as soluções comuns” (WIRTH, 1982, p. 41). Assim sendo, procurou-se outra alternativa de regionalização para analisar a estrutura da produção agrícola e pecuária regional de Minas Gerais em 1920.

A regionalização definida, em 1973, pelo CED/MG também foi descartada devido à arbitrariedade na delimitação das regiões, que, como visto, foram definidas pelo costume sem observar as especificidades da realidade socioeconômica da época. Além disso, o intervalo de tempo de mais de cinquenta anos entre 1920 e 1973 dificulta utilizar a mesma regionalização,

uma vez que a desigualdade na evolução dos processos econômicos e sociais pode alterar fortemente as características socioeconômicas regionais na análise de períodos muito distantes. Pelo mesmo motivo parece ser equivocado utilizar as atuais regionalizações do território mineiro definidas pelo IBGE (Figura 2.1) e SEPLAN/MG (Figura 2.2) para analisar a estrutura produção regional de Minas Gerais em 1920.

Assim, com o objetivo de evitar o anacronismo na configuração regional do estado mineiro, este estudo dividiu o território de Minas Gerais de 1920 em oito grandes regiões econômicas: Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Noroeste, Norte, Central, Centro-Oeste, Leste, Sul e Mata. A Figura 2.7 mostra essa regionalização.

Figura 2.7 – Regiões do Estado de Minas Gerais em 1920



Fonte: Elaboração da autora a partir das informações da base cartográfica do IBGE.

Cabe destacar, para contornar potenciais problemas decorrentes das particularidades regionais, bem como evitar a arbitrariedade na delimitação das fronteiras geográficas, este trabalho utilizou o conceito de áreas mínimas comparáveis (AMC) como critério para definir a divisão do território de Minas Gerais nas oito grandes regiões econômicas apresentadas na Figura 2.7. Segundo Reis *et al* (2011, p. 5),

Como para a grande maioria das variáveis é impossível obter informações econômicas ou mesmo os contornos geográficos em nível mais desagregado do que o municipal, as áreas mínimas comparáveis são geradas por meio da união ou junção das áreas dos municípios alterados ou criados. No caso de municípios que se originam de mais de um município, isso implica agregar as áreas de todos os municípios de origem. As áreas mínimas comparáveis (AMC) não se referem, portanto, a uma divisão política ou administrativa, mas simplesmente à área agregada do menor número de municípios necessários para que as comparações intertemporais sejam geograficamente consistentes.

Ainda segundo Reis *et al* (2011, p. 5), “a informação básica para a construção das AMC são as genealogias municipais publicadas pelo IBGE”. Para 1920, as AMC foram construídas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e disponibilizadas na sua plataforma digital, o Ipeadata. A partir das AMC foi possível agrupar de maneira consistente os dados socioeconômicos das municipalidades que integram cada uma das oito grandes regiões econômicas de Minas Gerais de 1920. A Tabela 2.1 apresenta o número de municípios que compõem as regiões mineiras na época.¹⁰

Tabela 2.1 – Minas Gerais: regiões, número de municípios, área e população em 1920

Regiões	Número de municípios	Área em km ²		População		Densidade demográfica (hab/km ²)
		Total	%	Total	%	
Central	31	55.988	9,5	930.803	15,8	16,6
Centro-Oeste	17	57.198	9,7	511.434	8,7	8,9
Leste	16	116.445	19,7	945.534	16,1	8,1
Noroeste	2	50.753	8,6	60.215	1,0	1,2
Norte	11	131.936	22,3	497.516	8,4	3,8
Sul	55	52.402	8,7	1.199.100	20,4	23,3
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	17	93.667	15,7	488.598	8,3	5,3
Mata	29	35.421	6,0	1.254.973	21,3	35,4
Total	178	593.810	100	5.888.173	100	9,92

Fonte: Elaboração da autora a partir das informações de Brasil (1923; 1926).

A Tabela 2.1 ainda apresenta a extensão territorial e a população de cada uma das oito regiões de Minas Gerais em 1920. Nota-se que, apesar da soma das áreas das regiões Sul e Mata representar menos de 15% da superfície territorial total de Minas Gerais em 1920, nessa época, essas duas regiões concentravam quase metade dos municípios existentes no Estado e mais de dois quintos do total da população mineira. Com mais de 1,25 milhão de pessoas distribuídas em 29 municípios, a zona da Mata concentrava, em 1920, a maior parcela da população de Minas Gerais (21,3%), enquanto a região Sul, no mesmo ano, reunia o maior número de municípios (55) e a segunda maior população do Estado, cerca de 1,2 milhões de habitantes. Porém, em termos de extensão territorial, as regiões Sul e Mata eram menores que as demais regiões mineiras. Por conseguinte, a densidade demográfica nas regiões Sul e Mata era maior, como mostra a Tabela 2.1

O Norte era a região de Minas Gerais com a maior extensão territorial na época, representando 22,3% da área total do território mineiro. Em 1920, a população do Norte de

¹⁰ A classificação das oito regiões e seus respectivos municípios são apresentadas no Tabela A2 do Apêndice.

Minas somava quase 500 mil habitantes e estava distribuída em 11 municípios. Vale notar, embora o Norte ocupasse mais de dois quintos do território mineiro em 1920, o número de habitantes por quilometro quadrado nessa região só não era menor que no Nordeste de Minas, que era constituída por apenas 2 municípios e pouco mais de 60 mil habitantes. A região Leste ocupava o segundo lugar em extensão territorial e concentrava a terceira maior população do estado de Minas Gerais em 1920, com mais de 945 mil habitantes distribuídos em 16 municípios. Com 92.667 quilômetros quadrados, o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba era a terceira maior região de Minas Gerais na época, mas tinha a segunda menor população do estado, pouco mais de 488 mil habitantes distribuídos em 17 municípios.

O Centro-Oeste ocupava quase 10% do território mineiro em 1920, sendo a quarta maior região do estado em extensão territorial. Nessa época, o Centro-Oeste possuía pouco mais de 511 mil habitantes e 17 municípios. Com área semelhante e quase o dobro de municípios do Centro-Oeste, em 1920, a região Central de Minas Gerais era a quarta mais populosa do Estado, com cerca de 931 mil pessoas, e a terceira colocada em termos de concentração demográfica, com 16,6 habitantes por quilometro quadrado (Tabela 2.1).

No conjunto, em 1920, Minas Gerais era o estado mais populoso do Brasil, com quase 6 milhões de habitantes, o equivalente a aproximadamente um quinto da população brasileira da época. Em termos de extensão territorial, Minas Gerais ocupava o quinto lugar entre os estados brasileiros, embora fosse o segundo colocado no total de municípios (178), atrás apenas de São Paulo, e possuísse o maior número de distritos (789) do país (BRASIL, 1926). Do ponto de vista regional, os dados demográficos de Minas Gerais sugerem que as regiões Sul, Mata e Leste eram as mais relevantes do estado mineiro em 1920.

A próxima seção examina a produção agropecuária regional de Minas Gerais em 1920, cabendo destacar que a agricultura e a pecuária constituíam as duas principais atividades econômicas do Brasil e de Minas Gerais na época.

2.2 Produção agropecuária de Minas Gerais em 1920

2.2.1 Pecuária

O censo pecuário do Brasil de 1920 reuniu informações de 115.655 imóveis rurais de Minas Gerais. A Tabela 2.2 a seguir mostra que, somadas as criações das propriedades mineiras recenseadas, o rebanho do Estado ultrapassava 12,7 milhões de cabeças, sendo 54% da espécie bovina; 33,3% da suína; 9,6% das espécies equina (7,3%) e muar (2,3%); e 3,1% eram de gado ovino (1,9%) e caprino (1,2%).

Tabela 2.2 – Gado existente nos estabelecimentos rurais recenseados em 1920 no Brasil e Minas Gerais segundo as espécies

Espécies	Número de animais existentes nos estabelecimentos rurais recenseados				Razão entre o número de animais recenseado em MG e no BR segundo a espécie (%)
	Brasil	%	Minas Gerais	%	
Bovina	31.986.681	50,3	6.875.958	54,0	21,5
Suína	14.396.834	22,6	4.239.731	33,3	29,4
Equina	4.513.154	7,1	927.172	7,3	20,5
Muar	1.533.734	2,4	293.744	2,3	19,2
Ovina	7.013.678	11,0	236.030	1,9	3,4
Caprina	4.160.260	6,5	158.058	1,2	3,8
Total	63.604.341	100	12.730.693	100	20,0

Fonte: Elaboração da autora a partir das informações de Brasil (1923, p. 60 – 61).

Vê-se na Tabela 2.2 que Minas Gerais concentrava 20% do rebanho total das principais espécies de gado arroladas no recenseamento pecuário de 1920, merecendo ser destacado o fato de quase 40% das criações equina e muar brasileiras inventariadas naquele ano pertencerem as propriedades mineiras. Além disso, Minas Gerais possuía mais de 4,2 milhões de suínos, o equivalente a quase 30% do rebanho suíno existente nos estabelecimentos rurais recenseados no Brasil em 1920. Em números absolutos, o estado mineiro detinha o maior rebanho suíno arrolado no recenseamento pecuário brasileiro de 1920 (BRASIL, 1923).

Quanto ao rebanho bovino, principal espécie de gado pecuário do Brasil, nota-se na Tabela 2.2 que mais de um quinto do total de bovinos existentes nos imóveis rurais arrolados no censo de 1920 pertenciam as propriedades estabelecidas em Minas Gerais, que, em números absolutos, era o estado brasileiro com o segundo maior rebanho bovino do país, atrás apenas do Rio Grande do Sul. Vale notar, conforme a Tabela 2.3 a seguir a soma dos valores dos rebanhos bovinos dos estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul representava 53,2% do valor total do gado bovino recenseado no Brasil em 1920 e mais de um terço do somatório do valor de todas as espécies de rebanhos arrolados no censo pecuário brasileiro daquele ano.

Avaliado em mais de 931 mil contos de réis, o rebanho bovino de Minas Gerais representava 24% do somatório do valor do gado bovino existente nos imóveis rurais brasileiros arrolados no recenseamento de 1920 e quase dois terços do valor total de todos os rebanhos das propriedades mineiras recenseadas naquele ano. Assim, segundo os dados do censo brasileiro de 1920, verifica-se que a pecuária ocupava lugar relevante na economia de Minas Gerais, que, como visto, era um dos principais Estados criadores de gado do país na época.

Tabela 2.3 – Proporção do número de animais existentes e valor dos rebanhos nos imóveis rurais arrolados no Brasil em 1920 (em %)

UF/Brasil	Proporção do número de animais existentes nos imóveis rurais recenseados						Proporção do valor dos animais existentes nos imóveis rurais recenseados					
	Bovina	Suína	Equina	Muar	Ovina	Caprina	Bovina	Suína	Equina	Muar	Ovina	Caprina
Alagoas	1,1	0,5	1,7	0,8	2,1	4,6	1,2	0,5	1,6	0,8	1,6	5,2
Amazonas	0,7	0,2	0,4	0,1	0,2	0,1	0,8	0,2	0,4	0,2	0,2	0,1
Bahia	7,5	4,3	7,0	13,1	10,6	25,1	7,0	4,5	7,6	12,2	9,3	22,5
Ceará	1,7	1,1	2,4	6,8	5,0	11,1	1,4	1,0	1,8	5,7	4,5	10,5
Distrito Federal	0,0	0,1	0,1	0,2	0,0	0,0	0,1	0,2	0,2	1,3	0,0	0,1
Espírito Santo	0,5	2,4	1,0	1,8	0,1	0,4	0,6	2,9	1,1	2,1	0,2	0,4
Goiás	8,9	2,9	5,4	2,5	0,5	0,7	5,5	1,8	3,3	2,8	0,3	0,5
Maranhão	2,2	1,0	1,9	1,1	0,5	2,3	1,6	0,9	1,5	1,1	0,4	1,9
Mato Grosso	8,4	0,6	3,4	0,5	0,5	0,2	4,8	0,6	2,7	0,7	0,5	0,2
Minas Gerais	21,5	29,4	20,5	19,2	3,4	3,8	24,0	25,4	25,4	23,2	4,0	3,8
Pará	1,8	1,4	1,3	0,3	0,4	0,3	1,7	1,1	1,3	0,3	0,5	0,4
Paraíba	1,3	0,6	2,0	4,0	3,5	11,2	1,4	0,6	1,7	3,3	3,9	13,0
Paraná	1,5	4,7	3,6	2,3	0,7	0,9	1,8	5,6	4,5	2,0	0,7	0,7
Pernambuco	2,2	1,5	3,8	4,1	5,3	17,7	2,5	1,1	3,2	3,6	4,1	18,1
Piauí	3,1	1,3	2,1	3,2	2,6	6,2	2,1	1,4	1,4	2,4	2,2	6,4
Rio de Janeiro	1,7	3,1	2,4	2,2	0,4	0,9	2,2	4,2	2,5	2,5	0,4	0,9
Rio Grande do Norte	0,9	0,2	0,9	5,1	2,1	4,3	0,9	0,2	0,7	3,8	1,9	5,1
Rio Grande do Sul	25,2	20,9	27,0	12,1	58,7	2,0	29,2	21,0	22,8	9,4	62,0	1,9
Santa Catarina	1,8	4,0	2,6	2,4	0,6	0,4	2,1	4,0	3,2	1,9	0,6	0,3
São Paulo	7,2	19,3	9,5	17,2	1,1	5,1	7,9	22,2	12,1	19,7	1,3	5,7
Sergipe	0,9	0,3	0,9	0,7	1,6	2,6	0,9	0,3	0,9	0,6	1,3	2,3
Território do Acre	0,04	0,1	0,02	0,3	0,1	0,02	0,1	0,3	0,04	0,4	0,1	0,04
Brasil	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaboração da autora a partir das informações de Brasil (1923, p. 67-72, 85).

Na Tabela 2.4 a seguir nota-se que as regiões Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Sul de Minas concentravam cerca de 40% do total dos rebanhos das espécies de gado existentes nas propriedades mineiras recenseadas em 1920. Nessa época, predominavam na pecuária de Minas Gerais as criações de bovinos e suínos, que, juntas, representavam quase 90% de todos os rebanhos dos estabelecimentos rurais recenseados no Estado. Cabe destacar, o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba era a região com o maior rebanho bovino (21,3%) de Minas Gerais, seguida do Sul (19,9%), Norte (11,3%), Centro-Oeste (11,3%), Mata (11,3%), Central (10,8%), Leste (8,4%) e Noroeste (5,9%), nesta ordem (Tabela 2.4).

No que se refere à criação suína, o Sul de Minas reunia quase um terço do rebanho existente nas propriedades mineiras recenseadas em 1920, seguido pelas regiões Leste (20,1%), Mata (15,8%) Central (9,6%), Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (8,4%), Centro-Oeste (7,1%), Norte (5,2%) e Noroeste (0,8%). O Sul também era a região com o maior rebanho pecuário de Minas, concentrando quase 3,1 milhões de cabeças de gado (Tabela 2.4). Desse total, 45,1% eram suínos; 44,1% bovinos; 7,3% equinos (5,9%) e muares (1,4%); e 3,6% pertenciam as espécies ovina (2,4%) e caprina (1,2%), conforme Tabela 2.5 a seguir. O Triângulo Mineiro reunia cerca de 2 milhões de cabeças de gado, sendo 73,6% da espécie bovina; 18% da suína; 6,0% da equina (5,3%) e luar (0,7%); e 2,4% da ovina (1,9%) e caprina (0,5%).

Verifica-se na Tabela 2.5 a seguir que o gado bovino tinha grande importância relativa nas regiões Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Noroeste de Minas Gerais, representando, respectivamente, 73,6% e 83,1% do total do rebanho pecuário de todas as espécies existentes nos imóveis rurais recenseados naquelas regiões. O gado bovino também representava a maior parte das criações no Centro-Oeste (65,8%), Norte (62,4%), Central (53,4%) e Mata (47,2%). No Leste a espécie bovina representava pouco mais de um terço do rebanho recenseado nessa região, onde predominava a criação de suínos (49,9%).

Cabe destacar, uma parcela importante do rebanho bovino das regiões Centro-Oeste, Noroeste, Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Mata e Sul de Minas abastecia abatedouros e frigoríficos dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Esses dois estados também estavam entre os principais mercados consumidores da produção mineira de suínos e seus derivados, especialmente porco salgado, toucinho e salsicha (WIRTH, 1982). Vale notar que, em Minas Gerais, “o gado vivo, carne de vaca e produtos animais constituíam o segundo setor de exportações após a agricultura” (WIRTH, 1982, p. 90). Além disso, no conjunto da atividade pecuária do estado mineiro, destaca-se a produção de laticínios (leite, manteiga e queijo), atividade na qual Minas Gerais possuía proeminência entre os estados brasileiros.

Tabela 2.4 – Número de cabeças e participação das regiões mineiras na criação do gado existente nos imóveis rurais recenseados em 1920 no estado de Minas Gerais segundo as espécies

Região/MG	Bovina		Equina		Muar		Ovina		Caprina		Suína		Rebanho Total	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Central	739.976	10,8	134.097	14,5	79.685	27,1	15.109	6,4	8.448	5,4	408.657	9,6	1.385.972	10,9
Centro-Oeste	774.835	11,3	64.332	6,9	13.270	4,5	18.171	7,6	4.614	2,9	302.815	7,1	1.178.037	9,3
Leste	575.211	8,4	139.833	15,1	67.509	23,0	43.361	18,2	30.795	19,5	852.775	20,1	1.709.484	13,4
Noroeste	405.930	5,9	42.059	4,5	2.721	0,9	1.970	0,8	2.698	1,7	32.852	0,8	488.230	3,8
Norte	777.241	11,3	158.942	17,1	31.387	10,7	28.792	12,1	29.027	18,4	220.154	5,2	1.245.543	9,8
Sul	1.365.667	19,9	181.907	19,6	44.528	15,2	73.235	30,8	36.145	22,9	1.395.909	32,9	3.097.391	24,3
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	1.462.278	21,3	105.757	11,4	13.552	4,6	37.076	15,6	9.979	6,3	358.174	8,4	1.986.816	15,6
Mata	774.820	11,3	100.245	10,8	41.092	14,0	20.096	8,5	36.082	22,9	668.382	15,8	1.640.717	12,9
Minas Gerais	6.875.958	100	927.172	100	293.744	100	237.810	100	157.788	100	4.239.718	100	12.732.190	100

Fonte: Elaboração da autora a partir das informações de Brasil (1923, p. 60-61; 454-465).

Tabela 2.5 – Minas Gerais: proporção da composição do rebanho de gado existente nas regiões mineiras em 1920 segundo as espécies

Região	Bovina	Equina	Muar	Ovina	Caprina	Suína	Total
Central	53,4%	9,7%	5,7%	1,1%	0,6%	29,5%	100%
Centro-Oeste	65,8%	5,5%	1,1%	1,5%	0,4%	25,7%	100%
Leste	33,6%	8,2%	3,9%	2,5%	1,8%	49,9%	100%
Noroeste	83,1%	8,6%	0,6%	0,4%	0,6%	6,7%	100%
Norte	62,4%	12,8%	2,5%	2,3%	2,3%	17,7%	100%
Sul	44,1%	5,9%	1,4%	2,4%	1,2%	45,1%	100%
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	73,6%	5,3%	0,7%	1,9%	0,5%	18,0%	100%
Mata	47,2%	6,1%	2,5%	1,2%	2,2%	40,7%	100%

Fonte: Elaboração da autora a partir das informações de Brasil (1923, p. 454-465).

Conforme os dados do censo pecuário do Brasil de 1920, nessa época Minas Gerais era responsável por mais da metade (53,4%) da produção de leite do país, enquanto o famoso queijo mineiro representava 61,8% do total da produção nacional de queijo. Além disso, Minas Gerais era o segundo maior produtor de manteiga do Brasil, sendo responsável pela fabricação de quase 30% da produção nacional (BRASIL, 1924). As regiões Mata (33,1%) e Sul (33,6) de Minas eram as principais produtoras de leite do estado mineiro, concentrando mais de dois terços da produção estadual. Essas duas regiões ainda produziam, juntas, mais da metade do queijo e da manteiga fabricadas em Minas Gerais na época. Em seguida, como terceira e quarta maiores áreas produtoras de laticínios do Estado, aparecem as regiões Central e Centro-Oeste de Minas, nesta ordem. A Tabela 2.6 abaixo mostra a participação regional no total da produção de laticínios de Minas Gerais em 1920.

Tabela 2.6 – Minas Gerais: participação regional na produção de laticínios em 1920 (em %)

Região/MG	Produção de laticínios em %		
	Leite	Manteiga	Queijo
Central	19,2	23,0	22,4
Centro-Oeste	10,6	14,7	8,7
Leste	1,35	1,9	3,6
Noroeste	0,10	0,5	0,4
Norte	0,3	0,8	2,5
Sul	33,6	39,4	28,2
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	1,8	5,8	9,0
Mata	33,1	14,0	25,2
Total de Minas Gerais	100	100	100

Fonte: Elaboração da autora a partir das informações de Brasil (1924, p. 462 – 474).

Em suma, os dados reunidos no censo do Brasil de 1920 revelam a relevância de Minas Gerais na pecuária do país, bem como permitem verificar a importância dessa atividade na economia mineira. Entretanto, como observou Wirth (1982), na época, a pecuária era o segundo setor mais importante da economia de Minas Gerais, atrás da agricultura, cuja estrutura produtiva será avaliada na próxima seção.

2.1.1 Agricultura

O censo agrícola do Brasil de 1920 apurou informações de 648.153 imóveis rurais, que juntos compreendiam uma área de 175.104.675 hectares, o equivalente a 20,6% da superfície total do território brasileiro. Em Minas Gerais, foram recenseadas 115.655 propriedades rurais, cujas áreas, somadas, perfaziam 27.390.536 hectares, número que correspondia a 15,6% da superfície territorial do estado mineiro. Vale notar, quase 18% dos imóveis arrolados no censo

agrícola de 1920 ficavam em Minas Gerais, segundo estado brasileiro com maior número de estabelecimentos rurais recenseados naquele ano, atrás apenas do Rio Grande do Sul, onde foram inventariadas 124.990 propriedades agrícolas. A Tabela 2.7 apresenta uma síntese dos dados censitários referentes à extensão territorial recenseada no Brasil em 1920.

Tabela 2.7 – Superfície territorial das unidades da federação brasileira, número e área dos imóveis rurais recenseados no Brasil em 1920

UF/Brasil	Superfície territorial em hectares	Número dos imóveis rurais recenseados		Área dos imóveis rurais recenseados em hectares	
		Total	%	Total	%
Alagoas	2.857.100	8.840	1,4	1.348.241	0,8
Amazonas	182.599.700	4.946	0,8	7.515.307	4,3
Bahia	52.937.900	65.181	10,1	8.451.440	4,8
Ceará	14.859.100	16.223	2,5	5.649.677	3,2
Distrito Federal	116.700	2.088	0,3	51.419	0,0
Espírito Santo	4.468.400	20.941	3,2	1.279.699	0,7
Goiás	64.330.300	16.634	2,6	24.828.210	14,2
Maranhão	34.621.700	6.674	1,0	2.999.565	1,7
Mato Grosso	147.704.100	3.484	0,5	19.600.893	11,2
Minas Gerais	59.381.000	115.655	17,8	27.390.536	15,6
Pará	136.296.600	26.907	4,2	9.830.280	5,6
Paraíba	5.592.000	18.378	2,8	3.751.628	2,1
Paraná	19.989.700	30.951	4,8	5.302.709	3,0
Pernambuco	9.925.400	23.336	3,6	5.156.332	2,9
Piauí	24.558.200	9.511	1,5	5.551.212	3,2
Rio de Janeiro	4.240.400	23.699	3,7	3.053.004	1,7
Rio Grande do Norte	5.241.100	5.678	0,9	2.412.905	1,4
Rio Grande do Sul	28.528.900	124.990	19,3	18.578.923	10,6
Santa Catarina	9.499.800	33.744	5,2	3.567.757	2,0
São Paulo	24.723.900	80.921	12,5	13.883.269	7,9
Sergipe	2.155.200	8.202	1,3	754.086	0,4
Território do Acre	14.802.700	1.170	0,2	4.147.583	2,4
Brasil	849.429.900	648.153	100	175.104.675	100

Fonte: Elaboração da autora a partir das informações de Brasil (1923, p. 5 e 8).

Nota-se na Tabela 2.7 que área total dos imóveis rurais recenseados no estado de Minas Gerais em 1920 representava a maior extensão de terras arroladas no censo daquele ano. Porém, os dados das Tabelas 2.8 e 2.9 a seguir revelam que da área total (27.390.536 hectares) das propriedades rurais mineiras recenseadas, somente 5,7% (1.557.459 hectares) eram cultivadas. A extensão das terras produtivas em matas, isto é, destinadas à produção, porém não cultivadas, representava 20% (5.472.614 hectares) da área total dos estabelecimentos rurais mineiros, enquanto as terras sem destino produtivo definido totalizavam 20.360.535 hectares (74,3%).

Assim, em 1920, a área produtiva (terras cultivadas e em matas) de Minas Gerais correspondia pouco mais de um quarto da extensão dos imóveis rurais recenseados no estado mineiro.

Tabela 2.8 – Minas Gerais: área produtiva dos imóveis rurais recenseados em 1920

Região/MG	Nº de imóveis recenseados	Área dos imóveis rurais recenseados em hectare			
		Total	Área Produtiva		Destino indefinido
			Cultivada	Matas	
Central	14.715	3.116.653	153.913	395.474	2.566.366
Centro-Oeste	9.352	2.873.550	103.075	336.101	2.434.374
Leste	15.620	2.950.326	167.519	1.131.348	1.651.459
Noroeste	1.936	3.695.815	10.037	752.031	2.933.747
Norte	8.991	2.645.308	46.565	911.516	1.687.227
Sul	29.252	3.714.474	423.302	792.136	2.499.036
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	11.036	5.572.127	110.777	740.308	4.721.042
Mata	24.753	2.822.283	542.199	413.700	1.866.384
Total de Minas Gerais	115.655	27.390.536	1.557.459	5.472.614	20.360.463

Fonte: Elaboração da autora a partir das informações de Brasil (1923, p. 96 – 101 e 152 –163).

Tabela 2.9 – Participação das regiões e do estado mineiro como um todo na área dos imóveis rurais recenseados em Minas Gerais em 1920

Região/MG	Proporção da área (%)			
	Cultivada	Matas	Destino indefinido	Total em relação a Minas Gerais
Central	9,9	7,2	12,6	11,4
Centro-Oeste	6,6	6,1	12,0	10,5
Leste	10,8	20,7	8,1	10,8
Noroeste	0,6	13,7	14,4	13,5
Norte	3,0	16,7	8,3	9,7
Sul	27,2	14,5	12,3	13,6
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	7,1	13,5	23,2	20,3
Mata	34,8	7,6	9,2	10,3
Minas Gerais	5,7	20,0	74,3	100

Fonte: Elaboração da autora a partir das informações de Brasil (1923, p. 96 – 101).

Conforme a Tabela 2.9, o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba foi a região de Minas com a maior extensão de terras recenseadas em 1920, com 20,3% da área total das propriedades rurais mineiras arroladas no censo daquele ano. Porém, a área plantada no Triângulo Mineiro era relativamente pequena, ocupando apenas 7,1% do total das terras cultivadas no estado de Minas Gerais. O Noroeste era outra região mineira que se destacava em termos de participação no total da área das propriedades rurais recenseadas (13,5%) e baixa proporção de terras cultivadas (0,6%) no conjunto do estado mineiro. Por outro lado, as regiões Sul, Leste e Mata, embora ocupassem, juntas, pouco mais de um terço da extensão das terras dos imóveis rurais de Minas Gerais, representavam aproximadamente 73% da área plantada no Estado.

A Tabela 2.10 abaixo traz uma síntese dos dados censitários referentes à produção agrícola de Minas Gerais em 1920. Percebe-se que o cultivo de milho e feijão ocupava quase 40% das terras agrícolas inventariadas no estado mineiro naquele ano, sendo a produção desses gêneros destinada ao mercado interno.¹¹ O café, principal produto agrícola de exportação de Minas Gerais na época, ocupava 650.706 hectares de terras, o equivalente a mais de dois quintos da área cultivada dos imóveis rurais mineiros arrolados no censo de 1920. Em menor proporção, mas entre os produtos com maior área plantada em Minas, estavam a cana de açúcar (8,0%) e o arroz (7,5%). Outros gêneros agrícolas recenseados foram: mandioca, trigo, batata inglesa, maniçoba, mamona, algodão, coco e cacau, cujas áreas cultivadas totalizavam apenas 2,2% da área cultivada das propriedades rurais recenseadas em Minas Gerais em 1920 (Tabela 2.10).

Tabela 2.10 – Minas Gerais: área cultivada e proporção da extensão das terras plantadas com diferentes gêneros agrícolas em relação a área total cultivada

Gêneros Agrícolas	Área cultivada em hectares	Proporção (%)
Arroz	116.334	7,5
Café	650.706	41,8
Cana de açúcar	124.993	8,0
Fumo	22.797	1,5
Feijão	156.998	10,1
Milho	451.157	29,0
Diversos*	34.400	2,2

Nota: * Inclui os seguintes produtos: trigo, mandioca, algodão, mamona, maniçoba, batata inglesa, coco e cacau.

Fonte: Elaboração da autora a partir das informações de Brasil (1924, p. 10 – 11).

Cabe destacar, o café foi o principal produto agrícola de exportação do Brasil durante as primeiras décadas do século XX. Em 1920, a safra mineira representou quase um terço da produção brasileira. Nessa época, Minas Gerais era o segundo maior produtor de café do país, atrás apenas do estado de São Paulo (BRASIL, 1924). A relevância do café na agricultura de Minas Gerais no início do século XX é indiscutível, porém, conforme os dados da Tabela 2.11 a seguir, as diferenças eram consideráveis do ponto de vista regional. Nota-se que enquanto as regiões Mata (59,7%), Leste (44,7%) e Sul (40,7%) de Minas tinham mais de dois quintos de suas terras cultivadas produzindo café, as regiões Noroeste (1,2%) e Norte (7,1%) do estado mineiro apresentavam participações ínfimas na cafeicultura.

¹¹ Conforme destacado no censo agrícola do Brasil de 1920, algumas vezes a extensão das áreas que correspondem ao cultivo de feijão e mandioca foram consideradas em conjunto com a cultura do milho, uma vez que, na época, as plantações de milho, feijão e mandioca geralmente eram associadas no mesmo terreno. Assim, devido à falta de melhores informações que possibilitassem separar essas plantações, o Censo de 1920 tomou como base a maior área cultivada, quase sempre pertencente à lavoura do milho (BRASIL, 1924).

Tabela 2.11 – Participação na área plantada de diferentes produtos em relação a área total cultivada das regiões de Minas Gerais em 1920 (em %)

Região/MG	Milho	Arroz	Feijão	Cana de açúcar	Fumo	Café	Diversos*
Central	46,9	4,8	11,0	12,2	0,2	21,9	3,1
Centro-Oeste	42,3	9,8	11,5	7,4	0,2	25,9	3,0
Leste	19,5	10,5	10,3	7,4	0,9	44,7	6,7
Noroeste	38,0	18,2	22,2	16,3	0,1	1,2	3,9
Norte	32,4	12,4	21,0	10,4	2,3	7,1	14,4
Sul	32,9	5,8	11,6	4,2	3,9	40,7	0,9
Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba	36,7	26,9	12,3	7,1	0,5	14,7	1,9
Mata	19,2	3,6	6,7	10,0	0,5	59,7	0,4
Total Minas Gerais	29,0	7,5	10,1	8,0	1,5	41,8	2,2

Nota: * Inclui os seguintes produtos: trigo, mandioca, algodão, mamona, maniçoba, coco, batata inglesa e cacau.

Fonte: Elaboração da autora a partir das informações de Brasil (1924, p. 369-381).

Tabela 2.12 – Minas Gerais: participação regional na área plantada com produtos em relação a área total cultivada no estado em 1920 (em %)

Região/MG	Milho	Arroz	Feijão	Cana de açúcar	Café	Fumo	Diversos*	Total
Central	16,0	6,3	10,8	15,0	5,2	1,4	13,7	9,9
Centro-Oeste	9,7	8,6	7,6	6,1	4,1	1,1	8,8	6,6
Leste	7,2	15,1	11,0	10,0	11,5	6,2	32,7	10,8
Noroeste	0,8	1,6	1,4	1,3	0,02	0,1	1,2	0,6
Norte	3,3	4,9	6,2	3,9	0,5	4,6	19,5	3,0
Sul	30,8	21,1	31,3	14,2	26,5	72,9	11,5	27,2
Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba	9,0	25,6	8,7	6,3	2,5	2,2	6,1	7,1
Mata	23,1	16,7	23,0	43,4	49,7	11,5	6,4	34,8
Total Minas Gerais	100	100	100	100	100	100	100	100

Nota: * Inclui os seguintes produtos: trigo, mandioca, algodão, mamona, maniçoba, coco, batata inglesa, cacau.

Fonte: Elaboração da autora a partir das informações de Brasil (1924, p. 369-381).

Como já destacado, milho e feijão, cujas produções eram destinadas ao mercado interno, eram destaques na agricultura de Minas Gerais em 1920. Nessa época, quase metade da área das terras particulares plantadas com milho e feijão no Brasil pertencia a propriedades rurais de Minas Gerais. Entretanto, a Tabela 2.11 permite constatar que a variação da participação das regiões mineiras no cultivo desses dois gêneros agrícolas era significativa. Noroeste (60,2%), Central (57,8%), Norte (53,4%) e Centro-Oeste (53,8%) de Minas tinham mais da metade de sua área plantada com milho e feijão. Estes produtos, cujo cultivo geralmente era associado na mesma lavoura, também ocupavam grande parcela (49%) das terras cultivadas no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Em menor proporção, Mata (25,9%), Leste (29,8%) e Sul (44,5%) de Minas, regiões onde predominava o cultivo de café, também possuíam uma área significativa plantada com milho e feijão (Tabela 2.11).

Diferentes gêneros agrícolas como a mandioca, batata inglesa, mamona, maniçoba, trigo, coco, cacau e algodão, reunidos na Tabela 2.11 como Diversos, assim como a lavoura de cana de açúcar, tinham maior participação na área cultivada de regiões onde a cultura de café era relativamente pequena, como no Noroeste e Norte de Minas. Por outro lado, o arroz, pouco cultivado nas regiões cafeeiras Sul e Mata, ocupava mais de um quinto da extensão das lavouras do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, região onde as plantações de cereais (arroz, milho e trigo) representavam mais de 63% da área cultivada dos imóveis rurais recenseados no estado de Minas Gerais em 1920 (Tabela 2.11).

Nota-se na Tabela 2.12 que a Mata (34,8%) e o Sul (27,2) eram as principais regiões de produção agrícolas de Minas Gerais em 1920. No conjunto, a extensão das lavouras dessas duas regiões ocupava quase dois terços da área total cultivada nas propriedades mineiras arroladas no censo agrícola de 1920. Percebe-se que as regiões Mata (49,7%) e Sul (26,5%) apresentavam as maiores participações na área plantada com café, compreendendo mais de três quartos das terras mineiras ocupadas com a cafeicultura em 1920. Vale notar, essas mesmas regiões também estavam entre as que possuíam as maiores participações na área total plantada com milho, feijão e arroz no estado de Minas Gerais. O Sul (30,8%) e a Mata (23,1%) apresentavam as maiores áreas de lavoura de milho. Essas regiões ainda tinham as maiores parcela das terras cultivadas com feijão – Sul (31,3%) e Mata (23%) –, seguidas pelo Leste (11%), que, na época, figurava como a terceira maior região cafeeira do estado de Minas Gerais. Sul (21,1%), Mata (16,7%) e Leste (15,1%) também possuíam importante participação no total da área plantada com arroz, embora o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (25,6%) tivesse uma posição de destaque no cultivo desse cereal (Tabela 2.12).

A Mata também tinha mais de dois quintos da área cultivada com cana de açúcar, seguida pelas regiões Central (15%), Sul (14,2%) e Leste (10%). Essas duas últimas regiões ainda concentravam 44,2% da área cultivada com diversos gêneros. O Sul ainda possuía quase 73% das terras plantadas com fumo. Assim, mesmo direcionando menos hectares de sua área cultivada para o plantio de gêneros agrícolas que não o café, a extensão absoluta de terras cultivadas com os produtos destinados ao abastecimento interno garantiu às regiões cafeeiras Mata, Leste e Sul de Minas Gerais uma posição de destaque na agricultura não exportadora do estado mineiro.

Assim sendo, se, por um lado, o café, principal produto de exportação da economia brasileira nas primeiras décadas do século XX, destacava-se como gênero dominante na estrutura produtiva agrícola de Minas Gerais em 1920, por outro lado, diferentes culturas de alimentos destinados basicamente ao abastecimento interno ocupavam uma participação considerável da área total cultivada das propriedades mineiras recenseadas naquele ano. Na época, as variações regionais no cultivo agrícola foram significativas, com algumas regiões como o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Noroeste e Norte de Minas Gerais concentrando-se no cultivo de produtos que não eram destinados à exportação. Ainda assim, as regiões cafeeiras Mata, Sul e Leste de Minas apresentavam as maiores participações no cultivo de gêneros agrícolas tradicionalmente destinados ao mercado interno, como milho, arroz e feijão.

Em suma, os resultados observados sugerem que, por volta de 1920, a produção agrícola de Minas Gerais era relativamente diversificada, o que, como visto no Capítulo 1, parece ser uma característica da economia mineira ao longo dos séculos XVIII e XIX. A próxima seção examina mais detalhadamente a diversificação da estrutura produtiva regional do estado de Minas Gerais em 1920.

2.3 Especialização regional da produção agrícola em Minas Gerais

Com o objetivo de analisar a especialização regional na agricultura do estado de Minas Gerais em 1920, calculou-se um índice que relaciona a área de cultivo de um produto específico em uma determinada região de Minas e a área total ocupada com a plantação desse produto no estado mineiro como um todo. De modo geral, o índice de especialização agrícola pode, conforme Colistete (2015), ser calculado como:

$$esp = \frac{e_i/e}{E_i/E}$$

onde, esp é o índice de especialização agrícola; e_i é a área cultivada com o produto i na região; e é a área cultivada total na região; E_i é a área cultivada com o produto i no estado mineiro; e E é a área cultivada total em Minas Gerais. Segundo Colistete (2015), índices superiores a 1 (um) indicam especialização de cultivo de determinado gênero agrícola na região especificada.

Convém observar, o índice de especialização agrícola é uma adaptação do “Quociente Locacional” (QL). Conforme Paiva (2006, p. 92) “o Quociente Locacional busca expressar a importância comparativa de um segmento produtivo para uma região vis-à-vis à macrorregião na qual aquela está inserida”. Ainda segundo esse autor, não há apenas uma definição para o termo especialização. Dessa forma, o índice de especialização agrícola não será entendido neste estudo como sinônimo de monocultura e sim pela “perspectiva de que uma economia pode ser multiespecializada; o que implica negar e dialetizar a oposição simples entre especialização e diversificação” (PAIVA, 2006, p. 91).

A Tabela 2.13 apresenta as estimativas do índice de especialização agrícola das regiões de Minas Gerais e do estado mineiro como um todo em 1920. Verifica-se que das três principais regiões cafeeiras mineiras da época, apenas o Sul não apresentava especialização produtiva no café, enquanto a Mata era especializada na produção de cana de açúcar e o Leste no cultivo de arroz, feijão e diversos gêneros agrícolas, além de café.

Tabela 2.13 – Minas Gerais: especialização agrícola por região segundo a área cultivada, 1920

Região/MG	Milho	Arroz	Feijão	Cana de açúcar	Café	Fumo	Diversos*
Central	1,62	0,64	1,09	1,52	0,53	0,14	1,39
Centro-Oeste	1,46	1,31	1,14	0,92	0,62	0,16	1,34
Leste	0,67	1,40	1,03	0,93	1,07	0,58	3,04
Noroeste	1,31	2,44	2,20	2,03	0,03	0,09	1,79
Norte	1,12	1,66	2,09	1,29	0,17	1,55	6,54
Sul	1,14	0,78	1,15	0,52	0,97	2,68	0,42
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	1,27	3,60	1,22	0,88	0,35	0,32	0,86
Mata	0,66	0,48	0,66	1,25	1,43	0,33	0,18
Minas Gerais	1,23	0,93	1,00	1,29	1,25	0,92	0,13

Fonte: Elaboração da autora a partir das informações de Brasil (1924, p. 369-381).

As regiões Centro-Oeste, Norte e Noroeste de Minas apresentavam especialização produtiva na agricultura não-exportadora, isto é, no cultivo de milho, arroz, feijão e diversos gêneros agrícolas basicamente destinados ao mercado interno. Além dessas culturas, o Norte e Noroeste de Minas eram especializados na produção da cana de açúcar, assim como a região Central, que também possuía especialização produtiva no cultivo de milho, feijão e diversos.

Igualmente, o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba era especializado na produção de gêneros agrícolas tradicionais (milho, arroz e feijão) destinados ao mercado interno (Tabela 2.13).

Vê-se na Tabela 2.13 que o estado de Minas Gerais, cuja área produtiva plantada com café correspondia, em 1920, a quase 30% da extensão total das terras ocupadas com a cafeicultura no Brasil, apresentava especialização produtiva não apenas no cultivo de café, mas também na produção de milho e cana de açúcar. De modo geral, as estimativas reforçam a hipótese de que, em 1920, Minas Gerais possuía uma estrutura produtiva relativamente diversificada e basicamente destinada ao fornecimento de alimentos ao mercado interno. Para confirmar essa hipótese, calculou-se o nível de diversificação da área cultivada nas regiões e no estado de Minas Gerais.

Conforme Colistete (2015), o índice de diversificação agrícola pode ser calculado pela seguinte equação:

$$\text{Índice de diversificação agrícola} = 1 - \frac{\text{percentual da área total cultivada com produtos } n}{\text{número de produtos } n}$$

onde “produtos n ” correspondem aos gêneros agrícolas com 5% ou mais de área cultivada na região. Singh e Dhillon (2004) explicam que o índice de diversificação agrícola permite generalizar a relação entre a vantagem comparativa do cultivo de determinado produto rural e o número de gêneros agrícolas cultivados na região, uma vez que o predomínio do cultivo de determinado produto influencia outras culturas. Assim, quanto maior o número de produtos e quanto mais próximo for o percentual da área cultivada dos gêneros agrícolas de uma região, maior será o índice de diversificação agrícola (SINGH; DHILLON, 2004, p. 259-262).

A Tabela 2.14 a seguir oferece as estimativas dos índices de diversificação agrícola das regiões de Minas Gerais e do estado mineiro como um todo em 1920. Nota-se que, nessa época, as regiões o Norte (0,862), Centro-Oeste (0,806) e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (0,805) estavam entre as zonas com os maiores índices de diversificação agrícola de Minas. Assim, as estimativas confirmam a análise anterior referente à especialização produtiva dessas regiões, cujos indicadores (Tabela 2.13) demonstram a relevância do cultivo de diversos gêneros alimentícios destinados ao abastecimento interno. Convém destacar, embora todas essas regiões cultivassem café, principal produto de exportação da época, a importância da produção cafeeira era relativamente pequena na estrutura produtiva do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Norte Centro-Oeste de Minas Gerais.

Tabela 2.14 – Minas Gerais: diversificação da produção agrícola regional em 1920

Regiões/MG	Índice de diversificação agrícola
Central	0,770
Centro-Oeste	0,806
Leste	0,815
Noroeste	0,763
Norte	0,862
Sul	0,773
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	0,805
Mata	0,715
Minas Gerais	0,807

Fonte: Elaboração da autora a partir das informações de Brasil (1924, p. 369-381).

As regiões Mata (0,715), Noroeste (0,763), Central (0,770) e Sul (0,773) de Minas eram as zonas com menor diversificação da produção agrícola no Estado (Tabela 2.14). Vale notar, dessas quatro regiões, a Mata era a única com especialização na lavoura cafeeira, embora o Sul de Minas apresentasse uma grande área plantada com café. Além disso, os índices de diversificação produtiva das regiões Mata e Sul estavam longe de ser desprezíveis. Ainda chama atenção o fato de o Leste possuir o segundo maior índice de diversificação agrícola (0,815) de Minas Gerais em 1920, uma vez que, na época, essa região também era a terceira maior produtora de café do estado mineiro, atrás das regiões Mata e Sul, nesta ordem. Assim, os índices de diversificação agrícola estimados para as regiões mineira sugerem que, em 1920, a maior importância do cultivo do café nas zonas cafeeiras Mata, Sul e Leste não significava menor diversificação agrícola nessas regiões.

Os indicadores estimados ainda sugerem que, em 1920, o estado de Minas Gerais como um todo tinha uma produção agrícola diversificada e um quadro variado de especialização produtiva entre as suas diferentes regiões, sendo que a especialização quase exclusiva no cultivo do café estava limitada à zona da Mata, principal e mais antiga região cafeeira de Minas Gerais.

2.4. Considerações finais do capítulo

Este capítulo apresentou a divisão territorial de Minas Gerais em regiões econômicas, bem como examinou a produção agropecuária regional do estado mineiro em 1920. Como visto, Minas Gerais foi dividida em oito grandes regiões econômicas: Centro-Oeste, Norte, Noroeste, Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Central, Leste, Sul e Mata. Para evitar potenciais problemas relacionados as especificidades regionais e arbitrariedade na definição dos limites geográficos, essa regionalização foi feita com base no critério de AMC.

A análise dos dados demográficos de Minas Gerais demonstrou que, em 1920, as regiões Sul, Mata e Leste eram as mais relevantes no Estado. O exame dos dados do recenseamento pecuário da época revelou que essas três regiões, ao lado do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, eram as principais zonas criadoras de gado de Minas Gerais, que, em 1920, possuía 20% do rebanho total das principais espécies de gado recenseadas no Brasil e o segundo maior rebanho bovino do país. Os dados ainda revelam que Minas Gerais concentrava mais de um quinto do valor do rebanho inventariado no recenseamento agropecuário brasileiro de 1920, atrás apenas do estado do Rio Grande do Sul. Além disso, no conjunto da atividade pecuária nacional, Minas era destaque na produção de laticínios, sendo responsável por mais da metade da produção de leite do país, quase 62% da fabricação nacional de queijo e por 30% da produção brasileira de manteiga. Assim, foi possível verificar que a pecuária ocupava lugar relevante na economia de Minas Gerais em 1920, atrás apenas da agricultura.

Os dados censitários da produção agrícola de 1920 demonstraram a importância da cafeicultura na agricultura de Minas Gerais. O café, principal produto agrícola de exportação do Brasil e de Minas Gerais na época, ocupava mais de dois quintos das terras cultivadas no estado mineiro, que, em 1920, era segundo maior produtor cafeeiro do país. No entanto, gêneros alimentícios tradicionalmente destinados ao mercado doméstico também possuíam relevância na estrutura produtiva agrícola de Minas Gerais, sendo os cultivos de milho e feijão os mais representativos, seguidos da cana de açúcar, arroz e fumo, nesta ordem

Do ponto de vista regional, as diferenças na diversificação na agricultura mineira eram consideráveis. Por exemplo, enquanto as regiões Mata (59,7%), Leste (44,7%) e Sul (40,7%) de Minas Gerais tinham mais de dois quintos de suas terras cultivadas apenas com café, o Noroeste (82,3%) e o Norte (80,2%) de Minas possuíam mais de três quintos da sua área plantada com milho, arroz, feijão e diversos produtos destinados ao abastecimento do mercado doméstico, embora essas regiões apresentassem áreas plantadas com café. Nas regiões Central e Centro-Oeste, onde o cultivo cafeeiro não era desprezível, cerca de dois terços das terras cultivadas eram plantadas com milho, arroz, feijão e diversos. No Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, esses gêneros compreendiam mais de três quintos da área cultivada na região. Não obstante, o índice de diversificação agrícola estimado para as zonas cafeeiras Leste e Sul de Minas revelam que a maior importância do cultivo do café nessas regiões não resultou em menor diversificação na produção agrícola. Vale notar, o Leste era a região com o segundo maior índice de diversificação agrícola de Minas Gerais em 1920. Além disso, cabe destacar

que, nas principais regiões cafeeiras do estado mineiro, a especialização quase exclusiva no cultivo do café limitou-se à zona da Mata.

Em suma, a análise revela que, apesar das diferenças regionais e do peso da cultura do café, em 1920, a produção agrícola regional de Minas Gerais e do estado mineiro como um todo era bastante diversificada e predominantemente destinada ao fornecimento de alimentos para o mercado interno.

CAPÍTULO 3

ESTRUTURA FUNDIÁRIA E CONCENTRAÇÃO DA PROPRIEDADE DA TERRA NO ESTADO DE MINAS GERAIS EM 1920

O presente capítulo objetiva analisar a distribuição da propriedade da terra no estado de Minas Gerais em 1920. Para alcançar esse objetivo, o capítulo foi organizado em quatro seções. Na primeira seção faz-se uma análise da estrutura fundiária regional e estadual de Minas Gerais, utilizando como referência os dados do recenseamento agrícola do Brasil de 1920. Na segunda seção apresentam-se as estimativas dos índices de concentração fundiária das regiões mineiras e do estado de Minas Gerais como um todo. A terceira seção procura relacionar a estrutura da produção agrícola regional com o grau de concentração fundiária estimada. Por fim, a quarta seção apresenta as considerações finais do capítulo.

3.1 Distribuição da propriedade fundiária no estado de Minas Gerais em 1920

O censo agrícola do Brasil de 1920 apurou informações de 115.655 imóveis rurais estabelecidos em Minas Gerais. Somadas, as áreas desses imóveis totalizavam 27.390.536 hectares, o que correspondia a 46,1% da superfície territorial do estado mineiro e 15,6 % da área total das propriedades agrícolas recenseadas no Brasil naquele ano. As estatísticas agrárias de Minas Gerais em 1920 são apresentadas na Tabela 3.1.

Tabela 3.1 – Distribuição das propriedades rurais do estado de Minas Gerais em 1920

Extensão das propriedades	Número de propriedades	%	Área média em hectares	Área total em hectares	%
Menos de 41 hectares	37.375	32,32	21	790.151	2,88
41 a 100 hectares	32.650	28,23	69	2.247.844	8,21
101 a 200 hectares	19.966	17,26	149	2.975.413	10,86
201 a 400 hectares	12.883	11,14	290	3.731.492	13,62
401 a 1.000 hectares	8.773	7,59	629	5.520.726	20,16
1.001 a 2.000 hectares	2.440	2,11	1.421	3.466.410	12,66
2.001 a 5.000 hectares	1.174	1,02	3.100	3.638.838	13,29
5.001 a 10.000 hectares	261	0,23	7.031	1.835.076	6,70
10.001 a 25.000 hectares	95	0,08	14.065	1.336.211	4,88
25.001 e mais hectares	38	0,03	48.641	1.848.375	6,75
Total	115.655	100	237	27.390.536	100

Fonte: Elaboração da autora a partir das informações de Brasil (1923, p. 42-43).

Nota-se na Tabela 3.1 que, em 1920, mais de três quintos dos imóveis rurais recenseados em Minas Gerais possuíam menos de 101 hectares, isto é, eram pequenas propriedades, segundo o recenseamento brasileiro daquele ano. Porém, convém observar que, em 1920, o censo do

Brasil definiu como pequena as propriedades agrícolas com menos de 101 hectares de terras, mas não classificou os estabelecimentos rurais com áreas superiores a essa extensão. Não obstante, Wirth (1982) observou que, naquela época, os imóveis agrícolas de Minas Gerais que possuíam menos de 101 hectares de terras podiam ser classificados como pequenas (menos de 41 hectares) e médias (entre 41 e 100 hectares) propriedades. Ainda segundo Wirth (1982), no estado mineiro, grandes fazendas tinham entre 101 e 1.000 hectares de terras, enquanto os latifúndios possuíam mais de 1.000 hectares (WIRTH, 1982).¹² Assim sendo, em 1920, as grandes propriedades correspondiam a 36% dos 115.655 estabelecimentos rurais recenseados em Minas Gerais, enquanto os latifúndios representavam 3,5% desse total, como mostra a Tabela 3.2.

Tabela 3.2 – Classificação das propriedades rurais do estado de Minas Gerais em 1920

Classificação das propriedades	Número de propriedades	%	Área média em hectares	Área total em hectares	%
Pequenas e médias	70.025	60,5	43	3.037.995	11,1
Grandes	11.213	36,0	294	12.227.631	44,6
Latifúndios	1.568	3,5	3.025	12.124.910	44,3
Total	115.655	100	237	27.390.536	100

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados da Tabela 3.1

Vê-se na Tabela 3.2 que, apesar do predomínio (60,5%) do número de pequenas e médias propriedades na estrutura fundiária de Minas Gerais em 1920, a área total ocupada por esses imóveis compreendia apenas 11,1% da superfície territorial total das propriedades rurais recenseadas no estado mineiro na época. Nota-se ainda na Tabela 3.2 que a área ocupada pelas grandes fazendas era mais de quatro vezes maior do que a soma da extensão das terras das pequenas e médias propriedades. Além disso, na Tabela 3.1, chama a atenção o fato de que somente os latifúndios de mais de 10.000 hectares de terras, que representavam apenas 0,11% dos imóveis rurais de Minas Gerais, ocupavam, em 1920, uma área total superior a soma das extensões das pequenas e médias propriedades mineiras. Essa disparidade na distribuição da

¹² As observações de Wirth (1982) se aproximam da classificação fundiária de Prado Jr. (1945), que, baseado em características típicas das fazendas paulistas, definiu grandes propriedades como aquelas que tinham de 100 a 500 alqueires e latifúndios como fazendas com mais de 500 alqueires. Como pequenas propriedades aquelas contendo até 25 alqueires; propriedades médias, entre 25 e 100 alqueires; e grandes fazendas como aquelas com mais de 100 alqueires. Mais tarde, Milliet (1946) observou que entre propriedades de 100 e 500 alqueires, existiam características distintas. Assim sendo, ele sugeriu que as fazendas com mais de 500 alqueires seriam mais bem caracterizadas como latifúndio, incluindo, desse modo, uma classe de propriedade na classificação originalmente proposta por Caio Prado Júnior. Em termos de hectares, a classificação Prado Jr-Milliet seria a seguinte: menos de 60,5 hectares para pequenas propriedades; entre 101 e 242 hectares para propriedades médias; mais de 242 hectares e menos de 1.210 hectares para grandes estabelecimentos agrícolas; mais de 1.210 hectares para latifúndios. Vale notar, 1 alqueire paulista = 2,42 hectares ou 24.200 m².

terra sugere que, naquele ano, o predomínio do número absoluto de pequenas e médias propriedades não se traduziu em menor concentração fundiária no estado de Minas Gerais como um todo.

Em termos regionais, as Tabelas 3.3 e 3.4 a seguir permitem constatar que, em 1920, quase dois terços dos imóveis rurais mineiros com menos de 41 hectares de terras pertenciam as regiões Sul (36,5%) e Mata (28,1%). Essas duas importantes zonas cafeeira de Minas Gerais também concentravam a maior parte (44,9%) dos estabelecimentos agrícolas com área entre 41 e 100 hectares. Desse modo, em 1920, mais da metade das pequenas e médias propriedades mineiras estavam localizados nas regiões Sul e Mata de Minas Gerais. No Leste, terceira maior zona produtora de café do Estado, encontravam-se, naquele ano, 12,9% dos imóveis rurais mineiros com menos de 101 hectares de terras (pequenas e médias propriedades). Assim sendo, mais de dois terços das pequenas e médias propriedades agrícolas de Minas Gerais estavam distribuídas nas três principais regiões cafeeiras do Estado (Mata, Sul e Leste), onde, em 1920, também se encontravam metade das grandes fazendas mineiras, isto é, propriedades entre 101 e 1.000 hectares de terras.

As Tabelas 3.3 e 3.4 ainda permitem observar que uma grande quantidade (29%) de latifúndios de 1.001 a 10.000 hectares estava localizado na região do Triângulo Mineiro/Alto do Parnaíba, enquanto um número expressivo (47,4%) de propriedades com mais de 10.000 hectares encontrava-se no Noroeste de Minas. Vale lembrar, essas duas regiões eram os principais centros de criação de gado bovino de Minas Gerais em 1920 (Capítulo 2). Além disso, cabe destacar que os dados do censo agrícola de 1920 permitem estimar que a área média das grandes fazendas mineiras era de 255 hectares na zona da Mata e de 276 hectares nas regiões Sul e Leste de Minas. Assim, os resultados aqui apresentados corroboram as avaliações de Wirth (1982), que, baseado nas estimações de Nelson de Senna, afirmou:

poucos fazendeiros da zona da Mata possuíam 300 alqueires (750 hectares) de terras em 1919, sendo a média de 250 a 500 hectares. As extensões de 125 a 500 hectares eram comuns no Leste. As propriedades enormes estavam concentradas apenas nas zonas menos desenvolvidas de estâncias (WIRTH, 1982, p. 46).

Tabela 3.3 – Minas Gerais: distribuição regional do número de propriedades rurais em 1920 segundo extensão territorial

Extensão das propriedades	Central	Centro-Oeste	Leste	Noroeste	Norte	Sul	Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba	Mata	Total
Menos de 41 hectares	4.131	2.103	3.025	26	2.180	13.640	1.764	10.506	37.375
41 a 100 hectares	3.786	2.516	5.982	147	3.010	7.616	2.550	7.043	32.650
101 a 200 hectares	2.866	1.849	3.374	364	1.954	3.806	2.062	3.691	19.966
201 a 400 hectares	2.094	1.300	1.891	409	884	2.235	1.840	2.230	12.883
401 a 1.000 hectares	1.388	1.065	1.026	429	650	1.497	1.664	1.054	8.773
1.001 a 2.000 hectares	341	311	231	249	158	343	615	192	2.440
2.001 a 5.000 hectares	93	172	78	178	102	104	412	35	1.174
5.001 a 10.000 hectares	12	29	9	71	32	7	99	2	261
10.001 a 25.000 hectares	4	5	3	38	14	4	27	-	95
25.001 e mais hectares	-	2	1	25	7	-	3	-	38
Total	14.715	9.352	15.620	1.936	8.991	29.252	11.036	24.753	115.655

Fonte: Elaboração da autora a partir das informações de Brasil (1923, p. 42-43).

Tabela 3.4 – Minas Gerais: distribuição percentual das propriedades rurais das regiões mineira em 1920 segundo extensão territorial

Extensão das propriedades	Central	Centro-Oeste	Leste	Noroeste	Norte	Sul	Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba	Mata	Total
Menos de 41 hectares	11,1%	5,6%	8,1%	0,1%	5,8%	36,5%	4,7%	28,1%	100%
41 a 100 hectares	11,6%	7,7%	18,3%	0,5%	9,2%	23,3%	7,8%	21,6%	100%
101 a 200 hectares	14,4%	9,3%	16,9%	1,8%	9,8%	19,1%	10,3%	18,5%	100%
201 a 400 hectares	16,3%	10,1%	14,7%	3,2%	6,9%	17,3%	14,3%	17,3%	100%
401 a 1.000 hectares	15,8%	12,1%	11,7%	4,9%	7,4%	17,1%	19,0%	12,0%	100%
1.001 a 2.000 hectares	14,0%	12,7%	9,5%	10,2%	6,5%	14,1%	25,2%	7,9%	100%
2.001 a 5.000 hectares	7,9%	14,7%	6,6%	15,2%	8,7%	8,9%	35,1%	3,0%	100%
5.001 a 10.000 hectares	4,6%	11,1%	3,4%	27,2%	12,3%	2,7%	37,9%	0,8%	100%
10.001 a 25.000 hectares	4,2%	5,3%	3,2%	40,0%	14,7%	4,2%	28,4%	-	100%
25.001 e mais hectares	-	5,3%	2,6%	65,8%	18,4%	-	7,9%	-	100%

Fonte: Elaboração da autora a partir das informações de Brasil (1923, p. 42-43).

A Tabela 3.5 abaixo oferece uma síntese da análise feita a partir das Tabelas 3.3 e 3.4 apresentadas acima. Como destacado anteriormente, no conjunto dos estabelecimentos rurais recenseados em Minas Gerais no ano de 1920, as zonas cafeeiras Sul (30,4%), Mata (25,1%) e Leste (12,9%) apresentavam o maior número de pequenas e médias propriedades. Convém lembrar que essas três regiões eram as principais áreas de produção agrícola de Minas Gerais naquele ano. Como visto no Capítulo 2, somadas, as lavouras dessas regiões ocupavam quase três quartos da área total cultivada nas propriedades mineiras arroladas no censo de 1920. Não obstante, Sul e Mata estavam entre as zonas com menor índice de diversificação agrícola de Minas Gerais, embora seus indicadores estivessem longe de ser desprezíveis. Por outro lado, apesar da importância do café, o Leste era a região mineira com o segundo maior índice de diversificação agrícola em 1920, atrás do Norte de Minas, onde, na época, se encontravam 7,4% das pequenas e médias propriedades do estado mineiro.

Tabela 3.5 – Participação relativa das regiões mineiras no número de propriedades agrícolas recenseadas no estado de Minas Gerais em 1920 segundo extensão territorial

Regiões/MG	Pequenas e médias (menos de 101 ha)	Grandes (entre 101 e 1.000 ha)	Latifúndios (mais de 1.001 ha)
Central	11,3%	15,3%	11,2%
Centro-Oeste	6,6%	10,1%	12,9%
Leste	12,9%	15,1%	8,0%
Noroeste	0,2%	2,9%	14,0%
Norte	7,4%	8,4%	7,8%
Sul	30,4%	18,1%	11,4%
Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	6,2%	13,4%	28,8%
Mata	25,1%	16,8%	5,7%
Minas Gerais	100%	100%	100%

Fonte: Elaboração da autora a partir das informações de Brasil (1923, p. 153 – 163).

Conforme mostra a Tabela 3.5, apenas 0,2% das pequenas e médias propriedades mineiras pertenciam à região Noroeste, onde, por outro lado, encontravam-se 14% do total de latifúndios recenseados em Minas Gerais no ano de 1920. Cabe destacar, analisando o conjunto dos latifúndios mineiros arrolados no censo agrícola dessa época, nota-se que dois quartos das propriedades agrícolas com área entre 10.000 e 25.000 hectares e quase dois terços dos imóveis rurais com extensão territorial superior a 25.000 hectares estavam localizadas no Noroeste de Minas (Tabela 3.4). A relevância da participação do latifúndio na estrutura fundiária na região Noroeste do estado mineiro é melhor observada nas Tabelas 3.6 e 3.7 a seguir.

Tabela 3.6 – Número e participação relativa das propriedades rurais na estrutura fundiária regional de Minas Gerais em 1920

Regiões/MG	Número de propriedades			Participação relativa do número de propriedades		
	Pequenas e médias (menos de 101 ha)	Grandes (entre 101 e 1.000 ha)	Latifúndios (mais de 1.001 ha)	Pequenas e médias (menos de 101 ha)	Grandes (entre 101 e 1.000 ha)	Latifúndios (mais de 1.001 ha)
Central	7.917	6.348	450	53,8%	43,1%	3,1%
Centro-Oeste	4.619	4.214	519	49,4%	45,1%	5,5%
Leste	9.007	6.291	322	57,7%	40,3%	2,1%
Noroeste	173	1.202	561	8,9%	62,1%	29,0%
Norte	5.190	3.488	313	57,7%	38,8%	3,5%
Sul	21.256	7.538	458	72,7%	25,8%	1,6%
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	4.314	5.566	1.156	39,1%	50,4%	10,5%
Mata	17.549	6.975	229	70,9%	28,2%	0,9%
Minas Gerais	70.025	41.622	4.008	60,5%	36,0%	3,5%

Fonte: Elaboração da autora a partir das informações de Brasil (1923, p. 153 –163).

Tabela 3.7 – Área total e participação relativa da área das propriedades rurais na estrutura fundiária regional de Minas Gerais em 1920

Regiões/MG	Área total das propriedades			Participação relativa da área das propriedades		
	Pequenas e médias (menos de 101 ha)	Grandes (entre 101 e 1.000 ha)	Latifúndios (mais de 1.001 ha)	Pequenas e médias (menos de 101 ha)	Grandes (entre 101 e 1.000 ha)	Latifúndios (mais de 1.001 ha)
Central	349.056	1.894.657	873.320	11,2%	60,8%	28,0%
Centro-Oeste	219.023	1.322.138	1.332.637	7,6%	46,0%	46,4%
Leste	513.601	1.736.611	699.690	17,4%	58,9%	23,7%
Noroeste	12.614	466.897	3.216.204	0,3%	12,6%	87,0%
Norte	280.346	993.685	1.371.480	10,6%	37,6%	51,8%
Sul	754.823	2.082.597	878.008	20,3%	56,1%	23,6%
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	220.372	1.954.552	3.397.276	4,0%	35,1%	61,0%
Mata	690.603	1.776.625	356.128	24,5%	62,9%	12,6%
Minas Gerais	3.040.438	12.227.762	12.124.743	11,1%	44,6%	44,3%

Fonte: Elaboração da autora a partir das informações de Brasil (1923, p. 153 –163).

Vê-se na Tabela 3.6 que, em 1920, a estrutura fundiária do Noroeste de Minas era predominantemente composta por grandes fazendas (62,1%) e latifúndios (29%), sendo que as terras latifundiárias ocupavam 87% da área total das propriedades agrícolas recenseadas naquela região (Tabela 3.7). No Triângulo Mineiro/Alto Parnaíba, embora quase dois quintos dos imóveis rurais possuíssem menos de 101 hectares (Tabela 3.6), o conjunto dessas pequenas e médias propriedades representava apenas 4% da área total dos estabelecimentos agrícolas do Triângulo Mineiro/Alto Parnaíba. Por outro lado, os latifúndios, que representavam 10,5% dos imóveis rurais recenseados nessa região, compreendiam 61% da extensão territorial total das terras inventariadas no Triângulo Mineiro/Alto Parnaíba em 1920 (Tabela 3.7).

Ainda conforme a Tabela 3.6, quase três quintos dos estabelecimentos agrícolas do Norte de Minas possuíam menos de 101 hectares (pequenas e médias propriedades), enquanto as grandes fazendas (38,8%) e os latifúndios (3,5%) representavam 42,3% dos imóveis rurais da região (Tabela 3.6). Apesar de predominar em número absoluto, no Norte de Minas, as pequenas e médias propriedades ocupavam pouco mais de 10% da extensão territorial total dos estabelecimentos agrícolas recenseados, ao passo que as terras das grandes fazendas (37,6%) e latifúndios (51,8%) compreendiam quase 90% da área total dos imóveis rurais da região Norte do estado mineiro (Tabela 3.7).

Semelhantemente, nas zonas da Mata e Sul de Minas Gerais, a estrutura fundiária era basicamente composta por pequenas e médias propriedades, que, em 1920, representavam mais de 70% dos estabelecimentos rurais dessas regiões (Tabela 3.6). Apesar desse predomínio do número de pequenas e médias propriedades agrícolas, a área total ocupada por esses imóveis compreendia pouco mais de um quinto da superfície territorial dos estabelecimentos rurais recenseados no Sul e cerca de um quarto da área total das propriedades agrícolas inventariadas na zona da Mata mineira (Tabela 3.7).

Por outro lado, as grandes fazendas do Sul de Minas, que representavam 25,8% dos estabelecimentos rurais dessa região, abrangiam mais da metade da extensão territorial total das propriedades agrícolas recenseadas no Sul do estado mineiro em 1920. Os latifúndios, que correspondiam a apenas 1,6% dos imóveis rurais da região meridional de Minas, ocupavam uma área 16,3% superior a extensão total das pequenas e médias propriedades do Sul mineiro. Na zona da Mata, as grandes fazendas representavam 28,2% das propriedades agrícolas e ocupavam quase 63% da área total dos estabelecimentos rurais recenseados na Mata em 1920, enquanto os latifúndios, que, na época, correspondiam a menos de 1% dos imóveis rurais da zona da Mata mineira, ocupavam 12,6% da extensão total das terras inventariadas nessa região naquele ano (Tabelas 3.6 e 3.7).

Nas regiões Central e Leste de Minas, mais de dois quintos das propriedades agrícolas eram grandes fazendas, que, em 1920, ocupavam em torno de 60% da extensão territorial total dos imóveis rurais daquelas regiões. As pequenas e médias propriedades constituíam mais da metade dos estabelecimentos agrícolas que formavam a estrutura fundiária das regiões Central e Leste de Minas Gerais, mas ocupavam apenas 11,2% da área total das terras recenseadas na zona Central e 17,4% da superfície dos imóveis rurais inventariados no Leste de Minas. Nesta região, os latifúndios representavam 2,1% das propriedades agrícolas e ocupavam cerca de um quarto da área total dos imóveis rurais recenseados no Leste. Igualmente, na região Central do estado mineiro, a proporção do número de latifúndios na estrutura fundiária era relativamente baixa (3,1%), porém as terras latifundiárias abrangiam 28% da extensão total das propriedades agrícolas recenseadas na região Central de Minas em 1920 (Tabelas 3.6 e 3.7).

Cabe destacar, apesar da importância do café na estrutura produtiva agrícola das regiões Sul, Mata, Leste e Central de Minas Gerais (Capítulo 2), a proporção do número de latifúndios na estrutura fundiária dessas quatro regiões era relativamente baixa em 1920 (Tabela 3.6), sendo que as terras latifundiárias ocupavam, em média, pouco mais de um quinto da área total dos imóveis rurais das zonas Central, Sul, Mata e Leste de Minas. Além disso, nota-se que as propriedades agrícolas com até 1.001 hectares eram predominantes na estrutura fundiária dessas regiões. Por outro lado, no Centro-Oeste mineiro, onde, em 1920, o café também apresentava grande importância relativa na estrutura da produção agrícola, as terras latifundiárias representavam 5,5% dos imóveis rurais e ocupavam 46,4% da área total das propriedades recenseadas no Centro-Oeste de Minas naquele ano. Na mesma época, as terras das grandes fazendas, que correspondiam a 45,1% dos estabelecimentos rurais da região Centro-Oeste do estado mineiro, abrangiam quase a mesma área dos latifúndios, enquanto as pequenas e médias propriedades, predominante em número absoluto, compreendiam apenas 7,6% da extensão total dos imóveis rurais inventariados no Centro-Oeste de Minas Gerais em 1920 (Tabelas 3.6 e 3.7).

Analisando o conjunto das propriedades rurais mineiras arrolados no recenseamento do brasileiro de 1920, percebe-se que, apesar do domínio do número de pequenas e médias propriedades agrícolas, a área total ocupada por esses imóveis rurais compreendia apenas 11,1% da superfície territorial total das propriedades recenseadas no estado de Minas Gerais em 1920. Por outro lado, as grandes fazendas (36%) e os latifúndios (3,5%), que representavam menos de dois quintos dos imóveis rurais mineiros recenseados, ocupavam cerca de 44% da área total das propriedades inventariadas em Minas Gerais naquele ano. Essa disparidade na distribuição da terra é confirmada pelo Gini de concentração fundiária apresentado na próxima seção.

3.2 Concentração da propriedade fundiária no estado de Minas Gerais em 1920

Para medir o grau de desigualdade na distribuição da propriedade da terra no estado de Minas Gerais em 1920, foi calculado o coeficiente de concentração de Gini, que, conforme Hoffmann (1979; 1998), pode ser estimado por meio da seguinte equação:

$$G = 1 - \sum_{i=1}^n (\Phi_i + \Phi_{i-1}) \pi_i$$

onde, G é coeficiente de Gini; Φ_i é proporção acumulada da área rural ocupada; e i é a proporção do número de proprietários de uma população n , com $i = 1, \dots, n$.

Hoffmann (1998) adverte que para uma distribuição classificada segundo estratos, como no censo agrícola do Brasil de 1920, que dividiu as informações das propriedades agrícolas em dez estratos (conforme apresentado na Tabela 3.1), o Gini calculado pela equação acima é subestimado, uma vez que não considera a desigualdade dentro dos estratos. Por exemplo, no recenseamento brasileiro de 1920, o primeiro estrato de proprietários inclui todas as pessoas que possuem até 41 hectares de terras. Nesse grupo, há proprietários de terrenos com 1 hectare ou menos e de 10, 20, 30 e 40 hectares. Devido a essas disparidades, o Gini entre estratos é subestimado, observou Ferreira (2020). Para contornar esse problema, Hoffmann (1998) sugere estimar um *lower bound* (G_e) e *upper bound* ($G_{m\acute{a}x.}$) do Gini e, em seguida, calcular um coeficiente intermediário utilizando a seguinte regra,

$$G = \frac{1}{3} G_e + \frac{2}{3} G_{m\acute{a}x.}$$

Segundo Hoffman (1998), o G_e e $G_{m\acute{a}x.}$ podem ser obtidos pelas equações abaixo:

$$G_e = 1 - \sum_{h=1}^k (\Phi_{h-1} + \Phi_h) \pi_h \qquad G_{m\acute{a}x} = G_e + \sum_{h=1}^k \pi_h Y_h G_h$$

onde, G_h é o índice de Gini referente à desigualdade dentro do h -ésimo estrato; π_h é a proporção do número de proprietários que se situa no h -ésimo estrato; e Y_h é a razão entre a área média apropriada pela proporção do número de proprietários e a área total.

Convém observar, o índice de concentração de Gini varia entre 0 (perfeita igualdade) e 1 (perfeita desigualdade), de modo que, quanto mais próximo o índice estiver de 1 (um), maior a desigualdade. Assim sendo, Câmara (1949) propôs avaliar a concentração da propriedade da terra de acordo com a classificação do Gini apresentada na Tabela 3.8 a seguir.

Tabela 3.8 – Classificação do Gini

Índice de Gini (G)	Classificação
$0 \leq G \leq 0,100$	Concentração Nula
$0,101 \leq G \leq 0,250$	Concentração Nula a Fraca
$0,251 \leq G \leq 0,500$	Concentração Fraca a Média
$0,501 \leq G \leq 0,700$	Concentração Média a Forte
$0,701 \leq G \leq 0,900$	Concentração Forte a Muito Forte
$0,901 \leq G \leq 1,000$	Concentração Muito Forte a absoluta

Fonte: Câmara (1949, p. 517).

A Tabela 3.9 abaixo apresenta as estimativas do Gini de concentração da área total apropriada pelos proprietários de terras nas regiões de Minas Gerais e no estado mineiro como um todo em 1920. Analisando as informações das Tabelas 3.6 e 3.9, percebe-se que, embora 60,5% dos imóveis rurais mineiros fossem pequenas e médias propriedades, no conjunto do estado de Minas Gerais, a terra era fortemente concentrada, conforme indica o Gini de 0,726 apresentado na Tabela 3.9. Não obstante, nota-se que esse resultado é menor que o Gini de concentração fundiária entre proprietários de terras nos estados do Rio Grande do Sul (0,800), Paraná (0,811) e Santa Catarina (0,766), algo surpreendente dada a formação econômica e social dessas regiões do sul do Brasil.¹³

Tabela 3.9 – Concentração da área apropriada por proprietários de terra nas macrorregiões e estado de Minas Gerais em 1920

Regiões/MG	Gini
Noroeste	0,770
Norte	0,740
Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	0,711
Centro-Oeste	0,697
Sul	0,688
Central	0,644
Mata	0,618
Leste	0,592
Minas Gerais	0,726

Fonte: Elaboração da autora a partir das informações de Brasil (1923, p. 153-163).

Vê-se na tabela 3.9 que, em 1920, a região Noroeste de Minas Gerais apresentava o maior grau de concentração fundiária entre proprietários de terras no estado mineiro, com Gini de 0,770. Dentro dessa região, João Pinheiro (0,809) era o município onde o Gini de concentração fundiária era mais forte, enquanto Paracatu (0,690) apresentava índice de desigualdade na distribuição da terra relativamente menor. No Norte de Minas, o município de

¹³ As estimativas do Gini dos estados brasileiros em 1920 estão em Ferreira (2020, p. 512).

Bocáiuva destaca-se devido a concentração fundiária muito forte, com Gini igual a 0,863. No outro extremo, com menor grau de desigualdade na distribuição da terra do Norte de Minas, aparece o município Rio Pardo, com Gini de 0,433, conforme Tabela A3 do Apêndice.

Ainda conforme a Tabela 3.9, as regiões Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (0,711) e Centro-Oeste (0,697) apresentavam, respectivamente, o terceiro e quarto maiores índices de concentração fundiária de Minas Gerais em 1920. No Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, o município de Patos (0,763), atual Patos de Minas, era onde a desigualdade na distribuição da terra era maior, enquanto Estrela do Sul (0,597) aparece com o menor Gini de concentração fundiária daquela região. No Centro-Oeste mineiro, a terra era mais desigualmente distribuída no município de Curvelo (0,777) e menos concentrada em Perdões (0,535) – ver Tabela A3 do Apêndice.

Nas regiões Central (0,644) e Sul (0,688) de Minas, o Gini de concentração fundiária era relativamente menor que no Noroeste (0,770), Norte (0,740), Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (0,711) e Centro-Oeste (0,697) do Estado. Porém, a forte disparidade na distribuição da propriedade fundiária era uma característica comum a todas essas regiões. Por exemplo, na região Central, os municípios de Paraopeba (0,831) e Villa Nova de Lima (0,819), hoje Nova Lima, destacavam-se devido a concentração fundiária muito forte, enquanto Villa Rezende Costa (0,345), atual Resende Costa, e Itabira (0,484) apresentavam, respectivamente, uma desigualdade na distribuição da terra relativamente fraca e média. No Sul de Minas, a diferença entre os máximos e mínimos do Gini de concentração fundiária era menor, mas não omite uma significativa disparidade na distribuição da propriedade da terra nessa região. Por exemplo, nos municípios de Aiuruoca (0,531) e Maria da Fé (0,546), onde se encontram os menores índices de desigualdade de terra do Sul de Minas, a concentração fundiária era mediana, enquanto nos municípios de Dores da Boa Esperança, atual Boa Esperança, (0,757), e Campestre (0,759) o Gini indica uma forte concentração da propriedade da terra (Tabela A3 do Apêndice).

As zonas cafeeiras Mata (0,618) e Leste (0,592) de Minas Gerais apresentavam índices medianos de concentração fundiária em 1920, sendo essas as regiões com os menores índices de desigualdade na distribuição da propriedade da terra no estado mineiro. Cabe destacar, como visto anteriormente, a maioria absoluta (98%) das propriedades do Leste de Minas possuía menos de 1.000 hectares, sendo essa a região com o segundo maior índice de diversificação na produção agrícola de Minas Gerais. Igualmente, os imóveis rurais com menos de 1.000 hectares predominavam (99,1%) na zona da Mata mineira, onde, entretanto, a produção agrícola era relativamente pouco diversificada e fortemente concentrada no cultivo de café. Assim sendo,

em 1920, não predomina no estado de Minas Gerais a tradicional relação entre concentração fundiária e latifúndio exportador de gêneros agrícolas.

Ainda convém observar, no Leste de Minas Gerais, destacam-se os municípios de Aimorés (0,458) e Antônio Dias (0,461) com concentração fundiária relativamente fraca. Em contraste, na mesma região, encontra-se Diamantina (0,786), onde o índice de Gini indica uma forte de concentração da propriedade da terra. Na zona da Mata mineira, os municípios São José do Além Paraíba (0,648), hoje Além Paraíba, e Juiz de Fora (0,645) também apresentavam concentração fundiária relativamente forte em 1920, enquanto as municipalidades de Alto Rio Doce (0,474) e Piranga (0,462) apresentavam fraca concentração fundiária.

A Tabela 3.10 apresenta a classificação dos dez municípios de Minas Gerais com os maiores e menores índices de Gini de concentração fundiária em 1920.

Tabela 3.10 – Ranking dos municípios de Minas Gerais conforme índice de Gini de concentração fundiária em 1920

Maiores índices de concentração de terra				Menores índices de concentração de terra			
Ranking	Gini	Município	Região	Ranking	Gini	Município	Região
1º	0,863	Bocaiuva	Norte	1º	0,345	Vila Rezende Costa	Central
2º	0,831	Paraopeba	Central	2º	0,433	Rio Pardo	Norte
3º	0,819	Vila Nova de Lima	Central	3º	0,452	Boa Vista do Tremedal	Norte
4	0,817	Pirapora	Norte	4	0,458	Aimorés	Leste
5º	0,809	João Pinheiro	Noroeste	5º	0,461	Antônio Dias	Leste
6º	0,786	Diamantina	Leste	6º	0,462	Piranga	Mata
7º	0,777	Curvelo	Centro-Oeste	7º	0,473	Teófilo Otoni	Leste
8º	0,763	Patos	Triângulo	8º	0,474	Alto Rio Doce	Mata
9º	0,759	Campestre	Sul	9º	0,484	Itabira	Central
10º	0,757	Dores da Boa Esperança	Sul	10º	0,484	Vila do Rio Espera	Mata

Fonte: Elaboração da autora a partir das informações da Tabela A3 do Apêndice.

A Tabela 3.11 a seguir apresenta o número de municípios por região do estado de Minas Gerais conforme o grau de concentração fundiária em 1920.

Tabela 3.11 – Número de municípios por região de Minas Gerais conforme as faixas do Gini de concentração da propriedade da terra em 1920

Regiões	Número de municípios mineiros conforme o Gini de concentração fundiária						Total
	$0 \leq G \leq 0,100$	$0,101 \leq G \leq 0,250$	$0,251 \leq G \leq 0,500$	$0,501 \leq G \leq 0,700$	$0,701 \leq G \leq 0,900$	$0,901 \leq G \leq 1,000$	
Central	0	0	4	20	7	0	31
Centro-Oeste	0	0	0	15	2	0	17
Leste	0	0	5	10	1	0	16
Noroeste	0	0	0	1	1	0	2
Norte	0	0	3	5	3	0	11
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	0	0	0	11	6	0	17
Sul	0	0	0	48	7	0	55
Mata	0	0	3	26	0	0	29
Total	0	0	15	136	27	0	178

Nota: $0 \leq G \leq 0,100$ (Concentração Nula); $0,101 \leq G \leq 0,250$ (Concentração Nula a Fraca); $0,251 \leq G \leq 0,500$ (Concentração Fraca a Média); $0,501 \leq G \leq 0,700$ (Concentração Média a Forte); $0,701 \leq G \leq 0,900$ (Concentração Forte a Muito Forte); $0,901 \leq G \leq 1,000$ (Concentração Muito Forte a absoluta)

Fonte: Elaboração da autora a partir das informações da Tabela A3 do Apêndice.

Observa-se na Tabela 3.11 que 136 municípios, isto é, mais de três quartos das 178 municipalidades existentes em Minas Gerais no ano de 1920, apresentavam concentração fundiária classificada como de média a forte. O Sul de Minas possuía o maior número de municípios com essa classificação (48), seguido das regiões Mata (26), Central (20), Centro-Oeste (15), Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (11), Leste (10), Norte (5) e Noroeste (1). Entre os 15 municípios mineiros que tinham concentração da propriedade da terra considera de fraca a média, cinco deles, ou seja, um terço, pertenciam a região Leste. Não obstante, em 1920, o município com menor Gini de concentração fundiária do estado de Minas Gerais era Vila Rezende Costa (0,345), no Norte do Estado. Os demais vinte e sete municípios mineiros existentes na época exibiam concentração fundiária classificada entre forte e muito forte. Nesta classificação, o maior número de municípios estava nas regiões Central (7), Sul (7), Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (6), Norte (3), Centro-Oeste (2), Noroeste (1) e Leste (1), nesta ordem.

Em suma, os resultados do índice de Gini reafirmam que apesar da predominância da pequena e média propriedade agrícola e da distribuição mais equitativa da terra em alguns municípios e regiões de Minas Gerais, em 1920, a estrutura fundiária do estado mineiro como um todo não se caracterizou como menos concentrada, mas sim como fortemente concentrada.

A próxima seção busca examinar a relação entre a estrutura produtiva agrícola regional e a desigualdade fundiária observada nas regiões de Minas Gerais e no estado mineiro como um todo em 1920. Antes, porém, é importante advertir que os resultados dos índices de Gini apresentados acima medem o grau de concentração da área total apropriada pelos proprietários de terra nos municípios e regiões mineira, ou seja, os não proprietários, arrendatários, agregados e inquilinos não foram incluídos nas estimativas. A inclusão dos não proprietários de terras tenderia a aumentar o grau de concentração fundiária nos municípios e regiões de Minas Gerais. Portanto, deve-se compreender os coeficientes de Gini acima como estimativas mais baixas da desigualdade na distribuição da propriedade da terra no estado de Minas Gerais em 1920.

3.3 Gini de concentração fundiária e estrutura produtiva agrícola de Minas Gerais

Como visto, em 1920, a propriedade da terra nas regiões Noroeste e Norte de Minas Gerais era fortemente concentrada, sendo essas as regiões que apresentavam os maiores índices de Gini de concentração fundiária no estado mineiro naquele ano. Não obstante, enquanto o Norte de Minas tinha o maior índice de diversificação agrícola estadual, o Noroeste mineiro possuía o segundo menor indicador de diversificação na agricultura de Minas Gerais. Esse contraste nos indicadores de diversificação agrícola parece estar relacionado as significativas

diferenças na estrutura fundiária dessas duas regiões. Por exemplo, no Noroeste as propriedades com mais de 1.001 hectares (latifúndios) representavam 29% dos imóveis rurais recenseados nessa região, mas compreendiam a maior parte (87%) da superfície territorial total dos estabelecimentos rurais recenseados no Noroeste de Minas. As propriedades agrícolas com extensão entre 101 e 1.001 hectares (grandes fazendas), que correspondiam a mais de três quintos dos imóveis rurais recenseados na região, ocupavam pouco mais de um sétimo da área total dos latifúndios do Noroeste mineiro, enquanto os estabelecimentos rurais com menos de 101 hectares (pequenas e médias propriedades) compreendiam apenas 0,3% da soma da superfície territorial dos estabelecimentos rurais inventariados na região Noroeste do estado de Minas Gerais em 1920 (Tabelas 3.6 e 3.7).

Por outro lado, no Norte de Minas os imóveis rurais com menos de 1.001 hectares, isto é, pequenas, médias e grandes propriedades, correspondiam a 96,5% dos estabelecimentos agrícolas dessa região e ocupavam praticamente a mesma extensão territorial dos latifúndios, onde geralmente a área cultivada é proporcionalmente menor do que nas pequenas e médias propriedades. Assim sendo, mesmo com alto índice de concentração fundiária, em 1920, o Norte de Minas apresentava o maior índice de diversificação na produção agrícola do estado mineiro, sendo predominante nessa região os cultivos de milho, arroz, feijão, cana de açúcar, além de diversos gêneros agrícolas destinados ao abastecimento doméstico.

Na mesma época, no Noroeste de Minas Gerais, a pecuária parecia ser mais relevante economicamente, sobretudo a criação de gado bovino, que a representava 83,1% do rebanho presente nessa região, onde estava localizado o município de Paracatu, que concentrava o maior rebanho bovino de Minas Gerais em 1920. Vale notar, as características da atividade pecuária extensiva exigem grandes extensões de terras, bem como seu desenvolvimento requer áreas cada vez maiores, o que contribuiu para a maior concentração da propriedade da terra.

Semelhante situação é verificada no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, região com o terceiro maior índice de Gini de concentração fundiária de Minas Gerais em 1920. Como visto no Capítulo 2, embora apresentasse um índice de diversificação agrícola relativamente elevado, com predomínio do cultivo de gêneros destinados ao mercado interno, o Triângulo Mineiro era a região de Minas Gerais com a maior criação de gado bovino do Estado em 1920. Vale notar, encontravam-se nessa região os municípios de Uberaba e Frutal, que, na época, possuíam, respectivamente, o segundo e o terceiro maior rebanho do estado mineiro. Cabe destacar que ambos os municípios apresentavam forte concentração fundiária, sendo que Uberaba (0,739) ocupava o décimo primeiro lugar no *ranking* de municípios mineiros com maior índice de Gini

de desigualdade na distribuição da propriedade da terra em Minas Gerais naquele ano, enquanto Frutal (0,702) encontrava-se no vigésimo sétimo lugar nesse *ranking*.

A criação de gado bovino também tinha importância na estrutura produtiva da região Centro-Oeste de Minas Gerais, que, em 1920, apresentava o quarto maior Gini de desigualdade fundiária entre proprietários de terra no estado mineiro e um índice de diversificação agrícola relativamente alto, semelhante ao observado no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Vale notar, as proximidades geográfica e sociocultural das regiões Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Centro-Oeste de Minas parece que exercia alguma influência na atividade econômica regional, afetando, por conseguinte, os indicadores de concentração fundiária e produção agrícola dessas regiões, que são bastante similares.

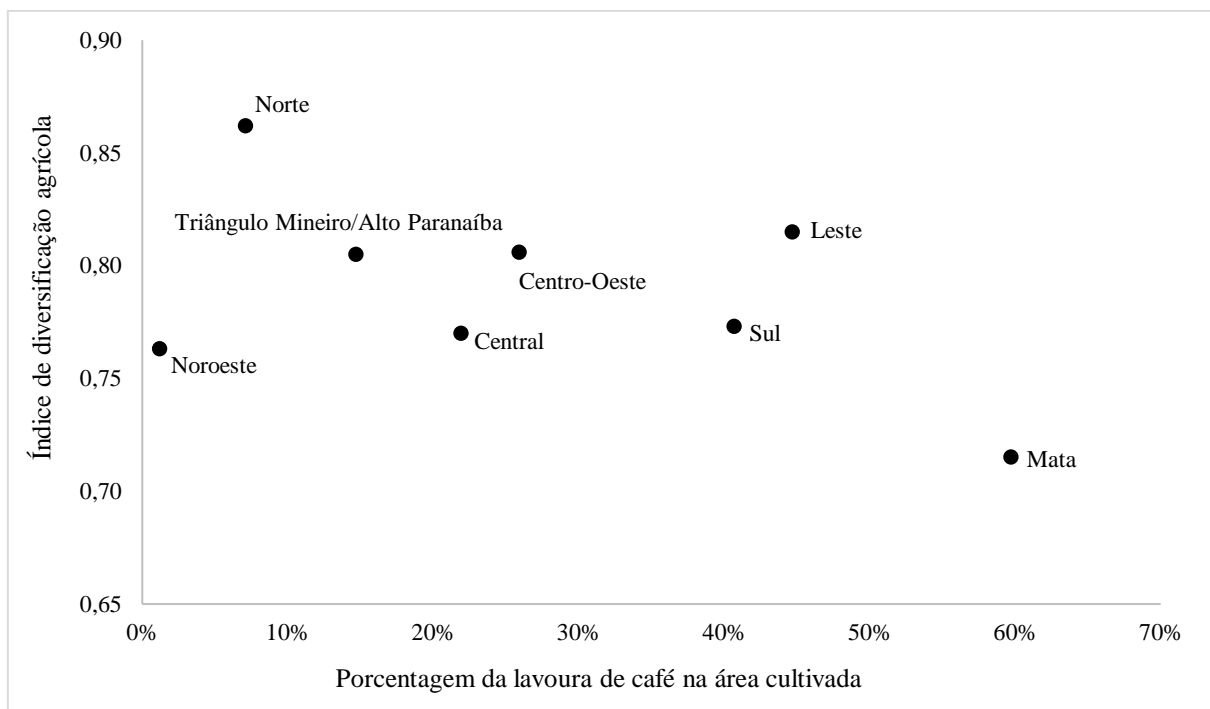
Diferentemente das regiões Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Centro-Oeste e Norte de Minas Gerais, onde, apesar da forte concentração da propriedade da terra, encontravam-se altos índices de diversificação na produção agrícolas em 1920, no Sul de Minas o grau relativamente baixo de diversificação na agricultura estava aparentemente relacionado a maior concentração fundiária. Nota-se que no Sul de Minas, embora grande parte (72,7%) dos estabelecimentos rurais recenseados em 1920 fosse pequenas e médias propriedades, o Gini de 0,688 indica uma forte desigualdade na distribuição da terra. Ao mesmo tempo, verifica-se uma diversificação da produção agrícola relativamente baixa nessa região. Esse contraste pode estar relacionado ao fato de o Sul de Minas concentrar, em 1920, o segundo maior rebanho de gado bovino de Minas Gerais, além de ser a principal produtora de laticínios do Estado. Além disso, na época, o Sul era uma das principais zonas cafeeiras de Minas e também o maior produtor de fumo do estado mineiro. As características extensivas dessas atividades agropecuárias ajudam a entender o fato de que, embora predominantes em número absoluto, as pequenas e médias propriedades do Sul de Minas ocupavam pouco mais de um quinto das terras da região. Convém lembrar que as grandes fazendas e latifúndios representavam cerca de um quarto dos estabelecimentos rurais no Sul mineiro, mas ocupavam uma área equivalente a quase 80% da extensão territorial total das propriedades agrícolas recenseadas no Sul de Minas em 1920.

Na região Central de Minas Gerais, a desigualdade na distribuição da propriedade da terra, medida pelo índice de Gini, era relativamente menor que a observada no Sul do estado mineiro em 1920. Entretanto, a estrutura fundiária, o índice de diversificação agrícola e a característica extensiva das principais atividades agropecuárias da região Central eram semelhantes às do Sul de Minas. Por exemplo, na área Central do estado mineiro as pequenas e médias propriedades representavam mais da metade dos estabelecimentos rurais, porém a

extensão total das terras desses imóveis compreendia aproximadamente um oitavo da superfície territorial das grandes fazendas e latifúndios da região, que, em 1920, era a terceira maior produtora de laticínios de Minas Gerais. Além disso, a zona Central de Minas apresentava uma produção agrícola baseada nos cultivos de milho, cana de açúcar e café, isto é, gêneros característicos da grande lavoura.

Não obstante, as regiões de Minas Gerais que, em 1920, apresentavam os menores índices de concentração fundiária entre proprietários de terras eram as zonas cafeeiras Mata e Leste, as únicas regiões de Minas que, na época, possuíam especialização produtiva na lavoura do café (Capítulo 2). O Leste tinha o segundo maior índice de diversificação agrícola e a menor desigualdade na distribuição da propriedade da terra de Minas em 1920. Por outro lado, a Mata, principal zona cafeeira e segunda maior produtora de laticínios do estado mineiro em 1920, apresentava o menor índice de diversificação na produção agrícola do Estado. Vale notar, assim como no Sul de Minas, na zona da Mata mineira o menor grau de diversificação agrícola parece estar relacionado a relevância da atividade pecuária na economia regional, bem como ao fato de que quanto maior a participação da lavoura cafeeira na área plantada da região, menor era o grau de diversificação agrícola regional, como mostra a Figura 3.1

Figura 3.1 – Minas Gerais: área cultivada com café e diversificação agrícola regional em 1920



Fonte: Tabelas 2.11 e 2.14.

A Figura 3.1 evidencia nitidamente a relação inversa entre o índice de diversificação agrícola e a participação da lavoura cafeeira no total da área cultivada nas regiões mineiras no ano de 1920. Vale notar, essa relação é observada mesmo nas regiões não especializadas na produção de café, como a Central e o Centro-Oeste de Minas. Por outro lado, a região Norte do estado mineiro, que apresentava o maior índice de diversificação de Minas Gerais em 1920, concentrava sua produção em gêneros como milho, feijão, arroz e outros diversos produtos destinados ao mercado interno. Não obstante, nota-se que, apesar da importância da lavoura do café na área cultivada do Leste de Minas, essa região apresenta alto índice de diversificação agrícola em 1920. Isso possivelmente deve estar relacionado a menor concentração fundiária entre proprietários de terra nessa região.

É importante observar que a diminuição do índice de diversificação agrícola à medida que a área cultivada com café aumenta não significava que o cultivo de outros gêneros agrícolas era inexpressivo nas zonas cafeeiras. Aliás, como visto no Capítulo 2, o Sul de Minas, embora fosse uma das mais importantes regiões produtoras de café do estado mineiro, não apresentava especialização na produção cafeeira e possuía as maiores áreas cultivadas de Minas Gerais com produtos destinados ao abastecimento interno, como milho, arroz e feijão (Tabela 2.12). Além disso, o Sul de Minas concentrava grande parte do rebanho de gado bovino, além de ser a principal produtora de laticínios de Minas Gerais em 1920.

3.4 Considerações finais do capítulo

Este capítulo examinou a estrutura fundiária e a desigualdade na distribuição da propriedade da terra no estado de Minas Gerais em 1920. A análise demonstrou que mais três quintos dos estabelecimentos rurais mineiros recenseados naquele ano eram pequenas e médias propriedades. As grandes fazendas representavam 36% dos imóveis agrícolas inventariados, enquanto os latifúndios correspondiam a 3,5% das propriedades rurais mineiras arrolados no censo do Brasil de 1920. Apesar do predomínio do número de pequenas e médias propriedades, a área total ocupada por esses imóveis equivalia a apenas um quarto da extensão das terras latifundiárias recenseadas em Minas Gerais naquele ano. Essa disparidade na distribuição da terra sugere que, em 1920, havia uma concentração fundiária relativamente forte em Minas, o que é confirmado pelo índice de Gini de 0,726 para o conjunto do estado mineiro.

Do ponto de vista regional, a maior concentração fundiária entre proprietários de terras em Minas Gerais estava no Noroeste do Estado. Nessa região, o Gini de 0,770 sintetiza o fato de as pequenas e médias propriedades representarem, em 1920, menos de um décimo dos

imóveis rurais recenseados e ocuparem o equivalente a apenas 0,4% das terras latifundiárias, que, na época, compreendiam 87% da área total das propriedades rurais recenseada no Noroeste de Minas. No outro extremo, o Leste era a região com a menor concentração fundiária do estado mineiro, seguida pela zona da Mata, onde os latifúndios representavam menos de 1% das propriedades rurais recenseadas naquele ano.

Vale notar, as regiões Leste e Mata eram, ao lado do Sul de Minas, as principais zonas produtoras de café de Minas Gerais em 1920. No entanto, enquanto as regiões Sul e Mata apresentavam índices relativamente baixos de diversificação agrícola, o Leste tinha o segundo maior grau de diversificação na agricultura mineira, atrás da região Norte, onde, ao contrário do Leste, a propriedade da terra era fortemente concentrada. Assim sendo, o maior ou menor grau de diversificação na agricultura nas regiões mineiras não parece estar associado a maior ou menor concentração fundiária. Esta, porém, parece ser mais forte nas regiões onde a atividade pecuária, especialmente a criação de gado bovino e produção de laticínios, era mais relevante. Além disso, nota-se que quanto maior a participação da lavoura de café na área plantada, menor o grau de diversificação agrícola regional.

Os dados do recenseamento agrícola brasileiro de 1920 ainda indicam que, em Minas Gerais, o café, principal gênero agrícola de exportação da economia brasileira nas primeiras décadas do século XX, era predominantemente cultivado em estabelecimentos rurais com menos de 1.001 hectares, ou seja, pequenas e médias propriedades e grandes fazendas, sendo estas mais relevantes que aquelas na produção cafeeira de Minas Gerias. Por outro lado, os latifúndios apresentavam menor importância na estrutura da produção agrícola do estado mineiro, onde, porém, a propriedade da terra era fortemente concentrada em 1920, como indica o Gini de 0,726 para o conjunto do estado de Minas Gerais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi analisar a estrutura da produção agropecuária e o grau de concentração fundiária regional e estadual de Minas Gerais em 1920. Para fundamentar essa análise, inicialmente buscou-se compreender as principais características da formação de Minas Gerais. Nesse sentido, o Capítulo 1 apresentou os aspectos gerais da socioeconomia mineira, bem como confrontou algumas das principais interpretações a respeito da dinâmica econômica das Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. Constatou-se que entre as mais importantes características do desenvolvimento econômico mineiro setecentista e oitocentista estavam a semi-especialização regional da atividade produtiva e a produção diversificada destinada ao abastecimento dos mercados interno e externo a Minas Gerais.

Nesse contexto, o Capítulo 2 analisou a produção agrícola e pecuária regional do estado de Minas Gerais em 1920. Para isso, o território mineiro foi dividido em oito grandes regiões econômicas: Centro-Oeste, Norte, Noroeste, Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Central, Leste, Sul e Mata. Para evitar arbitrariedades na definição dos limites geográficos, essa regionalização foi feita com base no critério de áreas mínimas comparáveis (AMC). A análise dos dados censitários de 1920 revelou que o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba era a região com o maior rebanho bovino de Minas Gerais, seguida do Sul, Norte, Centro-Oeste, Mata, Central, Leste e Noroeste, nesta ordem. Vale notar que uma parcela importante do rebanho bovino das regiões Centro-Oeste, Noroeste, Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Mata e Sul de Minas abastecia os mercados dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, que também estavam entre os maiores consumidores da produção mineira de suínos e seus derivados.

A análise dos dados do recenseamento agropecuário do Brasil de 1920 ainda revelou a importância da atividade pecuária na economia de Minas Gerais, que, na época, era o estado brasileiro com o segundo maior rebanho bovino do país. Além disso, no conjunto da atividade pecuária do estado mineiro, destaca-se a produção de laticínios (leite, manteiga e queijo), atividade na qual Minas Gerais possuía proeminência entre os estados brasileiros. As regiões Central, Mata e Sul de Minas eram as maiores produtoras de laticínios do Estado, concentrando mais de três quintos da produção mineira de leite, queijo e manteiga.

As regiões Mata e Sul de Minas também se destacavam na produção agrícola, sobretudo no cultivo de café, principal produto de exportação do Brasil no final do século XIX e início do século XX. O censo agrícola de 1920 mostra que, nessa época, Minas Gerais era o segundo maior produtor de café do país, atrás do estado de São Paulo. Não obstante, evidenciou-se uma significativa heterogeneidade na produção agrícola regional no estado mineiro, que, em 1920,

apresentava uma expressiva produção de gêneros alimentícios tradicionalmente destinados ao abastecimento do mercado interno, como milho, arroz e feijão.

O índice de especialização regional na agricultura demonstrou que, em Minas Gerais, somente as zonas cafeeiras tradicionais Mata e Leste eram especializadas no cultivo do café. Não obstante, verificou-se que a maior importância da produção cafeeira nessas duas regiões não resultou em baixa diversificação no cultivo agrícola, sendo o Leste a segunda região com o maior índice de diversificação na agricultura do estado mineiro em 1920. Porém, na zona da Mata, a especialização quase exclusiva no cultivo do café limitou a diversificação agrícola nessa região. O Sul de Minas, segunda maior zona cafeeira do estado mineiro na época, não era especializado na cafeicultura e, em 1920, apresentava um dos menores índices estaduais de diversificação na agricultura. Apesar disso, é importante observar que os índices de diversificação agrícola das regiões Mata e Sul estavam longe de ser desprezíveis. Ainda, vale lembrar que essas duas importantes zonas cafeeiras mineiras também estavam entre as principais regiões produtoras de laticínios de Minas Gerais, o que indica uma diversificação produtiva mais ampla.

As regiões Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Centro-Oeste, Norte e Noroeste de Minas Gerais possuíam especialização produtiva na agricultura não-exportadora, isto é, no cultivo de milho, arroz, feijão e diversos gêneros agrícolas basicamente destinados ao mercado interno. Além disso, as regiões Norte, Centro-Oeste e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba eram as zonas com os maiores índices de diversificação agrícola do estado mineiro em 1920. Ao mesmo tempo, essas três regiões destacavam-se no contexto da atividade pecuária de Minas Gerais, especialmente pela criação de gado bovino.

Em resumo, os indicadores regionais de especialização e diversificação na agricultura mineira demonstram que, apesar da importância da economia cafeeira, o estado de Minas Gerais apresentava, em 1920, um quadro variado de especialização agrícola entre as suas diferentes regiões. Além disso, no conjunto do estado mineiro, a agricultura era bastante diversificada e predominantemente destinada ao fornecimento de alimentos para o mercado interno. Assim sendo, o Capítulo 3 examinou a relação entre estrutura da produção agrícola e concentração da propriedade da terra em Minas Gerais em 1920. Antes, porém, avaliou-se a distribuição da propriedade fundiária no estado mineiro. A partir dos dados extraídos do censo agrícola do Brasil de 1920, verificou-se que, apesar do grande número de pequenas e médias propriedades na estrutura fundiária de Minas Gerais, a concentração da propriedade da terra no estado mineiro mostrou-se bastante elevada em 1920, como demonstrou o coeficiente Gini de 0,726.

Regionalmente, verificou-se uma maior concentração fundiária no Norte e Noroeste de Minas Gerais, enquanto as zonas cafeeiras Leste e Mata apresentaram os menores índices de Gini de concentrações fundiárias do estado mineiro em 1920. Cabe destacar, no Noroeste a pecuária tinha grande importância relativa na economia local. Assim sendo, a disparidade na distribuição da propriedade da terra no Noroeste de Minas não é surpreendente, uma vez que as características da atividade pecuária extensiva exigem grandes extensões de terras, bem como seu desenvolvimento requer áreas cada vez maiores, o que contribuiu para a maior concentração da propriedade fundiária.

Por outro lado, é surpreendente o fato de as zonas cafeeiras Leste e Mata apresentarem os menores índices de Gini de concentração fundiária de Minas Gerais em 1920, uma vez que geralmente associasse agricultura exportadora à latifúndio e este à desigualdade na distribuição da propriedade da terra. Porém, nota-se que, no estado mineiro, o café era predominantemente cultivado em pequenas e médias propriedades, isto é, em imóveis rurais com menos de 101 hectares, e grandes fazendas (entre 101 e 1.001 hectares), sendo estas predominantes em relação aquelas. Assim sendo, os latifúndios ocupavam a menor parcela da área cultivada nas zonas cafeeiras Leste e Mata. Situação semelhante é observada no Sul de Minas, onde, embora a concentração fundiária fosse relativamente maior, o café era predominantemente cultivado em pequenas, médias e grandes fazendas. Vale notar, é provável que a maior desigualdade na distribuição da terra no Sul de Minas Gerais, segunda maior região produtora de café do estado mineiro em 1920, esteja relacionada ao fato dessa região também apresentar uma forte atividade pecuária, concentrando, nessa época, o segundo maior rebanho bovino do estado de Minas Gerais e ocupando o primeiro lugar entre as regiões mineiras produtoras de leite, manteiga e queijo.

Por fim, merece ser destacado o fato de o Leste de Minas, terceira maior região cafeeira do estado mineiro, apresentar o segundo maior índice de diversificação agrícola estadual, atrás do Norte de Minas, que, ao contrário do Leste, apresentava uma forte concentração fundiária. Semelhantemente, o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, que possuía o terceiro maior índice de concentração fundiária de Minas Gerais, estava entre as zonas com os maiores índices de diversificação agrícola do Estado. Portanto, em 1920, o maior ou menor grau de diversificação na agricultura mineira não parece estar relacionado com o maior ou menor grau de desigualdade na distribuição da propriedade da terra. Por outro lado, a maior ou menor intensidade da atividade pecuária parece influenciar no grau de concentração fundiária, como nos casos das regiões Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Noroeste, Centro-Oeste e Sul de Minas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Carla M. Carvalho de. “Homens ricos, homens bons: produção de alimentos e hierarquização social em Minas Gerais, 1750-1822”. Niterói: UFF, 2001 (Tese de Doutorado).
- AZEVEDO, J. Lúcio de. *Épocas de Portugal económico*. 4ª ed. Lisboa: Clássica Editora, 1988.
- BOTELHO, T. R.; PAIVA, C. A. “Políticas de população no período joanino”. In: *XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Anais... Caxambu: Abep, 2008.
- BOXER, C. R. *O império colonial português (1415-1825)*. Lisboa: Edições 70; São Paulo: Martins Fontes, 1969.
- BRASIL. Directoria Geral de Estatística. *Recenseamento da População do Império do Brasil de 1872*. Vol. I. Rio de Janeiro: Typographia de Leuzinger e Filhos, 1876.
- BRASIL. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. *Censo Demográfico 1991*. Resultados do universo relativos às características da população e dos domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. *Censo Demográfico 2000*. Características gerais da população. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. *Censo Demográfico 2010*. Características gerais da população. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. *Estimativas da população residente no Brasil e unidades da Federação com data de referência em 1º de julho de 2020*. Rio de Janeiro: IBGE; 2020.
- BRASIL. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Directoria Geral de Estatística. *Synopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1890*. RJ: Officina da Estatística, 1898.
- BRASIL. *Recenseamento do Brazil, Realizado em 1 de setembro de 1920*. Agricultura. Volume III, 1ª parte. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1923.
- BRASIL. *Recenseamento do Brazil, Realizado em 1 de setembro de 1920*. Agricultura. Volume III, 2ª parte. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1924.
- BRASIL. *Recenseamento do Brazil, Realizado em 1 de setembro de 1920*. População. Volume IV, 1ª parte. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1926.
- COLÓGERAS, Pandá. *As Minas do Brasil e sua legislação*, 3 VOLS. Coleção Brasileira. São Paulo: Editora Nacional, 1938.
- CÂMARA, L. A. *Concentração da Propriedade Agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Boletim Geográfico. v.7, n.77, p.516-528, 1949.
- CANABRAVA, Alice P. *O Açúcar nas Antilhas, 1697-1755*. 2ª ed., São Paulo: IPE-USP, 1981.
- CANABRAVA, Alice P. “Uma Economia em Decadência: os níveis de riqueza na Capitania de São Paulo, 1765/67”. *Revista Brasileira de Economia*. 26 (4): 95-123, out/dez., 1972.
- CARRARA, ÂNGELO A. *Minas e currais: produção rural e mercado interno em Minas Gerais, 1674-1807*. Juiz de Fora: Editora de UFJF, 2007.
- CHAVES, Cláudia M. das Graças. *Perfeitos Negociantes: mercadores das Minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999.

- COLISTETE, Renato Perim. *Regiões e especialização na agricultura cafeeira: São Paulo no início do século XX*. Revista Brasileira de Economia, v. 69, p. 331-354, 2015.
- CORRÊA DO LAGO, Luiz Aranha. *Da escravidão ao trabalho livre, 1550-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- DELFIN NETTO, Antônio. *O Problema do Café no Brasil*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981.
- DINIZ, Alexandre M. Alves; BATELLA, Wagner. “O Estado de Minas Gerais e suas regiões: um resgate histórico das principais propostas oficiais de regionalização”. *Revista Sociedade & Natureza*. December, 2005.
- ESCHWEGE, W. L. von. *Pluto brasiliensis*, 2 Volumes. Tradução Domício de Figueiredo Murta. São Paulo: Editora Nacional, 1944.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: EDUSP: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.
- FERLINI, Vera. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.
- FERREIRA FURTADO, Júnia. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- FERREIRA, Luiz M. da Silva. *Estrutura fundiária e concentração da propriedade da terra na colônia de imigrantes Dona Francisca (Joinville), Santa Catarina, 1850-1920*. Estudos Econômicos, São Paulo, vol.50 n.3, p.485-512, jul.-set. 2020.
- FRAGOSO, João Luís R.; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). *O Brasil Colonial*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – FJP. *Regiões Administrativas*, Belo Horizonte, 1996.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 32ª ed. São Paulo: Cia Nacional, 2005.
- GAMA, Ruy. *Engenho e tecnologia*. São Paulo: Duas Cidades, 1983.
- GIROLETTI, Domingos. *A industrialização de Juiz de Fora*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1980.
- GODINHO, Vitorino de M. *Portugal as frotas do açúcar e as frotas do ouro (1670-1770)*. Revista de História, São Paulo, n. 15, v. 3, 1953.
- GUIMARÃES, C. M. e REIS, Liana. *Agricultura e caminhos de Minas (1700/1750)*. Revista do Departamento de História, FAFICH/UFMG, nº 2. Belo Horizonte. 1988.
- HOFFMANN, Rodolfo. *Distribuição de Renda, Medidas de Desigualdade e Pobreza*. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo. 1998, Capítulo 3
- HOFFMANN, Rodolfo. “Estimação da desigualdade dentro de estratos no cálculo do índice de Gini e da redundância”. *Pesquisa e Planejamento Econômico*. Rio de Janeiro, 9(3), dez., p. 719-738, 1979.
- LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*. O abastecimento da corte na formação política do Brasil 1808 – 1842. São Paulo: Símbolos, 1979.
- LIBBY, Douglas. *Transformação e trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais século XIX*. São Paulo. Brasiliense: 1988.

- LIMA, João H. *Café e indústria em Minas Gerais 1870-1920*. (Dissertação de Mestrado). Campinas, SP: Unicamp, 1977.
- LUNA, Francisco Vidal. *Minas Gerais: escravos e senhores: Análise da Estrutura Populacional e Econômica de Alguns Núcleos Mineratórios (1718-1804)*. São Paulo, FEA-USP, 1980, 224 p. Tese não publicada, mimeo.
- LUNA, Francisco Vidal. “Estrutura da Posse de Escravos”. In: LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da. *Minas Colonial: Economia e Sociedade*. São Paulo: FIPE/PIONEIRA, p. 31-55, 1982.
- MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1980.
- MAWE, John. *Travels in the interior of Brazil, particularly in the gold and diamond districts of that country*. Londres, 1812.
- MINAS GERAIS. Conselho Estadual do Desenvolvimento. *Regiões para fins de Programação*. Convênio CED/BDMG/ILPES. Minas Gerais: Belo Horizonte, 1973.
- MINAS GERAIS. Falla que o Exm. Sr. Dr. Antonio Gonçalves Chaves dirigio à Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na 2ª. sessão da 24ª legislatura em 2 de agosto de 1883. Ouro Preto: Typographia, 1883.
- MINAS GERAIS. Secretaria de Agricultura. Serviço de Estatística. *Carteira estatística de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929.
- NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 8ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1995.
- NOYA PINTO, Virgílio. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição aos estudos da economia atlântica do século XVIII*. 2ª ed. São Paulo: Nacional, 1979.
- PAIVA, Carlos Águedo. *Desenvolvimento regional, especialização e suas medidas*. Indicadores Econômicos FEE. Porto Alegre, vol. 34, nº 01, 2006.
- PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do Século XIX*. (Tese de doutorado). São Paulo: FFLCH-USP, 1996.
- PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. *Território de contrastes economia e sociedade das minas gerais do século XIX*. Anais do X Seminário sobre a Economia Mineira. Belo Horizonte: Cedeplar, UFMG, p. 1-58, 2002.
- PIRES, Anderson. “Café, Bancos e Finanças em Minas Gerais: uma Análise do Sistema Financeiro da Zona da Mata Mineira – 1889-1930”. (Tese de Doutorado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.
- PRADO JR, Caio. *História econômica do Brasil*. 37ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- REIS, Eustáquio José; PIMENTEL, Márcia; ALVARENGA, Ana Isabel; SANTOS, Maria do Carmo Horácio dos. “Áreas mínimas comparáveis para os períodos intercensitários de 1872 a 2000”. *Anais do 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*. Passado Presente nos Velhos Mapas: Conhecimento e Poder. Paraty, 2011.
- RODARTE, Mario Marcos Sampaio, PAULA, João Antonio de; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. *Redes de cidades em Minas Gerais no século XIX*. In: História Econômica & História de Empresas, Vol. VII, Nº1, jan-jun 2004, São Paulo: Hucitec/ABPHE, 2004.

- SCHWARTZ, S. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.
- SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil 1500-1820*. 4ª ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.
- SINGH, J.; DHILLON, S. *Agricultural geography*. 3rd Ed. New Dheli: Tata McGraw-Hill, 2004
- SLENES, Robert W. *Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX*. Estudos econômicos (São Paulo), v. 18, n. 3, p. 449-495, 1988.
- SOETBEER, Adolf. *Edelmetall-Produktion Und Werthverhältniss Zwischen Gold and Silber Seit Der Entdeckung Amerika's Bis Zur Gegenwart*. Gotha, 1879.
- STUMPF, Roberta G. “Minas contada em números – a capitania de Minas Gerais e as fontes demográficas (1776-1821)”. *Rev. Brasileira de Estudos de População*, 34(3), p. 529–548, 2017.
- VIANNA, Hélio. *História do Brasil*. Vol. 1 (Período Colonial), Tomo 1. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1966.
- WIRTH, John D. *Fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da capitania de Minas Gerais no século XVIII*. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1990.

APÊNDICE

Tabela A1 – Minas Gerais: evolução das exportações de café, 1850-1900
(exportações totais em toneladas)

Ano	Exportações totais	Ano	Exportações totais
1850-51	13.229	1875-76	30.015
1851-52	7.960	1876-77	39.356
1852-53	10.879	1877-78	36.959
1853-54	9.213	1878-79	60.888
1854-55	10.995	1879-80	42.591
1855-56	11.985	1880-81	80.369
1856-57	14.222	1881-82	52.754
1857-58	10.078	1882-83	84.129
1858-59	13.070	1883-84	53.886
1859-60	10.119	1884-85	62.207
1860-61	22.618	1885-86	86.654
1861-62	16.049	1886-87	96.849
1862-63	9.514	1888	75.716
1863-64	14.610	1889	69.446
1864-65	21.681	1890	58.253
1865-66	19.150	1891	94.937
1866-67	31.586	1892	97.205
1867-68	31.302	1893	78.797
1868-69	40.242	1894	89.550
1869-70	21.878	1895	101.024
1870-71	44.572	1896	108.107
1871-72	18.123	1897	153.929
1872-73	38.770	1898	131.649
1873-74	22.107	1899	135.240
1874-75	47.357	1900	103.746

Nota: Os dados de exportação foram convertidos de arrobas para quilogramas à razão de 1 arroba = 14,689 quilogramas. Em 1874, a arroba passou para quinze quilogramas.

Fonte: Alvim (1929) *apud* Corrêa Lago (2014, p. 210).

Tabela A2 – Regiões e municípios de Minas Gerais em 1920

Região	Municípios
Central	Barbacena, Bello Horizonte, Bomfim, Caethé, Conceição do Serro, Contagem, Entre Rios, Itabira, Lagôa Dourada, Marianna, Ouro Preto, Pará, Paraopeba, Pequy, Pitangy, Prados, Queluz, Rio Piracicaba, Sabará, Sant'Anna dos Ferros, Santa Barbara, Santa Quiteria, Santa Luzia do Rio das Velhas, São Domingos do Prata, São João d'El-Rey, Serro, Sete Lagôas, Tiradentes, Villa Nepomuceno, Villa Nova de Lima e Villa Rezende Costa.
Centro-Oeste	Abaeté, Aparecida de Claudio, Bambuhy, Bom Despacho, Bom Sucesso, Campo Bello, Curvello, Divinópolis, Dôres do Indayá, Formiga, Itapeçerica, Itaúna, Oliveira, Passa Tempo, Perdões, Piumhy e Santo Antônio do Monte.
Leste	Aymorés, Antônio Dias, Arassuahy, Capellinha, Caratinga, Diamantina, Fortaleza, Jequitinhonha, Minas Novas, Peçanha, Rio José Pedro, São João Baptista, São João Evangelista, São Manuel do Mutum, São Miguel de Guanhães e Theophilo Ottoni.
Noroeste	João Pinheiro e Paracatu
Norte	Bôa Vista do Tremedal, Bocayuva, Grão Mogol, Inconfidência, Januária, Montes Claros, Pirapora, Rio Pardo, Salinas, São Francisco e Villa Brazilia.
Sul	Agua Virtuosas, Alfenas, Arceburgo, Areado, Ayuruoca, Baependy, Cabo Verde, Caldas, Cambuhy, Campanha, Campestre, Campos Gerais, Caracol, Carmo do Rio Claro, Cassia, Caxambú, Christina, Conceição do Rio Verde, Dôres da Bôa Esperança, Eloy Mendes, Extrema, Guaranésia, Guaxupé, Itajubá, Jacuhy, Jacutinga, Jaguaray, Lavras, Maria da Fé, Monte Santo, Muzambinho, Ouro Fino, Paraguassú, Paraisópolis, Passa Quatro, Passos, Pedra Branca, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Pouso Alto, Santa Rita do Sapucahy, São Gonçalo do Sapucahy, São Sebastião do Paraíso, Silvanópolis, São José dos Botelhos, Sylvestre Ferraz, Três Corações do Rio Verde, Três Pontas, Turvo, Varginha, Villa Braz, Villa de Cambuquira, Villa Nova de Rezende e Virginia.
Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	Abbadia do Bom Sucesso, Araguay, Araxá, Carmo Paranahyba, Conquista, Estrella do Sul, Fructal, Ituyutaba, Monte Alegre, Monte Carmello, Patos, Patrocínio, Prata, Sacramento, São Gothardo, Uberaba e Uberabinha.
Mata	Abre Campo, Alvinópolis, Alto Rio Doce, Carangola, Cataguases, Guarany, Guarará, Juiz de Fora, Leopoldina, Lima Duarte, Manhuassú, Mar de Hespanha, Mercês, Palma, Palmyra, Piranga, Pomba, Ponte Nova, Rio Branco, Rio Casca, Rio Novo, Rio Preto, São João Nepomuceno, São José d'Além Parahyba, São Manoel, São Paulo do Muriahé, Ubá, Viçosa e Villa Rio Espera.

Fonte: Elaboração da autora

Tabela A3 – Gini de concentração fundiária entre proprietários de terras nos municípios de Minas Gerais, 1920

Município	Gini	Município	Gini
Bocayuva	0,864	Bom Despacho	0,663
Paraopeba	0,831	Guaranesia	0,662
Villa Nova de Lima	0,819	Marianna	0,660
Pirapora	0,817	Conceição do Rio Verde	0,659
João Pinheiro	0,809	Itajubá	0,659
Diamantina	0,786	Paraisópolis	0,659
Curvello	0,777	Itaúna	0,656
Patos	0,763	Caldas	0,655
Campestre	0,759	Formiga	0,655
Dôres da Bôa Esperança	0,757	Montes Claros	0,654
Uberabinha	0,739	Poços de Caldas	0,653
Santa Quitéria	0,738	Bambuhy	0,653
Eloy Mendes	0,736	São Francisco	0,648
Varginha	0,731	São José d'Além Parahyba	0,648
Santa Luzia do Rio das Velhas	0,731	São José dos Botelhos	0,647
Bello Horizonte	0,728	Juiz de Fora	0,645
Araxá	0,726	Monte Santo	0,645
Januaria	0,725	Guarará	0,644
Carmo do Rio Claro	0,724	Pouso Alto	0,643
Tres Pontas	0,717	Divinópolis	0,643
Monte Alegre	0,714	Patrocínio	0,642
Paraguassú	0,713	Sylvestre Ferraz	0,639
Sacramento	0,709	Muzambinho	0,638
Pitanguy	0,704	Monte Carmello	0,637
Sete Lagôas	0,704	Tres Corações do Rio Verde	0,636
Dôres do Indayá	0,704	Baependy	0,636
Fructal	0,702	Carmo do Paranahyba	0,635
Ituyutaba	0,700	Ubá	0,635
Arceburgo	0,695	Abbadia do Bom Sucesso	0,634
Uberaba	0,693	Ponte Nova	0,634
Santa Barbara	0,691	Campo Bello	0,632
Guaxupé	0,691	Alfenas	0,632
Inconfidencia	0,691	Mar de Hespanha	0,631
Caracol	0,690	Oliveira	0,631
Paracatú	0,690	Pouso Alegre	0,630
Abaeté	0,683	Rio Novo	0,629
São Sebastião do Paraiso	0,683	Barbacena	0,629
Campos Geraes	0,683	Araguary	0,628
Jaguary	0,681	Ouro Fino	0,627
São Gothardo	0,680	São Manoel	0,626
Caeté	0,678	Passa Tempo	0,625
Santo Antonio do Machado	0,676	Contagem	0,624
Conquista	0,674	Entre Rios	0,623
Prata	0,672	Pedra Branca	0,622
Pequy	0,669	Leopoldina	0,620
Ouro Preto	0,669	Santo Antonio do Monte	0,619
Sabará	0,669	Cataguazes	0,618
Passa Quatro	0,666	Águas Virtuosas	0,615
Jacutinga	0,614	Serro	0,561

Continua

Continuação

Município	Gini	Município	Gini
Caxambú	0,612	Minas Novas	0,557
Villa Nepomuceno	0,610	Sant'Anna dos Ferros	0,557
Apparecida do Claudio	0,610	Villa de Cambuquira	0,552
Piumhy	0,609	Viçosa	0,549
São João Nepomuceno	0,608	Cassia	0,549
Cabo Verde	0,604	Capellinha	0,547
Passos	0,603	Maria da Fé	0,546
Palmyra	0,602	São João Baptista	0,546
Rio Branco	0,600	Itapecerica	0,543
Bom Sucesso	0,600	São Miguel de Guanhões	0,542
Lavras	0,599	Villa Jequitinhonha	0,540
Cambuhy	0,599	Bomfim	0,538
Areado	0,599	Rio Piracicaba	0,537
Rio Casca	0,598	Conceição do Serro	0,536
Fortaleza	0,598	Perdões	0,535
Campanha	0,598	Ayuruoca	0,531
Extrema	0,595	Abre Campo	0,531
São Gonçalo do Sapucahy	0,594	Villa Brazilia	0,529
Pará	0,593	Alvinópolis	0,528
Palma	0,588	Peçanha	0,523
São João d'El-Rey	0,588	Prados	0,522
Villa Nova de Rezende	0,588	Grão Mogol	0,520
Estrella do Sul	0,587	Manhuassú	0,506
Guarany	0,586	São João Evangelista	0,505
São Paulo do Muriahé	0,585	Queluz	0,503
Jacuby	0,576	São Manoel do Mutum	0,498
Silvianopolis	0,574	Lagôa Dourada	0,497
Virginia	0,573	Tiradentes	0,495
Rio Preto	0,573	Caratinga	0,489
Carangola	0,572	Salinas	0,485
Santa Rita do Sapucahy	0,571	Villa do Rio Espera	0,484
Arassuahy	0,571	Itabira	0,484
Turvo	0,571	Alto Rio Doce	0,474
Villa Braz	0,568	Theophilo Ottoni	0,473
Pomba	0,568	Piranga	0,462
Christina	0,567	Antonio Dias	0,461
Rio José Pedro	0,567	Aymorés	0,458
Mercês	0,563	Bôa Vista do Tremedal	0,452
São Domingos do Prata	0,563	Rio Pardo	0,433
Lima Duarte	0,562	Villa Rezende Costa	0,345

Fonte: Elaboração da autora a partir das informações de Brasil (1923, p. 153-163)